

**MDB: DISCORDANTES SIM, SEPARADOS NÃO**  
**BONOMI DENUNCIA ARTE ALIENADA**  
**NORDESTE: COMO SUPERAR A MISÉRIA**  
**RIO CIDADE MAIS CARA DO MUNDO**  
**UMA EX-ESPERANÇA CHAMADA SÃO PAULO**  
**A MÚSICA DO CEARÁ MOLEQUE**  
**ALAGOAS: AS PROVAS DA CORRUPÇÃO**

# CRÍTICA

Ano 2/Nº 61

6/12 de outubro de 1975

Cr\$ 4,00

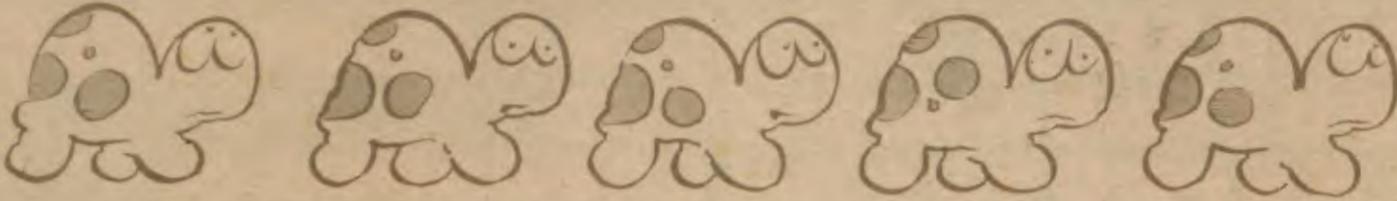
FUNDO CEMAP  
AC

CEMAP - BIBLIOTECA  
CLASS.



**MASSACRE**  
**ESPANHOL**

É *PELO VISTO NÃO SUBSTITUIR OS OIS POR OS QUOCIENTES DE SUBNUTRIÇÃO*



É A POPULAÇÃO DE 65 MILHÕES DE MARGINAIS?

É...

RECORRENDO AO MODELO ECONOMICO

CONCLUIMOS QUE

ASSIM, NÃO HA POLICIA QUE DE JEITO!!!



Wagner

CRÍTICA

DIRETOR GERARDO MELLO MOURÃO  
DIRETOR-SUPERINTENDENTE Eryon França

CHEFE DE REDAÇÃO I. L. de Alencar

ADMINISTRAÇÃO Gerente Administrativo T. C. Santos

PAGINAÇÃO Maria José da Silva

CAPA: Wagner PUBLICIDADE Av. Rio Branco, 156 - 12º and. sala 1222, tel. (021) 242-7395

ASSINATURAS

- Brasil: um ano Cr\$ 200,00 6 meses Cr\$ 100,00

Exterior: um ano US\$ 50,00 6 meses US\$ 30,00

Artigos assinados são da responsabilidade de seus autores. A redação não se responsabiliza por manuscritos que lhe sejam enviados.

COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO: Arca Editora e Gráfica S. A. Rua Equador, 702, Rio (RJ) Telefone: 223-1715

DISTRIBUIÇÃO: Abril S/A - Cultural e Industrial Rua Emilio Goeldi, 545/747 São Paulo - SP

CRÍTICA

É propriedade da Editora Crítica Ltda. Av. Rio Branco, 156, 12º andar, sala 1222, telefone (021) 242-7395

TRIBUNA LIVRE

APOSENTADORIA DOS PROFESSORES

M. CABRAL

A Constituição de 67 desferiu um rude golpe nos direitos do professorado público ao privá-lo da aposentadoria aos 25 e 30 anos de efetivo trabalho e da aposentadoria com proventos proporcionais ao tempo de serviço.

A explicação oficial a respeito do assunto deve ser buscada em documento anterior à Constituição de 67, exarado pelos homens da revolução logo após os eventos de 64. No documento em apreço, no qual o novo governo expunha a sua filosofia, esclarecia-se que o País defrontava-se com dois graves desafios: conjurar o perigo do comunismo que pairava sobre o País e superar o atraso e o subdesenvolvimento crônicos que comprometiam os destinos da nação. O primeiro problema, pontificava o documento, era consequência do segundo. E enfatizava: "É a miséria a causa do comunismo." (?) Para tanto, dizia ainda, era necessário que todos os habitantes do País se unissem e conjugassem os seus esforços, não certamente sem duros sacrifícios e renúncias, para salvar o País promovendo rapidamente o seu desenvolvimento. O apelo encontrou imediata ressonância nos sentimentos patrióticos do povo, inclusive do professorado.

Mais tarde, com a promulgação da Constituição de 67, o professorado tomou conhecimento da sua sobrecota de sacrifícios; sim, porque sacrifícios e renúncias já fazia ao lado de todo o povo ao enfrentar com seus baixos e congelados salários, a incessante alta do custo de vida. Para manter então seu modesto padrão de existência já transformara-se em máquina de dar aulas. Mas resignava-se, pois

como dizia o documento, "uma simples reivindicação salarial pode ser um ato impatriótico e subversivo". A nova lei das aposentadorias, todavia, obrigava o professor a mais cinco anos de trabalho e privava-o de um direito primário - o de retirar-se da atividade com proventos reduzidos. Somar mais 5 anos de trabalho na carreira de um professor é desconhecer totalmente a natureza penosa da sua profissão e impedi-lo de afastar-se do trabalho de "motu próprio" é o mesmo que condená-lo ao trabalho forçado abolido em 1888. Poder-se-ia argumentar que um professor esgotado física e psicologicamente pelo trabalho tem um caminho legal para aposentar-se - o departamento médico. O professor, todavia, tem experiência e sabe que existe o moralismo hipócrita dos médicos burocratas que só concedem o laudo providencial em duas circunstâncias - uma boa coma ou um bom prestígio. Quanto à lei da aposentadoria compulsória, esta tem o amargo sabor da ironia e até de sadismo, pois é uma réplica da "lei dos sexagenários". Admitir um professor vivendo aos setenta anos ainda é uma idéia viável, mas obrigá-lo a dar aulas a crianças e adolescentes ruidosos até essa idade é algo inconcebível e nada moral.

Como, pois, explicar leis tão desumanas feitas por um governo que proclama ter como meta o homem? A resposta obriga à digressão. Ei-la: a nossa revolução é uma revolução capitalista, burguesa, pois essa foi a opção nacional em 64. Ora, compreenda-se, não se faz uma revolução burguesa sem espoliação. Nesse tipo de revolução cabe ao governo a tarefa de criar a infra-

estrutura para a expansão industrial da burguesia, que tem alergia a investimentos não reprodutivos. Para angariar recursos para a execução de tal tarefa o governo recorre às suas fontes específicas - reduz até onde pode as despesas com o funcionalismo e incrementa até aonde pode o povo suportar os impostos diretos e indiretos. Por outro lado, o governo procura criar condições para a acumulação de capitais nas burras da burguesia para que esta faça investimentos. Uma dessas condições é a política que leva à concentração da renda em favor da chamada classe produtora, através de uma sistemática salarial pró empregadores. Estes, por sua vez, acionam os manjados expedientes de remunerar apenas o trabalho necessário dos empregados e assim avança a revolução burguesa.

Essa pequena digressão explica a lei das aposentadorias e responde a pergunta acima, mas e a escola, o ensino, a cultura? Ora, tal especulação é totalmente ociosa. O traço característico da filosofia burguesa é o pragmatismo. Para a burguesia é bom o que é útil. Assim, a função da escola não deve ir além da mobilização dos educandos. Seu objetivo deve ser apenas o de desalfabetizar a mão-de-obra para engajá-la nos serviços e na produção e tarefa tão simples pode perfeitamente ficar a cargo de professores velhos, cansados e até doentes da cuca. Não é por outra razão que as entidades de classe do magistério transformaram-se em rendosas indústrias particulares de advogados especialistas em mandados de segurança, hoje artigo de consumo obrigatório para a infeliz classe.

CARTAS

Crítica em coleção

Leitor de Crítica desde o seu primeiro número e em decorrência disto, colecionador do jornal, venho por meio desta formular um pedido. Seu jornal é fonte constante de pesquisa sobre os mais variados assuntos, nacionais e internacionais. Para que, os exemplares ficassem melhor conservados e não se estragassem pelo constante manuseio, os encadernei. Para completar a encadernação de mais 20 números, encontro-me de mãos atadas, pois não possuo o exemplar de nº 49. Já o procurei na distribuidora responsável em SP, e recomendaram-me, na medida em que também não o possuíam em estoque, que escrevesse à redação para o atendimento do pedido. Gostaria de saber se isto é possível. Como efetuar o pagamento e outras despesas. Sem mais despeço-me cordialmente.

Augusto Cassio Portugal Gomes

São Paulo - SP

(Pedido atendido. Já lhe está sendo enviado o nº 49)

A Atenção da Editora Nórdica

Lendo o nº 55 desse jornal vi o comentário sobre o livro "Zeros de Ignácio Loyola e fiquei com uma tremenda vontade de lê-lo. Infelizmente, neste "cafundó de Judas" que vivo seria impossível comprá-lo. Assim sendo, gostaria, se possível de tentar obtê-lo com o auxílio de Crítica. Gostaria que a editora me enviasse o referido livro, pelo reembolso postal ou outro meio.

William Pinto  
Rua Duque de Caxias, 110  
55.200 - Pesqueira - PE

Vai a Salvador?  
Quer comer acarajé feito na hora?  
Carne de sol com pirão de leite?  
Quer ver e ouvir show ao vivo?  
Não deixe de ir à

MOENDA

na Boca do Rio

Reservas de mesa pelo telefone 5-7837

SALVADOR BAHIA

# O MASSACRE DE FRANCO



**D**EPOIS que o deputado Francisco Pinto foi colhido por uma sentença judiciária pelo fato de denunciar o Sr. Pinochet, pode parecer temerário erguer a voz para clamar contra a pena do garrote vil imposta na Espanha a cinco patriotas do país basco. É difícil, porém, silenciar quando se vê um Estado, em nome da luta contra o terrorismo, descer aos mesmos níveis e aos mesmos métodos dos terroristas, desafiando insensatamente não apenas a opinião mundial, mas as próprias regras jurídicas e morais de que os governos não podem abrir mão, sem se degradarem à prática da lei das selvas.

Não. Não é preciso injuriar um chefe de Estado estrangeiro, não é preciso ofender o governo geriátrico de Madrid, para cumprir o dever de chorar os mortos bascos, diante dos quais o único respeito manifestado pelos que lhes tiraram a vida foi substituir o suplício medieval do garroteamento pelo fuzilamento puro e simples. O exército espanhol, de resto, parece haver proferido seu julgamento sobre a ilegitimidade da execução, ao recusar-se a participar da terrível chacina. Os oficiais das forças armadas negaram-se a emprestar sua voz de comando à ordem de fogo, executada não por soldados do exército, mas por uma espécie de esquadrão da morte composto por policiais do regime.

**D**EPOIS que quase todos os governos do mundo lavraram o protesto indignado da humanidade contra o truculento episódio, pouco se pode acrescentar para exprimir a repugnância que ele provocou entre as nações civilizadas. Se nos ocupamos do assunto nesta coluna, abrindo uma exceção ao hábito de dedicá-la ao debate dos problemas brasileiros, é porque o acontecimento extrapola de sua significação estritamente nacional, para transformar-se num caso que afeta a dignidade de todos os homens, em qualquer recanto do planeta.

“Me duele España” – exclamava o velho Dom Miguel de Unamuno, num gemido pungente, durante os dias sangrentos da guerra civil. A todos nós também nos dói a Espanha nesta hora. Pois é amargo ver a gente cavalheiresca do Cid ter de assistir ao trucidamento de cinco jovens, sobre cujos corpos ainda quentes os donos do poder celebrariam, no dia seguinte, com festas e fanfarras, o aniversário do regime que será chamado a responder por essa decisão perante o tribunal da história. Nem é por acaso que os únicos representantes estrangeiros que comparecem à festa sinistra foram os “diplomatas” da pobre e querida terra do Chile.

Por maiores que sejam, ou tenham sido nossas divergências internas no processo brasileiro, adotamos sempre a posição de não submeter ao debate dos estrangeiros os problemas políticos que nos afligem ou

nos dividem. Também não queremos inserir-nos nas questões internas da vida espanhola, enquanto estritamente espanhola. Mas quando os problemas transpõem a escala dos interesses internos para se situarem no campo dos direitos humanos, com cuja defesa toda sociedade e cada homem hão de ser solidários, não é possível calar. As violações à pessoa humana não são problema de um país. São peças de um processo mundial. Este é o entendimento de todos os povos, inclusive do Brasil, e foi em nome dessa posição que a humanidade se levantou contra o massacre dos judeus na Alemanha nazista.

**A** INDIGNAÇÃO de todos os povos contra a miséria acontecida na Espanha encerra duas lições: a primeira delas é a de que os sistemas de governo que não se fundam no respeito à ordem jurídica, por melhores que sejam as intenções de seus dirigentes, acabam sempre expostos à prática de monstruosidades como a que acaba de ocorrer no país do sr. Franco. E a segunda, é a advertência de que esses sistemas terminam encurralados pelo repúdio da opinião universal, perdendo suas condições de sobrevivência.

As mais insuspeitas democracias do mundo capitalista e do mundo socialista foram unânimes na condenação à festa de sangue do franquismo – condenação que se estende, inapelavelmente, ao tipo de regime que a promoveu. Em todas as grandes cidades do mundo, multidões encolerizadas depredaram e incendiaram embaixadas e consulados do governo espanhol. Não pretendemos aprovar e muito menos recomendar arruaças desse tipo em nosso país, até por motivos óbvios. Mas não é confortador para nossa honra nacional admitir que o vilipêndio praticado em Madrid tenha deixado insensível a opinião brasileira.

Parece lamentável que certos escribas da imprensa reacionária manifestem, como vem ocorrendo, uma nauseante solidariedade com a chacina espanhola, justificando-a como uma reprodução de episódios verificados também em outros países. Se é que em alguma parte do mundo ocorreram acontecimentos semelhantes, também eles devem ser condenados, em Washington ou em Moscou, em Havana ou em Pequim.

Não devemos apedrejar ou incendiar as sedes de representação do governo espanhol. Há outras formas de expressar nosso protesto. O governo da Turquia, por exemplo, adotou uma fórmula curiosa: mandou cortar, por sete dias, o fornecimento de água e luz à embaixada de Franco em Ankara. Nem a isso, porém, precisamos chegar. O que não podemos é ficar indiferentes diante da malvadez erigida em sistema de governo, passando a negar à tirania fascista, onde quer que esteja instalada, a água e a luz de nossa tolerância.



# DISCORDANTES SIM SEPARADOS NÃO

A classe política, tão malsinada pelo radicalismo que forceja por impedir o desenvolvimento do processo institucional, encontrou nas convenções nacionais recém-realizadas o marco a identificar os novos caminhos consagrados pelo resultado eleitoral de 74.

Os atos geraram situações claras, a imprimir aos fatos a autêntica vivacidade que lhes faltava. O programa da Arena, aproximando-se dos princípios fundamentais da oposição na defesa de um estado sob a égide da convivência democrática, deve ter conscientizado os seus filiados de que o pronunciamento eleitoral é soberano e que, como determina a Constituição, o poder emana do povo pelo voto livre. Mais comedido quanto aos seus pronunciamentos e divergências, o que é perfeitamente compreensível dada a sua condição de partido do governo obediente a normas previamente estabelecidas de cima para baixo, mesmo assim a Arena revelou, por via do seu alto comando, a sensibilidade necessária para compreender a realidade emergente. E dispôs-se a outros caminhos, pois que delegação política se conquista pelo voto.

Já no MDB, identificado desde o nascedouro com a temática que informa o Estado democrático, com os princípios que consagram a soberania popular como fonte geradora dos direitos e deveres que conformam a estrutura das modernas instituições políticas, resguardadas pela normatividade jurídica, dos radicalismos que perseguem, por via das distorções, a sua autodestruição, as divergências e os debates se fizeram amplos e abertos, como convém à oposição, embora ao influxo de uma dimensão que é fruto de causas multivárias no processo em curso.

A inegável sensibilidade política da direção do MDB, pela palavra de Ulisses Guimarães, revelou com clareza, sem subterfúgios, o quadro global: "Discordâncias e divergências certificam a estrutura livre do MDB, cujas decisões nascem do consenso independente e às vezes laboriosamente gerado, não de unidades pré-fabricadas e impostas, pois afinal este é um verdadeiro partido, não resignado cortejo de sacristãos para dizer amém e incensar turbulos. As divergências não podem, contudo, comprometer o convívio que os oposicionistas há de manter, sob pena de perjúrio, ao compromisso fundamental de restauração da democracia no país".

E, mais adiante, na prestação de contas aos correligionários, na memorável convenção, diz o comandante oposicionista: "Instrumento fundido em meio às adversidades e sofrimentos de nosso povo, éramos de início um agrupamento de poucos, bravos e destemidos correligionários, para nos transformarmos, com o tempo e por honrarmos nossos ideais, na poderosa trincheira onde se encontram, sem ódio mas também sem medo, multidões de patriotas, que proclamam, respeitam e lutam pelos valores eternos e imprescindíveis da pessoa humana. Ontem, éramos uma reduzida falange de cidadãos determinados e intemeratos, que o poder ignorava, substi-



Urnas de 15 de novembro:  
oposição renasceu no povo o amor  
pelo voto democrático

mava e marginalizava. Hoje, caldeados na pugna e retemperados nas provações e nas vitórias, somos o exército do povo, defensores de sua sobrevivência, depositários de suas esperanças, baluartes de suas reivindicações, guardiães de suas liberdades e de seus direitos, em marcha batida e triunfal, para a conquista legal e pacífica do poder".

## Caminho a percorrer

Dias após a convenção, assentada a poeira do debate e das divergências, com as qualidades inatas à liderança, com equilíbrio e isenção, tendo em vista o partido no plano global como instrumento válido de ação política, emitiu Ulisses Guimarães uma nota sob o título de "Discordante, Sim, Separados, Não", pondo uma pá de cal nas especulações radicais que perseguem ferir a oposição nos rumos a que se traçou. Diz ele: "O partido não se esterilizará no negativismo de recriminações e resmungos. Praticará o exercício evangélico da amnésia partidária. Traduzo o lema de Disraeli: nada de explicações, nem de lamentações. É a cristã e prática fórmula americana do "forget it", o esquecimento... O MDB terá a confiança e o otimismo de extensa e desafiadora tarefa à vista: as eleições municipais de 76. Não se trata exclusivamente de ganhá-las, elegendo o maior número possível de prefeitos e vereadores. Mais importante do que isso, será ganhar novas consciências para a causa de redemocratização do país, do primado dos direitos e garantias do homem e de um desenvolvimento a favor do povo, pois vamos ter gente com quem dialogar, em comícios, reuniões, palestras, inclusive nos horários gratuitos de rádio e televisão. Nosso programa, mais uma vez, estará em ação, pois não perderemos a oportunidade. Com meus com-

panheiros, mais uma vez percorrerei o país. Como emedebistas, sem apelidos ou mini-siglas".

As palavras de Ulisses mostram um MDB sem passionalismo, todo entregue às tarefas a que se propôs desde o nascimento, sem o radicalismo que distorce e deforma a ação partidária, mas entregue, com equilíbrio e isenção, e absoluta fidelidade aos princípios que são a razão de ser da sua atividade. Traçou Ulisses Guimarães o caminho a percorrer nessa nova etapa, a partir do marco que foi a convenção.

## Resultado positivo

Não há negar que o primeiro resultado positivo da pregação e da atividade emedebista refletiu-se no próprio posicionamento da Arena, na formulação do seu programa partidário, na conscientização para a defesa estrutural de um estado de direito democrático. E sem dúvida que esse resultado, oriundo do alto comando arenista, deve ser levado a crédito da pregação oposicionista da sua atividade unida pela consagração popular nas urnas de 74.

Certo que, muro adentro, o MDB recolheu também o resultado positivo da sua convenção, quando as lideranças encontraram nas bases o respeito e o aplauso ao seu comportamento.

As regras do jogo político impõem procedimento adequado, determinando a agilização da ação partidária. Tem razão, pois, Thales Ramalho, quando afirma: "Somos um partido político naturalmente sujeitos à realidade nacional que nos impõe uma série de restrições. A priori, aceitamos a regra e partimos para

Encerradas as convenções no Congresso, quando o presidente Geisel declarou na Arena, que "longo foi o caminho percorrido para se chegar a esta formulação dos objetivos partidários", e Ulisses Guimarães afirmou que "o MDB é o front de coragem e liberdade onde se entrincheiram homens e mulheres que lutam pela democracia no Brasil", a atividade política, pelos partidários que a presidem, recolheu um saldo altamente positivo.

o combate, dentro dos parâmetros preestabelecidos. Quem pensar diferente disso não pode jogar".

O equilíbrio e a isenção do pronunciamento do secretário geral da Executiva Nacional do MDB mostram que o comando da oposição tem a segurança do leme, sabe o que quer e para onde vai, a salvo do passionalismo político, o pior de todos.

Tanto isso é verdade que representantes da oposição começam o diálogo institucional com seus colegas arenistas, aparando as arestas para a grande conquista democrática. É o diálogo que renasce, essencial à sobrevivência dos princípios esposados pelo MDB, e vital à prática das normas institucionais.

De outra face, o debate dos problemas que afligem este país de dimensão continental. Jerônimo Santana (MDB-RO) parlamentar atuante e defensor intransigente dos interesses de sua região, Território de Rondônia, já apresentou um plano de atuação parlamentar com o objetivo de examinar e debater os problemas nacionais, revelando acuidade política e fidelidade às responsabilidades do seu mandato e do seu partido.

Eis, entre outros, os resultados positivos da Convenção do MDB, a segurança das suas lideranças, a tranquilidade do seu comando e conscientização das dificuldades da realidade emergente.

Vivendo o seu verdadeiro papel de instrumento autêntico da oposição legal, consciente da responsabilidade que lhe pesa aos ombros, ponderado, mas firme e fiel aos seus desígnios, o MDB saiu da convenção mais forte na consciência democrática brasileira.

HUMBERTO ALENCAR



Paes de Andrade:  
desigual o desenvolvimento  
do NE

NORDESTE

# COMO SUPERAR A MISÉRIA

“O empobrecimento do Nordeste há que ser perquerido na situação das famílias, no patrimônio que se dispersa e pulveriza, nas multidões desempregadas e crianças sem arrimo, na incerteza do dia de amanhã para onde todos olham, sem que diviseis porto seguro”. Com estas palavras, Paes de Andrade (MDB-CE) concluiu análise da situação nordestina, cujo quadro global exige reformulação do tratamento administrativo.

O líder oposicionista cearense começou a saudar a adesão, embora tardia, como acentuou, à luta do empobrecimento da região, do senador Luiz Viana Filho (Arena-BA), após manifestação vigorosa de Marcos Freire (MDB-PE), que do Senado convocara o governo federal a assumir suas responsabilidades históricas face ao desequilíbrio cada vez mais acentuado entre o nordeste e o resto do país, com a sua agricultura e indústria em crise, a descapitalização das empresas e o empobrecimento popular, realidade que “está a merecer amplo movimento de solidariedade, reabertura do diálogo e o implemento de indicações tendentes à definição de uma verdadeira política industrial e agrária compatível com os objetivos de integração nacional”. Acentuando que a estratégia, nesse sentido, anunciada pelo governo considera o nordeste, a Amazônia e o centro-oeste dentro de política global, que vê em conjunto as três regiões no fluxo de fatores de produção, frisa que “disparado o processo, verifica-se que a região nordestina vai ficando atrás, notadamente aqueles estados mais atingidos pelas irregularidades de clima e escassez.”

“Não queremos”, diz, “nem devemos exibir a face negativa do Nordeste, que é

mais de pessoas que das coisas”. E então enfatiza a potencialidade da região, com 1,5 milhões de km<sup>2</sup>, 19% da área do país, utilizando seus próprios recursos naturais, como plantas oleaginosas, fibrosas e cerígenas de alta produtividade para a agroindustrialização, nas suas jazidas já identificadas e ainda não exploradas e nos recursos humanos a serem despertados pelas lideranças para uma posição de luta, jamais de acomodação. Retrata, então, a personalidade do homem nordestino, superando as vicissitudes, considerando-se que o crescimento demográfico elevou-se de 2,2% ao ano, entre 50/60 para 2,3% no decênio 60/70, o que se deve, em parte, creditar ao declínio da emigração, “tudo isso com o pouco que se lhe deu: estradas, açudagem, energiação — toda uma infraestrutura com flagrante capacidade ociosa, em virtude de retrações e falta de

ousadia de planos à altura das necessidades do seu povo, da dinamização dos seus recursos, materiais e humanos”.

## Economia desarticulada

Afirma Paes de Andrade que as lideranças nordestinas devem analisar detidamente, sob a luz da realidade, o que está à retaguarda das contas nacionais e os fatos notórios e sofridos, “que falam mais alto do que o engenho das estatísticas oficiais”.

“Tais estatísticas, por mais guizadas que se apresentem, ainda refletem uma economia desarticulada. É o que revelam mesmo os dados tratados pelos líderes arenistas, cujos pronunciamentos identificam um justo movimento de inconformidade. Tal inconformidade, se contrária os tecnocratas, especializados nessa nova espécie de manufatura, se ameaça



WAGNER

o poder artesanal dos técnicos de gabinete, empenhados em ditar o planejamento de cima para baixo, sem qualquer entendimento com o povo e seus legítimos representantes no Parlamento, concilia-se com a opinião democrática do Nordeste, consciente do empobrecimento violento que assola a região”.

Manifesta o deputado cearense do MDB a certeza dos observadores políticos que a recuperação econômica do nordeste tem sido geograficamente desigual, pois os capitais investidos têm baixos índices de mão-de-obra, sendo decepcionante a geração de empregos. Refere-se a pesquisa realizada pelo Banco do Nordeste a qual sugere que embora a renda per capita média da região tenha evoluído, a faixa de mão-de-obra da população mais pobre “piojou em termos de padrão de vida”, e que tais constatações não são apanhadas pelo sistema das contas nacionais, mas pela pesquisa direta.

É necessário, segundo ele, sempre descer à planície atormentada e aflita para avaliar-se o desenvolvimento regional, que não pode ser aferido por juízos a priori, mas por observações a posteriori e que a descapitalização agravada com a tributação opressiva, transmite insegurança a todos, principalmente quando ali se vive na incerteza do clima.

“Não sabemos quando virá uma seca, somos também surpreendidos por grandes enches, ignoramos quando começará a chover e outras vezes quando cessam as chuvas. Conseqüentemente, sem previsões do tempo, não haverá calendário agrícola capaz de assegurar o destino de providências e melhor orientar o planejamento. O nordeste carece de uma política agrícola, condizente com a sua ecologia. Há que ter as secas na alça de mira, há que se viver com disponibilidades de meios a quaisquer custos para atacar frentes oportunas de trabalho, há que enfrentar e garantir os riscos. E a doutrina do economismo puro foge a esta regra, pois, no nordeste seco, a prioridade é social, mais do que econômica”.

## Superação da miséria

Identifica Paes de Andrade que o erro do tecnocrata vem sendo não considerar na instabilidade do físico, o humano em tudo, pois a estratégia do desenvolvimento regional é essencialmente política. “Não pretendemos”, diz, “sensibilizar correntes de opinião com objetivos políticos. Repugna à oposição tirar proveito de um movimento que deve superpor-se ao jogo de interesses partidários, visando assim a uma nova tomada de posição, capaz de contribuir para corrigir distorções”. Lembrando o círculo vicioso da dependência, de que fala Debret, fala do círculo vicioso do planejamento com a ausência de reformas de estrutura, o que parece mais grave, pois impede o desenvolvimento, que para romper esses círculos, não pode ser aristocrata ou de gabinete, de cima para baixo, mas democrático, popular, auscultando as necessidades populares, de baixo para cima, elaborado por planejadores que vivam na região e dela tem conhecimento real.

A superação da miséria far-se-á pela dinamização dos recursos humanos voltados para reformas estruturais, não como está em que a assistência financeira não se adapta às condições ecológicas e os técnicos permanecem burocratizados, as bases do Ministério e das Secretarias de Agricultura foram praticamente abandonadas além de fatores outros que resultou no esvaziamento do que se começou a empreender e que requeria revigoramento e continuidade e foi abandonado por novas siglas.

O retraimento de recursos financeiros no nordeste, denunciado mesmo por parlamentar arenista, que correspondia até 50% do IR das pessoas jurídicas, hoje é apenas de 25% e não se argumente com a soma de investimentos que o governo aplica na região se falta uma política adequada “e a política agrícola é conflitante com os interesses do produtor rural”, pois a comercialização abusiva esmaga o produtor com os preços baixos de venda dos produtos e os altíssimos para a compra dos artefatos indispensáveis ao seu trabalho, além da sangria tributária, da drenagem de suas reservas para fora das fronteiras regionais e a ausência de uma distribuição coerente ética e tática dos meios financeiros.

# PROVAS DA CORRUPÇÃO

Senhor governador. Telegrafou-nos V. Exa. na última semana no sentido de ser-lhe enviada documentação hábil para instauração de inquérito administrativo objetivando a apuração de irregularidades havidas na Companhia Progresso Agrícola de Alagoas (Copal), no governo Afrânio Lages. Atendendo-o, permita-nos enviar-lhe também outros documentos que nos chegaram às mãos e que dizem respeito à ocorrência de fatos não menos ilícitos verificados em igual período em outros órgãos da administração direta e indireta do Estado de Alagoas, a respeito dos quais daremos a seguir informações complementares.

## Secretaria de Agricultura

● Companhia Progresso Agrícola de Alagoas - Essa empresa teria vendido à Secretaria de Agricultura do Estado de Alagoas 1.287 (mil duzentos e oitenta e sete) sacos de sementes de feijão, variedades "Rim de Porco" e "Vagem Rosa"; 48 (quarenta e oito) tons de arroz em casca e cerca de 53 (cinquenta e três) tons de sementes de algodão IAC, emitindo para a formalização dessa operação diversas notas fiscais no período compreendido entre 1º de abril e 31 de dezembro do ano passado, figurando dentre elas a de Nº 1.59, emitida no dia 10 de abril daquele ano.

A compra das sementes por parte da Copal a diversos e sua venda ultimamente à Secretaria de Agricultura não estariam registradas nos livros próprios da empresa, isto é, a compra, no Livro de Entrada de Mercadorias e venda, no Livro de Saída de Mercadorias. Em verdade, pelo menos parte dessas sementes teriam realmente sido adquiridas com recursos fornecidos pela Sudene, Banco do Brasil S/A e Ministério da Agricultura. A ausência de registro nos livros obrigatórios da empresa, não seria acidental. Objetivava, sim, dificultar o controle do estoque e possibilitar, através da emissão de notas fiscais relativas a operação de compra e venda fictícias, a cobertura de despesas diversas realizadas ora pela própria Copal, ora pela Secretaria de Agricultura e que, pelo menos do ponto de vista formal, seriam flagrantemente ilegais. Os lançamentos do caixa; a movimentação das contas bancárias da companhia e o exame detalhado de sua escrita contábil-fiscal certamente elucidarão os fatos.

Lastimamos não poder remeter para V. Exa. os livros e documentos a que acima nos referimos pelo simples fato de já estarem eles em poder do governo, ou melhor, da Companhia Progresso Agrícola de Alagoas. Entretanto anexamos à presente documento manuscrito e assinado pelo eminente ex-secretário de Agricultura, dr. Antônio Chagas, que admite a realização dessas operações, desde o ano de 1971 - e não apenas em 1974 - justificando-as para atender situações emergenciais de sua secretaria; superar entraves burocráticos e corrigir o que chama de "irracionalidade do serviço público". Na parte final desse documento, declara dr. Chagas:

"Considerando que todas as organizações vinculadas da administração direta e indireta compõem no seu todo o governo, alguns problemas surgidos e de solução inadiável (praga de gafanhotos; surto de raiva; sementes limitadas) NOS LEVARAM a por não ter recebido recursos, ou os mesmos não sendo suficientes, RECORRER A COPAL, garantindo, pela sua condição de empresa, o retorno de toda a aplicação no desenvolvimento da ação. COMO NORMALMENTE OS ORÇAMENTOS ESTADUAIS NÃO SÃO REALIZADOS NEM NO QUANTITATIVO, NEM NA OPORTUNIDADE, NEM SEMPRE PERMITIA QUE AS COBERTURAS PUDESSEM SER FEITAS ANÁLOGAS COM AS DESTINAÇÕES".

(Doc. Nº 1, anexo)

Esclarecemos a V. Exa. que depois de termos denunciado o fato através de programa radiofônico levado ao ar pela Rádio Gazeta de Alagoas, convocados - hoje como ontem - de sua licitude, fomos procurados em Brasília por dr. Chagas que verbalmente reiterou as declarações contidas no documento parcialmente transcrito acima. Naquela oportunidade prontificamo-nos a ler da tribuna da Câmara dos Deputados, de onde reiteramos essas denúncias, qualquer documento que nos encaminhasse em sua defesa, compromisso esse que fazemos questão absoluta de honrar.

## Secretaria de Viação e Obras Públicas

● Companhia de Eletricidade de Alagoas - As denúncias que dizem respeito à Ceal,



Divaldo Suruagy: pediu e recebeu as provas da corrupção

suscitantemente enumeradas, são as seguintes:

a) os diretores da empresa, além de vencimentos anuais Cr\$ 120.000,00 (cento e vinte mil cruzeiros), receberam, em 1974, indevidamente, a quantia de Cr\$ 87.000,00 (oitenta e sete mil cruzeiros), a título de participação nos lucros. A companhia lhes dava ainda automóvel, motorista e gasolina gratuitamente. Pagava-lhes as contas de telefone residencial e, para as viagens, uma ajuda de custo de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros) diários, afóra o reembolso das despesas de hospedagem, restaurante etc., o que poderá ser facilmente verificado realizando-se trabalho de auditoria com esse objetivo;

b) Segundo o Relatório Quadrienal (1971/74) da empresa, elaborado pelo ex-diretor comercial e financeiro, Júlio Cabrales, alguns diretores não pagavam sequer as contas de luz de sua residência particular. As fls. 44 desse documento (Nº 2, anexo) o sr. Adalberto Câmara, diretor da Ceal até março deste ano e atual diretor-presidente da Companhia de Desenvolvimento de Alagoas (Codeal), figura com um débito de Cr\$ 6.025,20 (seis mil, vinte e cinco cruzeiros e vinte centavos) relativo ao fornecimento de energia à sua residência no período compreendido entre 1971 e dezembro de 1974;

c) diversas empresas da capital e do interior não pagam suas contas a Ceal pelo fornecimento de energia de baixa e alta tensão há vários anos. É por exemplo, o caso da Codepal (Companhia de Papel de Alagoas), da qual eram quotistas diretores da Companhia de Eletricidade de Alagoas, dentre eles o sr. Napoleão Barbosa, seu atual diretor-presidente. A Codepal deixou de pagar suas contas a Ceal em março de 1967 e seu débito em dezembro do ano passado era Cr\$ 402.767,76 (quatrocentos e dois mil, setecentos e sessenta e sete cruzeiros, setenta e seis centavos).

A Comesa (Companhia Siderúrgica de Alagoas) não pagava a Ceal o fornecimento de energia elétrica desde 1971 e até quando seu controle acionário passou para grupo Gerdau, fato ocorrido recentemente, seu débito ascendia a Cr\$ 2.749.292,05 (dois milhões, quarenta e nove mil, duzentos e noventa e dois cruzeiros e cinco centavos). (Doc. anexo Nº 2, fls. 47 a 49).

d) antigos e atuais diretores executivos membros do Conselho de Administração e alguns altos funcionários da Companhia de Eletricidade de Alagoas estão sendo frontal e nominalmente acusados da prática de atos de corrupção na empresa, dentre os quais conserto, compra de peças e acessórios para veículos de sua propriedade ou pertencentes a seus familiares com dinheiro da Ceal (Doc. anexos Nºs 3, 4 e 5).

e) a situação financeira da Ceal é realmente má. Seu passivo exigível a curto prazo era à época da elaboração do relatório quadrienal Cr\$ 9.084.328,41 (nove milhões, oitenta e quatro mil, trezentos e vinte oito cruzeiros e

quarenta e hum centavos) passivo esse não eliminado por absoluta omissão da diretoria quanto à cobrança dos créditos da empresa pelo fornecimento de energia aos grandes consumidores.

Em 1971 a Ceal tinha a receber de seus clientes Cr\$ 7.357.936,51; em 1972 Cr\$ 10.764.877,43; em 1973 Cr\$ 13.565.163,85 e, finalmente, em 1974, Cr\$ 19.260.437,78 (dezenove milhões, duzentos e sessenta mil, quatrocentos e trinta e sete cruzeiros e setenta e oito centavos), dos quais Cr\$ 4.671.588,88 (quatro mil, seiscentos e setenta e hum mil quinhentos e oitenta e oito cruzeiros, e oitenta e oito centavos) devidos por entidades governamentais e Cr\$ 9.202.701,61 (nove milhões, duzentos e dois mil, setecentos e hum cruzeiros, e sessetan e hum centavos) de grandes empresas do interior e da capital. (Dec. Nº 2, fls. 34).

Diante desse quadro, o difícil é admitir-se, menos por razões legais do que por motivos éticos, a generosa distribuição de lucros entre os membros da diretoria da empresa e as liberalidades que se permitem praticar com os recursos financeiros da companhia; sobretudo se atentarmos para as recomendações do sr. Cabrales, às fls. 36 de seu relatório, para essa mesma diretoria:

5.10.3 Não é aconselhável tomar empréstimos para despesas operativas sob pena de aumentar o índice de endividamento, já bastante avultado, o que poderá levar a empresa a não poder cumprir suas obrigações inadiáveis, como seja, pagamento a CHESF, fornecedores etc.

5.10.4 Obter suficientes recursos do Estado para pagamento através de ações ou a fundo perdido".

Finalmente, permita-nos V. Exa. sugerir sejam investigadas a fundo as concorrências públicas para compra de material elétrico ganhas pela Socel, sediada na av. Cruz Cabugá, na cidade de Recife, no Estado de Pernambuco. Uma delas foi realizada em 1974, quando essa firma vendeu a Ceal mercadorias no valor aproximado de Cr\$ 900.000,00 (novecentos mil cruzeiros), concorrendo com muito sucesso com a Pirelli, empresa multinacional que opera no Brasil, sempre vencida nos prazos de entrega pela firma pernambucana, que é sua revendedora.

## Secretaria da Fazenda

As principais denúncias de irregularidades ocorridas nessa secretaria são:

● a) Usina Beneficiadora de Algodão São Bernardo LTDA., sediada em Major Izidoro, neste Estado, de propriedade do sogro e cunhado do ex-secretário da Fazenda, dr. Mário de Gusmão Berard, sofreu diversas atuações fiscais, inscritas na dívida ativa do Estado de Alagoas nos anos de 1970 e 1971, dentre elas as de Nºs. 10.123/70; 10.481/71; 10.111/70 e 10.215/70, representativas do débito de Cr\$ 109.668,85 (cento e nove mil, seiscentos e sessenta e oito cruzeiros e oitenta e cinco centavos).

Executada judicialmente (editais de citação publicados no Diário Oficial dos dias 3 e 7 de julho de 1971, docs. 6 e 7, anexos) a venda dos bens penhorados à empresa (prédio e toda a sua maquinaria) foi inicialmente marcada para 19 de julho de 1973 (doc. anexo Nº 8), não sendo, contudo, realizada. Nove dias depois, o inspetor fiscal da região procurou dr. Gabriel Freitas Soares, juiz substituto, informando-o de que a praça daqueles bens não mais poderia realizar-se em virtude de a usina ter pago, por via administrativa, parte de sua dívida diretamente à Secretaria da Fazenda, obrigando-se o citado funcionário a apresentar àquele magistrado, com a urgência requerida, os comprovantes da liquidação do débito que em verdade, jamais ocorrera.

Induzido em erro pelo inspetor fiscal da região, que alegava estar agindo oficialmente, dr. Gabriel exarou no processo o despacho que transcrevemos parcialmente a seguir:

"Ainda pelo inspetor regional da Secretaria da Fazenda, verbalmente, se bem que em caráter oficial, foi dito que parte dos executivos havia sido paga pelas vias administrativas na Secretaria da Fazenda, ficando com a responsabilidade de apresentar em juízo as quitações. No mais, fiquem os autos aguardando as determinações de estilo e o regresso do culto dr. juiz titular. Em 28/6/73, Gabriel Freitas Soares". (Doc. anexo Nº 9)

Em 14 de dezembro de 1973 foi sancionada a lei estadual Nº 3.343, publicada no Diário Oficial do Estado do dia imediato através da

O deputado José Costa (MDB) encaminhou ao governador alagoano 23 documentos nos quais estão as provas da corrupção que envolve o diretor presidente da Companhia Progresso de Alagoas

qual se concedia anistia de multas, juros e correção monetária a contribuintes que exercessem atividades industriais ou agropecuárias consideradas relevantes para a área geoeconômica onde estivessem situadas (doc. anexo Nº 10), beneficiando uns poucos contribuintes que se encontravam nessa situação, dentre esses precisamente o ex-deputado estadual Abelardo Lopes e seus filhos, respectivamente sogro e cunhados do ilustre titular da Secretaria da Fazenda, os quais, além de industriais, eram proprietários de imensa faixa de terra no município de São Miguel dos Campos, neste Estado, denominada Varrela.

Sustada a realização da praça dos bens penhorados à Usina Beneficiadora de Algodão São Bernardo Ltda., através do expediente fraudulento acima descrito e com a cumplicidade da Secretaria da Fazenda, os cunhados de dr. Mário Berard requereram ao Departamento de Arrecadação e Fiscalização o parcelamento de seus débitos perdoados-se as multas, os juros e a correção monetária. Mesmo tendo esse requerimento sido formulado fora de prazo (cf. informações contidas no ofício DAF. 109-75/0.33, de 30 de janeiro de 1975, sobre o processo DAF. 0209/74, doc. anexo Nº 11 e os arts. 1º e 2º da citada Lei Nº 3.343), em 18 de fevereiro de 1974, pelo decreto número 2.311 publicado no Diário Oficial do Estado de 23/2/74, a empresa referida, agora com a razão social alterada para Algodoeira Major Izidoro Ltda. (Amil), teve seu débito parcelado em 47 (quarenta e sete) prestações mensais de Cr\$ 1.087,40 - (mil e oitenta e sete cruzeiros e quarenta centavos), dispensando-se os acessórios da dívida: juros, correção monetária e multa.

Verifica-se agora que esses engenhosos expedientes, inicialmente impossibilitaram o pior, que seria o leilão de todos os bens da usina. O decreto governamental perdoadando as multas, juros, correção monetária e parcelando o pagamento do imposto, frustrou a ação judicial. Enquanto isso o Estado, até o momento nada recebeu de seu crédito.

● b) A Secretaria da Fazenda construiu na entrada da cidade de Porto Real do Colégio, neste Estado, à margem da BR-101, prédio onde seria instalado posto fiscal. Na obra, só a parte relativa à terraplenagem teria custado cerca de Cr\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros).

Entretanto, estando edificada a menos de 400 metros de um entroncamento rodoviário, onde o tráfego de veículos pesados é intenso, o DNER, até agora, não teria admitido seu funcionamento. O fato mais grave é que para sua realização não houve concorrência pública, tendo seu custo total se elevado a aproximadamente Cr\$ 1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil cruzeiros), conforme documentos em poder da Secretaria da Fazenda.

● c) Algumas empresas, dentre as 32 que optaram pelos incentivos fiscais criados pelo decreto nº 1.945, de 11 de novembro de 1971, favorecidas pela omissão ou pelas simpatias da Secretaria da Fazenda e da Companhia de Desenvolvimento de Alagoas (Codeal), como é, por exemplo, o caso da Norfibra S.A. Indústria e Comércio, usavam o expediente de não recolher ao Banco do Estado de Alagoas S/A a parcela de ICM correspondente aos incentivos e que representava 60% (sessenta por cento) do imposto devido. Recolhendo efetivamente aos cofres da Fazenda apenas 40% do total do imposto sobre circulação de mercadorias que lhes competia pagar, vinham de longa data concorrendo deslealmente com outras empresas. Dispensamo-nos de enviar qualquer documento a respeito dessa denúncia pela convicção de que os fatos são já do conhecimento pessoal de V. Exa., tendo a fiscalização estadual recentemente atuado algumas delas, o que representa a absoluta procedência da denúncia. Sugerimos a V. Exa., entretanto, determine levantamento no Banco do Estado de Alagoas S/A e Codeal a partir de novembro de 1971, a fim de verificar se determinadas empresas foram autorizadas a levantar antes do prazo legal de dois anos as parcelas correspondentes ao incentivo e, em caso afirmativo, quais os motivos da excepcionalidade.

Finalmente, senhor governador, permitamos rapidíssima apreciação sobre as contas globais do governo do eminente professor Afrânio Lages, relativamente ao ano de 1974, rejeitadas pelo egrégio Tribunal de Contas do

Estado e posteriormente aprovadas pela Assembléa Legislativa de Alagoas, no exercício de seus poderes constitucionais. Esclarecemos que não fazemos reparos ao ato político da aquela casa legislativa, pois vemos-lo como emanação da soberania do poder que ela representa.

É que V. Exa. houve por bem reformular a prestação de contas referida, manifestando esse propósito na Mensagem nº 29/75, de 19 de agosto próximo passado, enviada à Assembléa Legislativa, pedindo-lhe a concessão do crédito suplementar de Cr\$ 260.000,00 (duzentos e sessenta mil cruzeiros) para contratação da firma de auditoria Organização Técnico-Contábil S. C., desta capital, e cuja tarefa será basicamente

- rever os registros orçamentários;
- rever os registros financeiros;
- rever os registros patrimoniais;
- reformular os balanços;
- substituir peças dos balanços e,
- apresentar um relatório final.

(Docs. anexos nºs. 13 a 15)

Em verdade consideramos essas providências inviáveis do ponto-de-vista jurídico e contábil. Considerando, todavia, que a mensagem nº 29/75 já foi aprovada pela Assembléa Legislativa e que, assim, o trabalho técnico nela proposto será realizado, aproveitamos o ensejo para sugerir a V. Exa. que determine à firma de auditoria que o executará esclareça algumas informações contidas no relatório da auditoria financeira e orçamentária constante do processo TC-1043/75, do egrégio Tribunal de Contas de Alagoas, sobre as contas do governo do Estado em 1974, a saber:

● Despesas na Secretaria de Educação agrupadas na rubrica diversos, no montante de Cr\$ 6.402.839,00 – (seis milhões, quatrocentos e dois mil, oitocentos e trinta e nove cruzeiros), correspondentes a 9,8% da verba orçamentária global destinada àquela Secretaria. Essas despesas são pouco menor que a soma total dos gastos com ensino técnico profissional (= Cr\$ 1.512.196,79); ensino e cultura artística (= Cr\$ 1.416.519,48); educação física e desportos (= Cr\$ 385.572,70) e pesquisas, orientação e difusão cultural (= Cr\$ 3.807.179,77).

Nossa curiosidade decorre do fato de a rubrica diversos só poder representar o somatório de despesas extraordinárias ou eventuais, sempre de pequena monta, que não logram classificação ou identificação certa, sendo, sem dúvida, bastante elevada a quantia de Cr\$ 6.402.839,00 referidas às fls. 16 do citado relatório (doc. anexo nº 16).

● O recebimento pela Fazenda estadual da quantia de Cr\$ 1.509.108,74 (um milhão, quinhentos e nove mil, cento e oito cruzeiros e setenta e quatro centavos) correspondente a juros auferidos no exercício de 1974 do Banco do Estado de Alagoas S/A, considerando que a maior taxa remuneratória de capital fixada na atualidade pelo Banco Central é de 2,42% ao mês, em depósitos a prazo fixo no período de vinte e quatro meses e como aquele estabelecimento de crédito não, opera no Mercado Aberto ou negocia com papéis que possibilitem essa rentabilidade, cumpre indagar qual o montante dos recursos financeiros aplicados no Be a em que tipo de operação conseguiu a Fazenda essa rentabilidade.

Esclarecemos que essa informação está contida às fls. 44 do citado relatório, (doc. anexo nº 17).

Finalmente, no balanço geral do Estado relativo ao exercício financeiro de 1974, na conta despesas a regularizar (receita extraordinária), na rubrica valores pendentes de regularização, está consignada a quantia de Cr\$ 6.901.401,67 (seis milhões, novecentos e um mil, quatrocentos e um cruzeiros e sessenta e sete centavos).

Depreende-se do exame dos documentos anexos nºs. 18 a 23 (ofício GSF-292/75.0.13, de 12/6/75, do sr. Secretário da Fazenda, e avisos de crédito nºs. 018778; 018780; 018789; 105807 e diversos avisos de estorno de crédito, todos emitidos pelo Banco do Estado de Alagoas), que no dia 31 de dezembro de 1974 diversas exortórias fiscais do Estado recolheram ao Banco do Estado de Alagoas S/A, por sua agência central, a quantia de Cr\$ 6.901.401,67 (seis milhões, novecentos e um mil, quatrocentos e um cruzeiros, sessenta e sete centavos).

Esses valores foram depositados em igual data na conta nº 101.001-6 do Estado de Alagoas, ensejando a emissão dos avisos de crédito a que acima nos referimos. Por razões que ignoramos, o Be a estornou todos esses lançamentos, não tendo a Secretaria da Fazenda, a despeito de insistentemente indagada a respeito pelo Tribunal de Contas do Estado, (of. nº 1-6/75), explicado o destino final dessa elevada quantia.

Aproveitamos o ensejo para renovar a V. Exa. nossos protestos de estima e distinta consideração.

Atenciosamente,  
Deputado José Costa.

RIO GRANDE DO NORTE

# LOTEAMENTO GEOLÓGICO DAS MULTINACIONAIS

Declarando, inicialmente, que todos estamos preocupados "com o comportamento dos capitais estrangeiros em nossa terra, inspirados por um desejo de preservação da economia nacional, desejo legítimo que, sem negar a necessidade do concurso internacional para o desenvolvimento, procura regular de forma conveniente a entrada dos capitais externos, a remessa de lucros e a utilização das riquezas do País, bem como impedir que setores vitais da vida econômica se concentrem sob o poder estrangeiro e importantes centros de decisões nacionais se transfiram para o exterior", denuncia que a entrada de empresas estrangeiras no seu Estado, para pesquisa e lavra de minérios, está sendo feita com intensidade alarmante. Basta acentuar que em 74 foram requeridos 495 alvarás de pesquisas, em sua maioria de grupos multinacionais, e que este ano, num só dia, a empresa Itagé, ligada a um desses grupos, requereu ao DNPM 27 pedidos de pesquisa.

O quadro é de tal forma grave que o presidente da Casol, órgão estadual que trata dos recursos minerais, geólogo Edgar Ramalho Dantas, declarou que se está fazendo um "verdadeiro loteamento geológico do Rio Grande do Norte, do qual se beneficiam principalmente as multinacionais".

O Código de Minas, segundo o deputado Henrique Alves, favorece essa atividade e é sob o respaldo da legislação vigente que os poderosos grupos multinacionais se esmeram em requerer alvarás: "No caso do Rio Grande do Norte, englobam quase todo o Estado, impedindo aos brasileiros até a pesquisa do minério de seu próprio subsolo, pois o critério legal é o da preferência na protocolização do requerimento: quando se toma conhecimento, já áreas formidáveis estão requeridas pelas multinacionais.

Citando, ainda, o geólogo Edgar Dantas, revela a preocupação deste com o quadro atual, o Rio Grande do Norte sendo invadido literalmente pelos estrangeiros, prevendo atritos com os fazendeiros, os quais, desconhecendo o Código de Minas, estão espantados com o súbito interesse pelo subsolo estadual.

Indaga o parlamentar opositor: "Se as empresas multinacionais que operam no setor mineral têm assim facilitada sua entrada nas terras brasileiras, como não será sua atividade na exploração, se tudo é cercado de tantas regalias?"

## Ainda a Brasimet

Citando Crítica (n.º 33) diz Henrique Alves: "Ainda há pouco, a imprensa divulgou estranhas operações da Companhia Brasileira de Chumbo e da Mineração Boquira, que extraem chumbo na Bahia, misteriosamente envolvidas em contrabando de prata. O assunto é, inclusive, objeto de investigação na CPI das Multinacionais. Segundo ainda a imprensa, com estas duas empresas está envolvida nos mesmos problemas a Brasimet, grupo estrangeiro que opera largamente no Rio Grande do Norte, extraindo tungstênio através de subsidiárias como a Acauá Indústria e Comércio, em Currais Novos, e Mineração Sertaneja S/A, em Santana do Matos".

Registra o fato para evidenciar a necessidade urgente de um controle mais eficaz das operações desses grupos no Brasil, especialmente por se tratar de riquezas minerais, cuja preservação cumpre fazer a todo custo, de que é

O problema da pesquisa e lavra de minérios no Rio Grande do Norte, que vem sendo feito por grupos internacionais de forma desordenada, cujos feitos nocivos já se fazem sentir, foi objeto de denúncia ao Congresso por Henrique Alves (MDB-RN), mostrando a necessidade urgente de providências governamentais que resguardem o interesse nacional, a partir da revisão do Código de Minas.



Henrique Alves:  
multinacionais invadem o Rio Grande do Norte

exemplo a Petrobrás, malgrado as investidas desnacionalizantes de que intermitentemente é vítima. Alude às reservas minerais dos países mais industrializados – que estão em vias de esgotamento, buscando eles suprimento nos países de mais recente exploração dos recursos do subsolo – para equacionar o problema do Estado que representa.

"O Rio Grande do Norte é o único produtor brasileiro de tungstênio concentrado. Em 73 foram exportadas 1.343 toneladas de minério no valor de US\$ 4.460.000,00, valor apenas superado pelo sal, minério de ferro, manganês e combustíveis. O tungstênio é exportado enquanto a indústria siderúrgica brasileira mais e mais precisa desse metal para suas atividades. Não temos no Brasil uma usina redutora sequer, e a simples ida do minério para o exterior, obrigando-nos a comprar o metal já acabado, importa em grave prejuízo. Sob esse aspecto, grupos nacionais já pensaram em instalar no Rio Grande do Norte uma usina redutora, plano logo posto de lado pelas dificuldades para a colocação do metal acabado no mercado exterior, literalmente dominado pelos mesmos grupos que, aqui, exploram o minério".

Explica Henrique Alves o valor estratégico do tungstênio e sua importância na indústria siderúrgica e de materiais elétricos, mostrando que é vital para o desenvolvimento nacional e a desnacionalização de sua exploração e aproveitamento importa em subordinar o Brasil ao arbítrio estrangeiro nesse setor econômico e mesmo na sua defesa.

Não se situando entre os que pretendem fechar as portas à entrada dos capitais estrangeiros, pois entende que são necessários à aceleração do nosso progresso, não concorda, entretanto, o representante do MDB com a leviandade com que nossos recursos naturais são entregues, nem o modo como são operados, sem controles especiais e sem meios de revertê-los para o benefício nacional. Áreas imensas, no caso dos minérios, são entregues aos grupos internacionais, ficando o empresário brasileiro sem opções para pesquisar reservas e jazidas e que alguns minérios são monopolizados nas mãos daqueles grupos, como o tungstênio, sobre acentuar que a remessa de lucros para o exterior é praticamente livre, lembrando que o tungstênio é vendido para o exterior, lá beneficiado pelas próprias empresas exportadoras para depois ser comprado pelo Brasil sob excessiva majoração de preço.

O deputado Henrique Alves defende a reforma da legislação em vigor, lembrando a necessidade de o próprio governo – em casos especiais, devido à carência de recursos técnicos e financeiros da empresa nacional – promover as prospecções necessárias. Assim, acrescenta, se impede que o setor mineral também se desnacionalize, refletindo sobre a vida econômica nacional e as decisões que orientarão o futuro deste País.

## CURSO DE PAPIER MACHÉ

para  
CRIANÇAS E ADULTOS

Duração: 3 aulas

Preço: Cr\$ 140,00  
com material

Turnos pela manhã  
e à tarde

INFORMAÇÕES PELO  
TELEFONE 245-5741  
RIO RJ

## O MILIONARIO DA LOTECA E A IRRESPONSABILIDADE

Todos os jornais, revistas, rádios e televisões, dedicaram amplo espaço ao novo milionário da loteca. Até aí, tudo bem. Informar é dever da imprensa. O que não pode ser esquecido é que o cidadão Miron Vieira de Souza, que ganhou um prêmio de mais de Cr\$ 22 milhões de cruzeiros, é um ser humano, que merece, no mínimo, o respeito pela sua condição de gente.

Se é ignorante, como alguns pretendem apontá-lo, a culpa não é sua; antes devemos culpar a estrutura em que vivemos. Se é uma pessoa simples e sem maiores ambições, cabe à imprensa o difícil dever de não transformá-lo em "folclore" como fizeram com o hoje conhecido "Dudu da Loteca". Suas declarações têm sido deturpadas e todos os jornais resolveram fazer "gozações" de péssimo gosto: uma hora dizem que o homem vai man-

dar fazer uma dentadura de ouro, na outra dizem que vai comprar um caminhão para levar o dinheiro para casa. Não é assim que a imprensa pode cumprir seu papel.

Mas não é só a imprensa a responsável por tudo isto: a Caixa Econômica não deveria em hipótese alguma, liberar dados particulares de seus ganhadores: nome, endereço, número de filhos etc. Afinal, alguém com mais de 22 milhões é sempre uma vítima em potencial de sequestros, roubos e até mesmo de bajulação. Já apareceu até um político (da Arena, claro) como "conselheiro" do novo milionário.

Daqui a pouco serão os colonistas sociais que, despeitados, irão começar com seus poucos imaginativos comentários sobre as "gafes" de Miron Vieira de Souza.



no brasileiro contra o fuzilamento, por crimes políticos, de cinco espanhóis".

"O comportamento do governo da Espanha", diz o parlamentar, "negando clemência aos condenados, tem merecido viva repulsa de grande número de países", e cita França, Itália, Bélgica, Reino Unido, Alemanha Oriental, Alemanha Federal, Noruega, Suécia, Holanda, Portugal e México, além da manifestação de "tormento e pesar" do papa Paulo VI".

"A execução dos espanhóis repugna a consciência ética e jurídica das nações civilizadas", motivo pelo qual o deputado manifestou a esperança de que "o Brasil também se una a este movimento uníssono de indignação e revolta".

## O colonialismo do prefeito do Rio

Os cariocas estão sendo alvo de uma campanha de "doutrinação" para "receber bem o turista". Anúncios enormes nos jornais pretendem transformar nosso povo em colonizados. Aquele negócio de "buana" africano.

O responsável é o prefeito Marcos Tamayo, um emedebista que pertence a um governo arenista. O homem está desperdiçando uma fortuna com publicidade. Enquanto isso as professoras continuam ganhando a mesma coisa, e trabalhando mais. Por falar nisso, os pais devem se preparar para uma crise educacional: com o aumento da carga horária, muita gente vai pedir demissão de suas cadeiras na rede de ensino oficial, pois trabalhar mais ganhando a mesma coisa, além de injusto, é burrice. E afinal nós somos um povo civilizado. Ou não? Aliás, que tal levar os turistas para conhecer as escolas mantidas pelo governo? Não é exotismo o que procuram?

## Futuros jornalistas começam a aprender cedo...

Os alunos do Instituto de Arte e Comunicação Social da Universidade Federal Fluminense, futuros jornalistas, publicitários e cineastas, estão começando cedo a sentir na carne o que encontrarão quando começarem a trabalhar. A direção da faculdade resolveu impor uma censura aos murais e determinou que qualquer tipo de atividade cultural do diretório acadêmico deverá ser submetida à aprovação prévia.

O fato não seria novidade, se não tivesse um elemento novo. É que o diretor do IACS, professor Antônio Sérgio Mendonça, recentemente nomeado para o cargo, trouxe aos estudantes um otimismo; chegou ao cargo com menos de 30 anos, e conheceu, enquanto aluno de letras, todas as restrições impostas aos universitários. Um dos alunos, referindo-se ao diretor como "carreirista", disse que o mesmo faz ameaças veladas de aplicação do 477.

Crítica não sabe se o que o professor Antônio Sérgio Mendonça está fazendo é uma renovação no currículo: afinal futuros jornalistas devem estar acostumados desde já com coisas como censura, assuntos proibidos e outros... Em todo caso é triste constatar que um jovem que chegou à direção da faculdade com o apoio de todos - inclusive deste jornal - por carreirismo ou qualquer outro motivo, faça exatamente as mesmas coisas que criticava nos seus antigos professores.

Ainda sobre o professor Antônio Sérgio: um aluno estranha que o

## Um caos na cabeça do ministro



O ministro Shigeaki Ueki (foto), falando na CPI sobre as multinacionais, declarou que a formação de cartéis nos moldes da OPEP para outras matérias-primas, "seria o caminho mais curto para a terceira guerra mundial". O estranho raciocínio do ministro teve prosseguimento quando declarou que "seria caótico para o país a decretação do racionamento dos combustíveis".

Quanto à primeira declaração, o ministro que Ibrahim Sued chama de "o samurai de EG", parece não conhecer história: os países produtores de matéria-prima, sempre viveram a reboque das potências econômicas, justamente pela falta de união. Assim, a OPEP nada mais é que um bom exemplo. Tem dado ótimos resultados. Quem duvidar, é só ler os jornais norte-americanos, que são da mesma opinião (de Ueki).

Com relação ao fato de que "seria caótico" a decretação do racionamento dos combustíveis, o ministro parece estar tomado de estranha megalomania: todos os países ricos do mundo adotaram o racionamento. Por que o caos seria um privilégio verde e amarelo?

## Fuzilamentos: e o Brasil fica calado?

Em nota à imprensa, o deputado Henrique Eduardo Alves (MDB-RN) estranhou o fato de ainda não ter surgido "um protesto do gover-

MULHER QUE É MULHER:  
LAVA 20 KG DE ROUPA, SE TEM,  
PREPARA O RANGO...  
GÜENTA O TRANCO,  
PASSA POR CIMA DA  
"VIDA"!!!



E  
APRONTA  
TODO ANO...  
UM NOVO  
BRASILEIRINHO  
!!!

Wagner

diretor de uma faculdade de jornalismo nunca tenha colocado os pés numa redação, não tenha a menor idéia do que seja, por exemplo, um lay-out de anúncio. De cinema, dizem, é apenas um frequentador. Negócio de fotolito, diagramação, off-set, é grego para ele.

## Os jovens trabalham e os velhos deduram

O jornal do Diretório Acadêmico da Faculdade de Filosofia de Assis é uma das melhores publicações que Crítica tem recebido. Enquanto todos os instrumentos legais impedem que os estudantes tenham nas escolas um clima de comunidade, os jovens com seus jornais, dão mostra de talento, capacidade e principalmente de inconformismo com a apatia cultural que pretendem impor.

Enquanto os jovens publicam jornais sem nenhum apoio, alguns órgãos da chamada imprensa "estabelecida" dedicam-se a aprofundar ainda mais o obscurantismo medieval reinante no país. Assim é que na edição de 15 de agosto de 1975, A Gazeta de Assis, que ostenta orgulhosamente em seu cabeçalho o fato de ser "o primeiro jornal diário da cidade" e ter "clicheria própria", dedica-se à lamentável tarefa de dedurar as atividades culturais desenvolvidas pelos alunos da Faculdade de Filosofia de Assis. O jornal do sr. Nelson de Souza, afirma que os estudantes publicam "artigos pornográficos e outros bastante agressivos às autoridades constituídas".

A isso nós chamamos demonstração de mau-caratismo. Para não dizer de pobreza de espírito. Quem vê "pornografia" nos artigos dos estudantes precisa com urgência de um analista. Da mesma maneira que as pessoas que viram na capa do disco Jôia qualquer tipo de agressão a qualquer coisa.

Mas mesmo com "clicheria própria", o jornal de Nelson de Souza não tem nenhum motivo de orgulho: orgulhosos estamos nós por saber que a juventude de Assis não aceita o obscurantismo cultural. Em tudo isso resta a nós, que vivemos da imprensa, uma tristeza: ver um jornal "dedando" o trabalho dos moços, é realmente triste. Pedir censura para os outros é inconcebível. Resta o consolo de saber que o futuro pertence aos universitários com seus jornais pobres e sem clicheria própria, mas com idéias.

## Semana na UnB

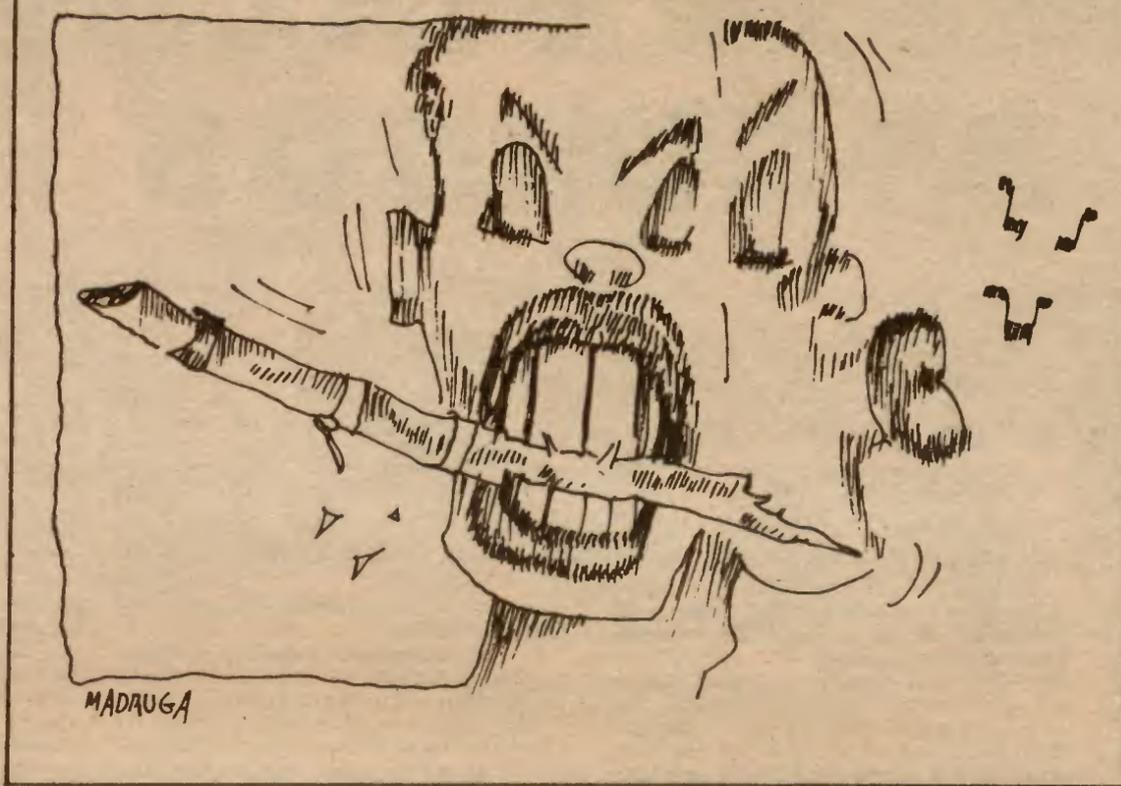
Os alunos da Universidade de Brasília (um projeto que não deu certo por culpa das autoridades educacionais) estão lutando como podem para fazer alguma coisa. Assim, promovem agora a Semana do Diretório Universitário, uma nova maneira de encerrar as tradicionais "semanas de calouros".

No lugar de campeonatos de ping-pong, tertúlias e outras coisas do gênero, os veteranos da UnB começam por informar seus novos colegas de vários aspectos da realidade universitária, o que fazem em um boletim, explicando inclusive o porquê da necessidade de todos participarem das atividades da Semana, que vai do dia 6 ao dia 12. Na programação constam exposições de filmes, palestras, noites de samba e uma conferência sobre música brasileira, proferida pelo jorna-

lista José Ramos Tinhorão - a única falha (de muito mau gosto) dos estudantes de Brasília.



## UTILIZAÇÃO DA CANA NA GASOLINA



## Beló: tenente prende e chicoteia

Os acontecimentos lamentáveis ocorridos em Belo Horizonte quando um tenente da polícia militar invadiu a Faculdade de Engenharia, prendendo estudantes e chicoteando um, é mais um episódio da luta em que todos estamos empenhados para a restauração do pleno estado de direito.

O incidente, simples, resumiu-se no seguinte: um carro do Batalhão de Trânsito tentava rebocar um veículo na esquina da Avenida do Contorno com a Rua da Bahia, na capital mineira, quando alguém lançou um saco plástico, contendo água. O impacto do saco teria danificado (?) o carro oficial, o que provocou o ódio do tenente Jesus Damasceno que passava pelo local. Quer dizer: ele não tinha nada com o caso, apenas passava pelo local, mas arvorou-se em defensor de seus camaradas. O incidente, claro, mereceria outras providências, talvez até um inquérito, pois todos somos responsáveis pelo pa-

trimônio público, mas não se justifica a violência, a invasão da faculdade.

Resta uma lição: o tenente Jesus Damasceno é um produto típico do estado em que vivemos. Sob um regime de plenas franquias democráticas, ele não se sentiria um "super-homem". As providências legais seriam tomadas, pelo Estado enquanto instituição, não por um agente, por um ocupante do menor escalão do oficialato.

## A Sombras ainda existe

Já nas bancas o novo número da nova Revista do Rock. O antigo encarte foi suprimido, e a revista ganhou em número de páginas. Dentro de sua política editorial de abordar em cada número um grande nome, Tarik de Souza, o excelente crítico do Jornal do Brasil, aborda John Lennon, talvez o mais polêmico dos Beatles.

Mas a revista mudou (para melhor) e tem uma excelente matéria sobre a nostalgia musical (Celi

Campelo) e duas reportagens sobre a difícil vida do músico brasileiro. Publica também, em primeira mão, o manifesto oficial da Sombras (Sociedade Musical Brasileira). Fraco. Problemas de redação, apenas? Em todo caso é bom saber que a entidade que pretende reunir os músicos brasileiros já tem uma sede, no Museu de Arte Moderna do Rio. O apoio à Sombras é uma obrigação de todos, inclusive da imprensa, mas a entidade deve dinamizar (ou criar) um setor de ligações com os jornalistas, universalizando seu campo de atuação, e não marginalizando ninguém por razões de simpatia ou antipatia.

Pelo menos uma coisa: a entidade não está parada. Já temos no Brasil uma publicação especializada em música que reúne os melhores nomes de nossa crítica especializada.

## Novo correspondente de Crítica

A partir deste mês, Crítica tem um novo correspondente, agora no Piauí, Ceará e Maranhão: Walter Gomes, 35 anos, 18 de imprensa, ele já foi diretor dos jornais O Mossoroense (Mossoró-RN) e Tribuna do Norte, de Natal, e repórter político e econômico do Jornal do Brasil, do Rio. Walter Gomes assina, hoje, coluna política e econômica na Tribuna do Ceará, de Fortaleza.

## Dia da censura, não da imprensa

Em discurso pronunciado na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, o deputado Fernando Canto estranhou a passagem do Dia da Imprensa em discurso no qual destacou a "sobriedade e excessiva discricção" com que foi comemorado. "Pelos altos escalões do poder, que querem impor instituições à pátria, mesmo aberrando contra sua tradição cultural, legal e política, pelos nossos mandantes - avessos a serem mandatários do povo - foi decidido que os reverses ocasionais da economia, os gritantes contrastes entre miséria e acumulação de renda, a incompetência administrativa, tudo isso encontra a melhor forma de ser combatido na sua ocultação", afirmou.

"A imprensa - lembrou - comemorou a passagem do seu dia com o aumento da lista dos periódicos censurados: ao lado de Opinião, O Pasquim, O São Paulo, Tribuna da Imprensa e a revista Veja vieram alinhar-se as revistas Nova e Pais e Filhos. A peça teatral de Plínio Marcos "O Abat-jour Lilás" foi censurada, isto é, proibida de ser montada..."

Sugere o deputado que "quando houver referência ao 7 de junho como o Dia da Imprensa é bom ressaltar-se para o Brasil: não se trata do dia da liberdade, mas do da censura..."

## ESPECULANDO (BONS) SONS

No Museu de Arte Moderna do Rio, até o dia 12 de outubro, o músico Guilherme Vaz está apresentando o show "4 Composições e 2 Tiques", num espetáculo que deve ser assistido por quantos se interessam pela boa música.

O trabalho de Guilherme não é exatamente popular, "porque pretende se abrir mais". Quer dizer, é um trabalho experimental, muito próximo do que se convencionou chamar de "cinema marginal".

Quem quiser conhecer um músico que não se conformou com o que existe (por melhor que seja), mas que está trabalhando no mundo da especulação estética, pode ir à Sala Corpo e Som do MAM. Pena que o Museu insista em cobrar preços tão caros (Cr\$ 40,00) por um show que interessa diretamente a quem está com sede de coisas novas. Em todo caso, vale o sacrifício. Como não diria a rede Globo: "cultura também é cultura". Ou não?



## MDB e a luta e o apoio de Crítica

Em nossa última edição, publicamos sob o título "A luta e o apoio de Crítica", requerimento apresentado à Convenção Nacional do Movimento Democrático Brasileiro propondo voto de solidariedade a este jornal. Por um lapso técnico, deixamos de registrar o nome do autor da proposta, o que hoje fazemos, com nossas desculpas e agradecimentos ao deputado Assis Amorim, um dos mais combativos líderes da oposição no Rio Grande do Norte. A moção foi aprovada por aclamação, o que nos envia de profundamente, não apenas por seu significado, mas também por mostrar que a imprensa ainda tem um papel a cumprir. E Crítica, com todas as dificuldades, vem cumprindo o papel a que se propôs, desde seu número 1, em agosto de 1974.

# ARGÉLIA QUER ROMPER DIÁLOGO DE SURDOS

*Fatih Bouyadagha é o embaixador da Argélia nas Nações Unidas. Foi Representante das Forças de Libertação Nacional de seu país no Brasil e pouco depois da independência, o segundo embaixador da Argélia no Rio de Janeiro. Teve um importante papel na formulação e implantação das relações diplomáticas e econômicas entre os dois países, principalmente com relação às trocas comerciais de petróleo e café. Também, enquanto no Brasil, foi estudante da antiga Faculdade Nacional de Filosofia, onde estudou História.*

*Nossa conversa girou em torno das questões fundamentais dos problemas internacionais da presente conjuntura, com ênfase nos princípios estabelecidos desde a 29ª Assembléia Geral da ONU em 1974. A Argélia, desde então vem desempenhando um papel de liderança na formulação de um programa básico para os países não-alinhados, e o presidente Houari Boumediene se destaca como uma das lideranças mais ativas do cenário mundial, particularmente nas negociações entre os países do terceiro mundo e os países industrializados.*

**C** - Desde a última assembléia geral das Nações Unidas, como situaria o papel desempenhado pelos países não-alinhados, no esforço pela implantação de um novo relacionamento no plano internacional?

**FB** - O grande destaque, sem dúvida, é o surgimento de uma nova maioria no panorama internacional e que deslocou o centro de decisões para os países menores, menos fortes, ou menos ricos. A 29ª Assembléia Geral foi um reflexo das mudanças que o mundo tem sofrido desde a criação da ONU. Isso se deu de duas maneiras: ao nível das grandes potências e das superpotências, com o surgimento da política da "detente". Ao nível dos pequenos países, dos que chamamos não-alinhados, que querem cada vez mais assumir uma responsabilidade ativa nos negócios mundiais, temos uma nova consciência internacional.

**C** - Você incluiria no segundo nível a participação também da América Latina em seu conjunto?

**FB** - Sem dúvida. O continente latino-americano participa desta transformação das negociações internacionais e para dar um exemplo, citamos a reunião de Georgetown. Ali, numa antiga colônia inglesa, discutimos e conduzimos toda uma série de propostas para uma posição comum em torno das questões de cooperação econômica e entendimento político.

O continente latino-americano tem sua história intimamente ligada à causa da independência e de seu amor à liberdade. Seu passado nos mostra isso. É uma herança que vem dos tempos coloniais. É um continente onde existem grandes restrições políticas e econômicas pesando sobre seu desenvolvimento. Na América Latina ainda há resistências e reações de uma ordem antiga, que não se resigna a desaparecer e que se põe no meio do caminho, para entrar um desenvolvimento, que seria fatal. Na verdade, não se trata somente de enfrentar as tendências hegemônicas e imperialistas das grandes potências, mas de vencer direta e brutalmente a concepção dos Estados Unidos que estende a esse continente as fronteiras de sua segurança estratégica e econômica.

**C** - Então o caminho é entrar diretamente em confronto com as grandes potências e estabelecer uma outra ordem internacional?

**FB** - O movimento dos não alinhados não se propõe a rivalizar com os poderosos. Muito menos pregamos um conflito direto. Nossa ação, baseada na solidariedade dos países do terceiro mundo, quer antes de tudo introduzir nas relações entre as nações, aquele fator de justiça e humanidade que o crescimento prodigioso da força de alguns teria acabado por fazer perder de vista.

**C** - Você se refere então a uma responsabilidade na condição das relações entre diferentes posições?

**FB** - Digo que esse movimento é o fruto de uma perspectiva que permita aos pequenos países assumir uma responsabilidade maior na direção dos negócios mundiais. Os não-alinhados querem igualmente desempenhar um papel de "fator de detente", não somente rompendo esse confronto, geralmente perigoso entre as superpotências, mas também, e principalmente, participando ati-

vamente no melhoramento das relações entre os estados.

**C** - Especificamente quanto aos problemas econômicos, quais as posições delimitativas entre uns e outros blocos?

**FB** - Desde a 6ª Sessão Especial da ONU que os problemas econômicos ganharam uma importância nova. O diálogo entre os países mais ricos e os que estão em via de desenvolvimento, continua sendo um diálogo de surdos. Esperamos que a próxima reunião dê lugar a uma linguagem que permita finalmente

a comunicação entre desenvolvidos e subdesenvolvidos. Não há nenhuma razão para que não continuemos a buscar a melhor maneira de vencer todas as dificuldades, mas não nos deixaremos intimidar por ameaças veladas. Nossa causa é justa e nossos argumentos de tal forma irrefutáveis, que não temos qualquer receio num confronto com os países industrializados. O objetivo dos não-alinhados é obter a cooperação de todos para ter acesso a uma ordem mundial mais justa e portanto mais estável.

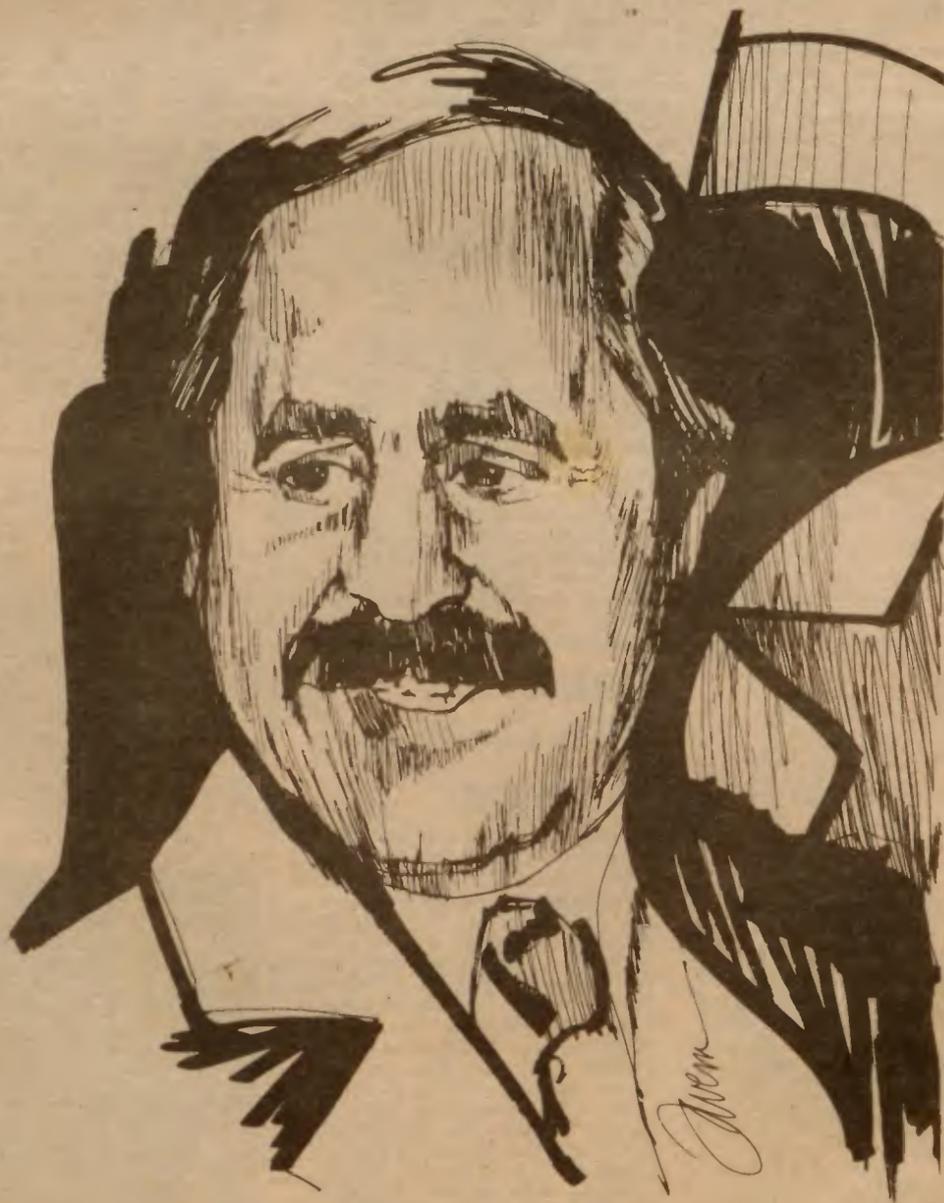
Para os países em via de desenvolvimento, a 7ª Sessão Extraordinária é o prolongamento da 6ª Sessão. Ela visa reforçar os resultados obtidos e levá-los à prática.

**C** - Uma questão a que esteve ligada a Argélia ultimamente foi a da admissão do Vietnã no seio da comunidade internacional. A Argélia defendeu a admissão dos dois Vietnãs dentro do princípio de que ambos preenchiam todos os requisitos estabelecidos pela Carta da ONU. Mas os Estados Unidos, como uma grande potência, usou o direito de veto. A Argélia admite o uso do direito de veto em certos casos?

**FB** - Em primeiro lugar, com respeito ao direito de veto, longe de nós a idéia de contestar as prerrogativas das grandes potências e "picar seus privilégios para compartilhar das migalhas". Reconhecemos que podem existir desigualdades necessárias porque cabe às grandes potências o papel de guardiãs e promotoras da paz mundial. É a esse título que a carta das Nações Unidas lhes concedeu privilégios, dos quais um dos mais importantes é o direito de veto, que de resto, compensa de alguma forma a excepcional responsabilidade de que estão investidos.

Entretanto, se o direito de veto constitui um privilégio, também inclui deveres e responsabilidades, cujo respeito é essencial ao desenvolvimento harmonioso da vida internacional. É difícil admitir isso mesmo, que a potência beneficiária do direito de veto o utilize para fins egoístas e para a defesa de privilégios injustos que vão contra as aspirações de paz e segurança mundial.

Recentemente, tivemos um exemplo do uso abusivo do veto, quando os Estados Unidos se opuseram, no Conselho de Segurança, à entrada na ONU da República do Vietnã do Sul e da República Democrática do Vietnã. A isto nós nos opomos porque se tratava de uma admissão que não colocava em risco a segurança internacional.



Fatih Bouyadagha: acesso dos pobres e uma ordem mundial mais justa

CLOVIS BRIGAGÃO  
Correspondente em Nova Iorque



Selva de Pedra:  
muita especulação e muitos lucros e nenhuma  
solução para o problema habitacional

# MERCADO IMOBILIÁRIO: O SONHO ACABOU?

Durante anos, a alta lucratividade  
fez do setor imobiliário o  
filé mignon das empresas.  
Agora, chega ao fim a euforia.  
Alguns empresários estão  
mudando de atividade ou  
simplesmente abandonando o ramo imobiliário.  
Outros porém parecem dispostos a brigar até o fim  
pelo restabelecimento dos tempos de ouro.

O que aconteceu no início deste ano com o grupo Lume ilustra bem como as empresas do setor viveram – e lucraram – nos últimos anos e como elas sentiram a decisão do governo de suspender as garantias da Resolução 63, mediante a qual as empresas contraíam empréstimos no exterior, respaldadas nas letras imobiliárias garantidas pelo Banco Nacional da Habitação.

Depois de uma série de empreendimentos frustrados, como a Morada do Sol, na entrada do Túnel Novo, em Botafogo, cujo número de compradores não chegou a cobrir os custos da obra, a Construtora Contal e a Imobiliária Nova York, ambas pertencentes ao grupo, encerraram suas atividades, imitando outras empresas do setor.

Pior, deixando como testemunho evidente da decadência do grupo, o buraco de mais de 4 mil metros quadrados aberto no centro do Rio, há cerca de dois anos, para a construção de uma obra que nunca chegou a ser iniciada: o maior prédio comercial da América Latina, com 50 andares, ocupando uma área construída de 2 mil metros quadrados, dividida entre lojas e escritórios, com heliporto, circuito interno de TV, computadores etc. Mas reflete, também, a maneira pela qual o grupo Lume e muitas outras empresas chegaram a se expandir, aproveitando as oportunidades oferecidas pelo modelo brasileiro de desenvolvimento.

## Especulação

Como os demais, Lynaldo Uchoa de Medeiros, 40 anos, pernambucano, que

começou sua carreira empresarial construindo casas populares em Recife, lançou-se na especulação imobiliária ao descobrir que poderia ganhar dinheiro com alguma facilidade: bastava aproveitar os benefícios governamentais nas diversas áreas onde houvesse muitos incentivos fiscais e necessidade, consequentemente, de pouco capital.

E o setor imobiliário foi um deles. Aliás, o Rio é um exemplo típico de como se desenvolveu o mercado imobiliário no Brasil. Com o apoio decidido do governador Chagas Freitas, cuja vinculação íntima a diversos incorporadores era mais que sabida, não houve durante seu governo nenhuma dificuldade para o setor, sendo, inclusive, liberados os gabaritos de várias áreas, principalmente da zona sul, para facilitar a especulação.

A liberdade total permitiu aos empresários não só aproveitar como incentivar o fluxo natural da classe média em direção à zona sul. Assim, ao invés de se desenvolver e abrir novas áreas, o que se fez foi incentivar uma concentração progressiva sobre alguns bairros, onde a lei da oferta e da procura fazia com que os preços dos imóveis se valorizassem constantemente.

Com o apoio dos recursos oficiais, era fácil aos incorporadores partir para as áreas preferidas pelas classes de maior poder aquisitivo. Assim foi que em Ipanema e Leblon, o preço médio de um apartamento chegou aos Cr\$ 200 mil, subindo a Cr\$ 350 mil se financiados a um prazo de, por exemplo, cinco anos.

Na Vieira Souto, os anúncios de apartamentos a preços superiores a Cr\$ 1

milhão são frequentes, apesar de a alta lucratividade do setor ter começado a diminuir, a partir do segundo semestre do ano passado, talvez, segundo fontes do mercado, como reflexo de uma classe média endividada e cujo poder de compra se encontra visivelmente deteriorado.

No mínimo, admite-se que o ritmo mantido até o ano passado não pode mais ser mantido, seja pela consequente valorização do terreno e ao encarecimento dos custos que foram de tal forma acentuados que o hábito frequente de os transferir para a classe média se tornou impossível, na medida em que os preços dos imóveis se tornaram inacessíveis ao nível de poder aquisitivo desta.

A primeira reação do setor foi reivindicar ao BNH a elevação do teto de financiamento de 2.250 UPC (unidades padrão de capital) para 4.500, o que significaria uma prestação de aproximadamente Cr\$ 4 mil. Dessa forma, como apenas famílias com renda mensal superior a Cr\$ 12 mil (a prestação do SFH deve representar 1/3 da renda) poderiam adquirir tais imóveis, a compra passou a constituir privilégio de uma pequena parcela da população.

## Estrangulamento

A própria classe empresarial do setor já admite que se não houver uma reformulação na política de concentração urbana, o estrangulamento será fatal. Em memorial encaminhado no início do ano ao governo, afirmam que "as políticas habitacional e de desenvolvimento urbano estão vinculadas à política de

ocupação do território nacional, à política de emprego e de renda" e sugerem "a mobilização do BNH para a abertura de novas áreas urbanas, visando à maior oferta de terrenos em zonas desejadas pela população".

A curto prazo, porém, a única solução apontada pelos empresários foi a elevação do teto de financiamento, que já se viu não será capaz de fazer reagir o setor, face à incapacidade da classe média de absorver unidades desse padrão.

A verdade é que o mercado imobiliário está em crise, o que poderá ter consequências desastrosas, representadas pela dispensa de mão-de-obra, o que poderia levar o governo a desviar a política de construção para o setor de casas populares. A isto, entretanto, os empresários deverão reagir, porque implicaria em perder o setor mais rentável, que é o das construções de alto luxo.

A opção Barra da Tijuca, para onde, naturalmente, a população da zona sul deverá se deslocar, ainda não se apresenta tão atraente, na medida em que falta infra-estrutura exigida pelas pessoas de renda mais elevada.

Assim, o mercado imobiliário se defronta com dois caminhos: a elevação do teto de financiamento ou as casas populares. De qualquer forma, o impasse será o mesmo, porque se a primeira opção já se mostrou impraticável, a segunda deverá encontrar forte resistência, porque implicaria em obrigar as empresas a abrir mão da alta rentabilidade proporcionada pelas construções de luxo.

De qualquer forma, parece que o sonho acabou.

SM

# A CIDADE MAIS CARA DO MUNDO

Enquanto o ministro Reis Veloso insiste em afirmar que, entre 1960 e 1970 "todas as classes ganharam em poder aquisitivo", desmentindo dados oficiais da própria Fundação Getúlio Vargas, uma pesquisa realizada em sete capitais latino-americanas, pela agência France Presse reabre o debate sobre distribuição de renda e mostra que o Rio é, juntamente com Caracas, uma das cidades mais caras da América Latina. Crítica vai mais longe: mostra que o Rio é, disparado, uma das cidades mais caras do mundo. E o Brasil, por extensão, um dos países mais caros.

Em depoimento, semana passada, perante a CPI da Câmara dos Deputados sobre Política Salarial, o ministro Reis Veloso, do Planejamento, refutou críticas de que o desenvolvimento brasileiro vem beneficiando as classes mais privilegiadas e, baseando-se em pesquisas feitas por universidades norte-americanas, "demonstrou" que "a classe pobre (cerca de 35%) teve um aumento da renda real de aproximadamente o dobro dos não pobres (65%)", concluindo que, entre 1960 e 1970, "todas as classes de renda ganharam em poder aquisitivo".

Sempre mostrando estatísticas, o ministro argumentou que "mais de 60% das famílias brasileiras já moram em residência própria e cerca de 86% (em 1973) residem em casa ou apartamento que não sejam barracos ou habitações improvisadas", face à "acentuada tendência dos últimos anos, de elevação constante do salário real das diferentes categorias sujeitas a dissídio coletivo".

Assim foi que "63% da queda do poder aquisitivo tiveram lugar nos anos 1962, 1963 e 1964", enquanto "entre 1968 e 1975, o salário real dessas categorias aumentou de cerca de 34%".

O ministro aproveitou a oportunidade para traçar um extenso perfil (oficial) da distribuição de renda e dos indicadores sociais da população brasileira, afirmando que, nas famílias de renda entre um e três salários mínimos, considerando-se as zonas urbanas e rurais em 1972, 68% da população possuía fogão a gás ou elétrico; 40% tinham máquina de costura e 33% ferro elétrico; índice esse que era "mais elevado", ainda, nas zonas urbanas.

E mais: dos domicílios urbanos, 61% estavam servidos por água da rede geral; 30% beneficiavam-se da rede de esgotos e 78% contavam com iluminação elétrica.

Os números — alguns deles — em que se baseou o ministro para traçar tal quadro podem ser verdadeiros, mas estão longe de constituir toda a verdade. Aliás, parece incompreensível e — por que não? — incoerente que um ministro, para fornecer subsídios a uma investigação oficial, tenha ido buscar dados tão longe, quando os tinha tão à mão, na Fundação Getúlio Vargas ou até mesmo do IBGE, cuja Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) constitui um verdadeiro retrato da situação sócio-econômica do país.

Em sua exposição, o ministro ressaltou, sempre, os aspectos positivos da realidade brasileira, sem se lembrar, em nenhum momento, de se referir ao elevado índice de subemprego constatado pelo IBGE, (Crítica n.º 59), chegando mesmo a desmentir dados oficiais do Censo de 70, que acusaram mais de 50% da população com salário-mínimo ou inferior, ao considerar classe "pobre" apenas 35% da população.

Isto, aliás, para espanto geral, pois se acreditava que, com a posse do presidente Ernesto Geisel — e como, de resto, foi insinuado — tinha chegado ao fim "impactos" desse tipo, que em nada diferem dos do ex-ministro Delfim Neto dos tempos do "milagre brasileiro". Sim, porque é inútil tentar convencer o assalariado de que seu dinheiro está valendo mais se, na hora de comprar, ele vale cada vez menos.

A própria Fundação Getúlio Vargas, uma entidade oficial responsável, inclusive, pela elaboração dos índices de custo de vida oficiais, já divulgou que, quanto ao índice de produtividade nacional cresceu 36%, nos dez anos que se seguiram a 1964, enquanto o Dieese, em São Paulo, demonstrou que o salário-mínimo, para ter o mesmo poder de compra de 1964, deveria ser de Cr\$ 1.252,36, isso no ano passado.

## Cada vez mais cara

É esse quadro, cada vez mais pessimista, da distribuição de renda no Brasil, que torna a vida, dia a dia, mais cara, principalmente para o trabalhador assalariado.

Uma pesquisa realizada recentemente pela Agência France Presse em sete capitais latino-americanas — inclusive o Brasil — para verificar o "custo da economia doméstica", constatou que o Rio de Janeiro é, juntamente com Caracas, a capital mais cara da América Latina, rótulo esse que poderia ser extensivo ao país, na medida em que não só a política salarial como a de tabelamento dos gêneros é praticamente uniforme em todo o país.

Pesquisando os preços de 1 kg de carne, tomate, batata, manteiga, pão, queijo, peixe e 1 litro de leite e de vinho, a France Presse concluiu que, considerando-se não só o valor monetário em si, desses gêneros, como traduzindo-se esses preços em horas de trabalho do assalariado mínimo em cada uma dessas capitais — Bogotá, Buenos Aires, Caracas, Lima, México, Montevideú e Rio —, Caracas e Rio — praticamente no mesmo nível — mostraram-se as mais caras. (Ver quadro I).

A pesquisa, muito embora não constitua um verdadeiro indicador do custo de vida nessas capitais, pela pequena quantidade de produtos que aborda, serviu entretanto para — reforçada pelas declarações do ministro Veloso — reabrir o velho debate sobre distribuição de renda no Brasil e, mais, sobre o custo de vida comparativo entre várias capitais, tema tão a gosto dos governos, principalmente dos países subdesenvolvidos, tal a capacidade do binômio custo de vida/salários de interessar multidões.

No Brasil, chegou-se, inclusive, a tentar provar que o Rio é, se não a mais barata, pelo menos uma das cidades mais baratas do mundo e o Brasil, por extensão, um dos países onde a vida custa menos, em comparação com outras capitais do chamado mundo desenvolvido.

Foi o caso, por exemplo, de uma reportagem publicada pelo Jornal do Brasil, em 1972, por "sugestão" do então ministro Delfim Neto, na qual a comparação nominal dos preços indicava o Rio como a mais cara das capitais comparadas — Londres, Paris, Roma, Nova Iorque, Buenos Aires.

"O turista brasileiro que desembarca em Orly, dizia o JB, começa a formar a impressão de que vai pagar até pelo ar que respira; mais tarde ele corrige o exagero: de graça há a visita dominical dos estudantes aos museus, a permanência nos jardins repletos" e que "embora o aumento do custo de vida não seja dos maiores na Europa (6% em 1971), em Paris nada é barato — da condução ao aluguel de casa, passando pelo cigarro, pelo jornal, pelo cinema e pela comida. O brasileiro que vive lá ou que chega a passeio costuma perguntar como vive esse povo, pagando 114,00, em média, por um par de sapatos".

"O governo ajuda", conclui tendenciosamente, desfilando com um quadro comparativo de preços no qual uma série de produtos brasileiros, que vão desde alguns gêneros alimentícios até as diversões, habitação e vestuário,

aparecem com preços bastante inferiores aos das capitais citadas.

A se desprender das afirmações recentes do ministro Veloso, e a se acreditar na reportagem de encomenda preparada pelo JB, o Rio não só é a cidade mais barata entre as citadas, como ainda — se as classes trabalhadoras ganharam em poder aquisitivo real — deve ter-se tornado ainda mais barata. Assim, vale citar alguns dos argumentos principais da reportagem do JB, tal sua identidade com os que utilizou recentemente o ministro do Planejamento, em seu depoimento perante a CPI, em Brasília.

Entre as "descobertas" mais importantes da reportagem e que servem de argumentação à tese (proposta) de que o Brasil é o País mais barato do mundo — ou quase, o JB cita o "fantasma do subemprego" que assola Roma, dos olhos alheios, "depois que 'o preço das casas e apartamentos aumentou de 40 a 80%' (...) em consequência do crescente esvaziamento das áreas destinadas à construção do impacto de uma taxa de inflação jamais registrada em toda a Grã Bretanha".

"Para o brasileiro habituado aos serviços da empresa doméstica, a melhor coisa a fazer é arrumar as malas e mudar-se para Roma, onde o subemprego é o fantasma de sua população fixa e os patrões de todo tipo ainda podem escolher a vontade entre a mão-de-obra masculina e feminina, ou entre a mais jovem e a mais idosa".

Em Londres, "sua primeira dificuldade será encontrar moradia onde descansar a cabeça e esconder sua 'privacy' dos olhos alheios", depois que "o preço das casas e apartamentos aumentou de 40 a 80%" (...) em consequência do crescente esvaziamento das áreas destinadas à construção do impacto de uma taxa de inflação jamais registrada em toda a Grã Bretanha".

"A escalada dos preços dos serviços (em Londres) — desde a passagem do trem ou do ônibus até o conserto do sapato ou do relógio — pode ser acompanhada, segundo os próprios londrinos, à velocidade de um foguete sideral. O preço dos jornais duplicou e o dos automóveis, em apenas um ano".

O que de certa forma se compensa pelos altos salários, que o próprio JB reconhece, muito embora os considere um mal para a economia, na medida em que leva à inflação: "Embora o salário-mínimo ainda não tenha passado do estágio de reivindicação, os operários estão pletando 22 libras por semana — Cr\$ 330,00, os trabalhadores industriais qualificados ganham de 240 a 320 libras por mês (de Cr\$ 3.600,00 a Cr\$ 4.800,00). Os altos

salários dos operários em construção civil são também um fator indicativo do agravamento do problema da habitação".

Dal por diante, o JB desfila com uma série de argumentos que vão desde a instabilidade dos preços na Argentina (Buenos Aires é uma das capitais comparadas) até o fato de em Londres de pagar o equivalente a Cr\$ 330 mil por um apartamento de sala e dois quartos "em bairro londrino da categoria de Copacabana (...) por um período de 60 a 80 anos", ou seja, "lá os apartamentos não são comprados, em geral, para sempre", enquanto que, no Brasil, se pagava, na época, Cr\$ 120 mil pela compra definitiva de um apartamento do mesmo tipo.

Efetivamente, quem leu a reportagem do JB, na época, deve estar dando graças aos céus por não morar em Paris, onde "o salário-mínimo mensal que se paga a uma empregada doméstica — geralmente portuguesa ou espanhola — é de Cr\$ 1.200, quando ela dorme fora, ou de Cr\$ 900,00 quando mora com a família, com direito a comida".

Ou deve estar feliz da vida por não ter nascido em Nova Iorque, onde o "relativo conforto de um apartamento de sala e dois quartos não custa (1972) menos de 450 dólares (Cr\$ 2.700,00), ou seja, três vezes mais que em Copacabana". Sua felicidade aumenta ainda mais quando descobre que não está sujeita ao pagamento do "imposto de 7%, arrecadado pelo governo da cidade, quer para os artigos de primeira necessidade, quer para as mercadorias e serviços daquela faixa de exigências que alguém se lembrou de chamar de consumo conspicuo: o litro de uísque Johnny Walker rótulo preto ou o salário médio mensal do chofer particular".

## Ontem como hoje

O leitor deve estar se perguntando, a esta altura, onde está a tal "identidade" entre os argumentos do JB/Delfim e os do ministro Veloso. Pois bem. Da mesma forma que o JB fala do subemprego em Roma, mas não toca no assunto quando se refere ao Brasil, o ministro Veloso prefere dar um quadro otimista da expansão de empregos no Brasil, ao invés de citar os índices de "subemprego e desemprego disfarçado" acusados pelo IBGE.

Da mesma forma como o JB considera a "lamurienta legião dos últimos romanos autênticos", um "subproletariado posto à margem pelo boom industrial italiano dos anos 50 e 60, que acrescentou muito pouco à evolução de seu padrão social e profissional", mas não se dá à honestidade de lembrar o índice superior a 50% apontado pelo Censo de 70, no Brasil, de trabalhadores com renda inferior ao salário-mínimo, o ministro Veloso considera "pobres" apenas 35% da população.

O JB lembra a escalada de preços em Londres, mas omite que a razão básica da existência dos pingentes nos trens da Central do Brasil não é falta de trens ou de vagões, mas a falta de dinheiro para pagar as passagens, tanto que a própria Central do Brasil reconhece que após o dia 15 de cada mês, o número de pagantes, por dia, cai de 750 mil para 450 mil pessoas, enquanto o número de passageiros não diminui (Crítica n.º 53).

Fala no imposto de 7%, arrecadado pelo governo de Nova Iorque, mas não se lembra de afirmar que em estudo publicado pelo próprio JB, em março de 1974, dois economistas do Fundo Monetário Internacional consideraram o Brasil o "campeão mundial de impostos", os quais representam cerca de 60% de sua renda real.

Enquanto isso, o ministro Veloso recorre a pesquisas realizadas por universidades norte-americanas para desmentir índices oficiais da própria Fundação Getúlio Vargas, na tentativa vã de convencer o trabalhador de que seu dinheiro está valendo mais.

No resultado final da pesquisa, a omissão maior (do JB) a tabela comparativa elaborada considera apenas a "expressão monetária do valor das mercadorias", muito embora o próprio JB reconheça que "ainda o parâmetro de mais fácil verificação, o preço não é o trunfo decisivo na eterna polêmica da cidade mais barata".

Assim, se o quadro comparativo de preços tem o "significado relativo", ou apenas, de uma curiosidade (sic), qual será o indicador mais perfeito, não levando em conta de apontar qual dessas cidades é realmente a mais cara — ou a mais barata?

Não é preciso pensar muito nem ter cursado uma Faculdade de Economia para descobrir que há uma

relação direta e definitiva entre o preço de um produto e o poder aquisitivo, no comportamento final de uma sociedade de consumo. Assim, nada mais correto do que se medir o preço não por seu valor monetário em si, mas pelo número de horas que um trabalhador de cada uma dessas cidades terá de dispender para pagar esses gêneros ou serviços de que necessita para sua sobrevivência ou por imposição da cultura, como itens de primeira necessidade.

## Via crucis do brasileiro

Transformamos os valores monetários dos bens e serviços propostos (ver quadro II) em horas de trabalho necessárias ao assalariado mínimo em cada uma das capitais pesquisadas, levando-se em consideração um levantamento do mesmo tipo realizado, em setembro de 1972, pelo Boletim Cambial, além do fato de os governos democráticos dos demais países terem permitido aos sindicatos livres e aos líderes trabalhistas obter reajustes salariais, no mínimo, próximos dos índices de inflação em cada uma dessas localidades.

Dessa forma, ainda que não possa ser considerada como um cálculo totalmente exato, a presente comparação não deixa de servir de base para uma comparação entre o custo de vida nas capitais propostas — e, por que não nos países, extensivamente —, tal a diferença e a validade das indicações que se podem tirar dos números finais.

A presente tabela — não se sabe, inclusive, se propositalmente, quando elaborada pelo JB, por indicação do então ministro da Fazenda, — só não é mais indicativa porque deixa de conter todos os elementos que, segundo o decreto lei 399, de 30/4/1938, devem compor a razão essencial mínima do brasileiro, ou o mínimo que cada pessoa precisa consumir por mês para atingir o total de proteínas necessárias ao bom desenvolvimento e funcionamento orgânico.

Somando-se as horas de trabalho necessárias para comprar tais bens e serviços, obteve-se um destacado primeiro lugar para o Rio de Janeiro: 133.439 horas, contra apenas 50.567 horas para Paris, a segunda mais cara das seis cidades, uma diferença portanto de 163%.

Dessa forma, mesmo admitindo-se possíveis variações ao se estender os presentes números aos países — França, Inglaterra, Itália, Estados Unidos e Argentina —, a excessiva diferença entre o Rio e as demais capitais permite deduzir que não só o Rio é a cidade mais cara como também o Brasil é, dos seis, o mais caro de todos, disparado.

A cidade mais barata foi Nova Iorque, 277% mais barata que o Rio, enquanto o custo de vida não difere muito entre Londres e Roma. O dólar para efeito de conversão das moedas foi cotado a Cr\$ 8,47; o peso argentino a Cr\$ 0,20; a lira italiana a Cr\$ 0,0015; o franco francês a Cr\$ 1,80; a libra a Cr\$ 17,70. Na tabela a partir do estudo da France Presse, o dólar usado foi o de Cr\$ 8,31, já que todos os cálculos da agência haviam sido feitos naquela cotação.

Nos países como a Inglaterra e Itália, onde não existe um salário mínimo legal, tomou-se por base o mínimo que um trabalhador não especializado ganha por hora: 30 pence por hora na Inglaterra e 625 liras hora na Itália, considerando-se sempre a jornada de 40 horas de trabalho — para a obtenção do salário mensal.

Como observação final, pode-se afirmar que, muito embora os preços nominais nas cidades estudadas foram, realmente, mais altos do que no Rio, mas o diferencial estatístico define no Brasil uma vantagem para a produção industrial nos custos da mão-de-obra, muito embora tenham posto em evidência o desnível de capacidade do mercado interno de consumo, onde o baixo poder aquisitivo descompensa sensivelmente as vantagens nominais do custo de vida mais baixo.

Com o que parece não concordar o ministro do Planejamento, para quem a política distributiva do tipo "enquanto o bolo cresce" tem sido responsável por uma "acentuada tendência dos últimos anos de elevação constante do salário real das diferentes categorias sujeitas a dissídio coletivo".

Será, ministro?

SÉRGIO MACEDO

## QUADRO COMPARATIVO EM 6 CAPITAIS

Em Cr\$	Paris	Londres	Roma	N. Yorque	B. Aires	Rio
Salário Mínimo Mensal	3.624,00	2.400,00	1.800,00	3.968,000	847,00	532,80
Salário/hora	15,10	10,00	7,50	16,62	3,52	2,22

### ALIMENTAÇÃO

	11m	10m	14m	01m	17m	32m
Pão (Bisnaga)	11m	10m	14m	01m	17m	32m
Café-kg	6h36m	4h12m	6h	6h	11h	10h
Açúcar-kg	24m	—	34m	8m	1h24m	54m
Manteiga-250 gr.	54m	48m	50m	13m	1h30m	2h15m
Filet Mignon-kg.	11h24m	2h30m	7h18m	9h24m	6h45m	11h15m
Peixe-1.200 gr.	3h42m	1h48m	8h36m	2h42m	2h40m	15h07m
Frango-kg	2h24m	1h	1h42m	48m	4h20m	5h10m
Ovos-dz	1h12m	54m	1h20m	24m	1h35m	2h01m
Sal-Kg	12m	24m	19m	7m	17m	31m
Cerveja (lata)	33m	30m	18m	6m	27m	1h24m
Coca-Cola (Média)	31m	18m	31m	6m	18m	27m

### HABITAÇÃO

	160h	139h	87h	100h	180h	900h
Aluguel de apto. de sala e dois quartos	160h	139h	87h	100h	180h	900h
tipo Copacabana						
Compra de apartamento idem	46.357h	40.744h	41.720h	33.385h	41.500h	112.000h

### VESTUÁRIO

	120h	108h	102h20m	40h	25h	354h
Terno de classe média em magazine popular tipo Mesbla, Macy's	120h	108h	102h20m	40h	25h	354h
Gravata de seda pura	15h	15h	7h54m	4h24m	34h	72h
Par de sapatos social	36h	42h	22h42m	15h	45h	162h
Par de meias-homem	1h30m	1h	2h	1h18m	8h	6h45m
Par de meias-mulher	1h36m	54m	1h48m	1h36m	8h	10h34m

### HIGIENE

	9m	9m	12m	7m	48m	2h15m
Rolo de papel higienico	9m	9m	12m	7m	48m	2h15m
Tubo de pasta dentifricia	36m	36m	48m	12m	1h	2h58m
Pacote de lâminas de barbear	54m	36m	1h	42m	1h20m	2h55m
Barbeador elétrico Philips	33h	42h	22h30m	13h	10h	148h38m

### SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA

	30h	18h	45h25m	3h40m	14h20m	20h34m
Assinatura de telefone (mensal)	30h	18h	45h25m	3h40m	14h20m	20h34m
Assinatura de luz (mensal)	32h	—	11h24m	—	11h30m	31h31m
Assinatura de gás (mensal)	38m	18h	2h12m	—	5h42m	27h

### SERVIÇOS PRIVADOS

	6h	2h24m	2h40m	5h30m	4h30m	22h31m
Barbeiro (cabelo e barba)	6h	2h24m	2h40m	5h30m	4h30m	22h31m
Bandeirada de táxi	40m	24m	30m	24m	30m	1h48m
Empregada/hora	2h	1h30m	1h35m	1h54m	1h40m	1h48m
Chofer particular (salário mensal)	430h	500h	340h	355h	345h	675h
Extração de dente	15h	36h	22h	55h	57h	45h

### DIVERSÕES

	3h36m	2h24m	3h36m	1h36m	4h	4h30m
Entrada de cinema	3h36m	2h24m	3h36m	1h36m	4h	4h30m
Entrada de teatro	4h30m	6h36m	7h	6h36m	5h40m	22h31m

### BENS DURÁVEIS

	1.995h	1.915h	1.736h	1.000h	3.700h	13.600h
Automóvel tipo VW 1.600	1.995h	1.915h	1.736h	1.000h	3.700h	13.600h
Receptor de TV preto e branco	180h	195h	227h	83h	979h	716h
Receptor de TV a cores	1.080h	675h	909h	277h	—	3.463h

### DIVERSOS

	12h	15h	13h	7h30m	100h	146h23m
Litro de uísque Johnny Walker Black label	12h	15h	13h	7h30m	100h	146h23m
Maços de cigarro king size	1h	54m	42m	23m	1h10m	2h12m
Isqueiro a gás	1h20m	3h45m	3h24m	2h30m	14h	6h21m
Caixa de fósforos	4m	4m	4m	—	5m	10m
Aluguel de carro tipo VW	13h	12h42m	6h54m	3h24m	55h	103h36m
Litro de gasolina azul	24m	18m	24m	12m	24m	1h28m
L.P. de música popular	6h	6h18m	7h50m	3h	8h	22h30m

●Total de horas trabalhadas para se adquirir os bens ou serviços 50.567h 44.514h 45.338h 35.385h 47.783h 133.439h

Conversão ao dolara Cr\$8,47,apósoamento de 1,9%daúltimasegunda-feira

## ECONOMIA DOMÉSTICA NO CONTINENTE

(Com base em dados da agência France Presse)

CAPITAIS	Bogotá	B. Aires	Caracas	Lima	México	Montevideú	Rio
Carne (1Kg)	3h55m	2h18m	7h41m	6h51m	41m	4h37m	9h43m
Batata (1Kg)	39m	13m	39m	40m	11m	1h16m	1h25m
Leite (1 litro)	39m	21m	54m	49m	7m	46m	51m
Pão (1Kg)	2h52m	35m	1h49m	2h44m	7m	58m	1h45m
Peixe (1Kg)	3h55m	1h39m	1h134m	5h28m	28m	2h27m	4h29m
Manteiga (1Kg)	5h14m	5h25m	4h12m	4h06m	1h30m	1h1	

# A CIDADE SOCIALISTA

ROLAND CORBIER

**S**E a cidade, como observamos nos artigos anteriores, se confunde com a sua própria história, e se a estrutura do processo histórico é dialética, a cidade socialista deverá ser a negação da cidade capitalista, assim como a cidade capitalista é a negação da cidade medieval.

Construída em função de valores religiosos, estéticos e políticos, a cidade medieval, embora reflita a estrutura aristocrática da sociedade que a edificou, nem por isso deixa de ser obra de arte. A cidade capitalista, ao contrário, construída em função de valores econômicos, sob o signo do lucro e do dinheiro, é a negação da cidade medieval, inclusive em seu aspecto material ou físico. Enquanto a cidade medieval, como a cidade antiga, é dominada pelos edifícios destinados ao culto religioso e à sede do poder político, a cidade capitalista é dominada pelos prédios em que se abriga o símbolo do poder econômico e financeiro, quer dizer, pelos bancos, que são os templos do dinheiro. Erguida pela iniciativa privada, que visa apenas ao interesse dos particulares, a cidade burguesa que não passa de um imenso mercado, da "agora das mercadorias", consiste em um conjunto caótico de construções heterogêneas, arbitrariamente justapostas umas às outras, à revelia de qualquer preocupação de unidade, harmonia, medida e equilíbrio, à revelia de qualquer preocupação estética.

Caracterizando-se pela falta de medida, as grandes cidades burguesas são desmedidas, ou desmesuradas, ou ainda, se preferirem, disformes, pois as noções de forma e de medida de certo modo coincidem. A ruptura do limite, ou da medida, é a ruptura da forma, e a ruptura da forma é a negação do ser, que só é o que é na medida em que tem esta ou aquela forma determinada, quer dizer, delimitada. A construção do arranha-céu, invenção tipicamente norte-americana, caracteriza a cidade burguesa e capitalista, informe ou disforme, que cresce indefinida e verticalmente, promovendo, no interesse da especulação imobiliária, apenas, a concentração demográfica cada vez mais intensa, em espaços que se tornam cada vez mais reduzidos. A cidade burguesa é inumana, ou desumana, porque não tem forma, ou medida, porque não é construída na medida do humano, como costumam dizer os franceses.

A megalópolis capitalista, além disso, como já observamos, é ainda desumana, ou inumana, porque, a rigor, inclui duas cidades, a dos ricos e a dos pobres, cidades justapostas, mas que não se comunicam uma com a outra. Materialmente, a cidade reflete essa discriminação, pois se divide entre os bairros em que mora a classe dominante e os bairros operários, em que reside a classe trabalhadora. Na estrutura física dos prédios em que mora a classe dominante, também se percebe a mesma discriminação, as dependências destinadas aos empregados correspondendo a um percentual mínimo da área habitável. Os elevadores, por exemplo, também refletem a divisão das classes, os chamados "sociais" sendo privilégios dos proprietários, ou patrões, e os chamados "de serviço", reservados aos empregados domésticos e aos cachorros.

Nas vilas operárias, ou "conjuntos habitacionais", as residências, quer sejam casas, quer sejam apartamentos, são sempre exíguas e amontoadas, oferecendo um mínimo de conforto, em flagrante contraste com o máximo de conforto das residências burguesas. Em relação ao transporte, verifica-se também a mesma discriminação, pois enquanto as classes trabalhadoras se comprimem nos coletivos, trens ou ônibus, a classe dominante se desloca confortavelmente em automóveis particulares que, transportando um percentual mínimo de passageiros, congestionam o tráfego e poluem a cidade, em benefício e no interesse da minoria dos motorizados. E, nos locais de trabalho, ainda uma vez, a mesma discriminação é encontrada, os patrões ocupando salas amplas e confortáveis, e os empregados e operários em dependências proporcionalmente exíguas e desconfortáveis. Seria trabalho de mera paciência fazer a "fenomenologia" da cidade burguesa, a fim de mostrar como se reflete,

tanto em sua estrutura global, quanto em seus pormenores, a divisão de classes que a caracteriza. A cidade burguesa é inumana, ou desumana, porque incluindo as duas cidades, a dos ricos e a dos pobres, exclui os pobres da "humanidade", que é um privilégio dos ricos.

**N**ÃO é por mera coincidência que, no apogeu do capitalismo, contemporâneo do apogeu dos Estados Unidos da América do Norte, substituiu-se, como paradigma ou modelo de cidade, Paris por Nova Iorque. Na América Latina, o processo é perfeitamente visível. Para não falar em Buenos Aires, que era uma réplica da capital francesa, cidades como o Rio de Janeiro, e mesmo São Paulo, também imitavam ou reproduziam Paris, que, assim como a cultura francesa, era o ponto de referência, o parâmetro da cultura latino-americana. Com o declínio da Europa, a consolidação e a expansão do poderio norte-americano, Nova Iorque tornou-se o modelo, e o arranha-céu, cada vez mais alto, o símbolo da modernidade e do progresso. E, sob a influência norte-americana e capitalista, as cidades brasileiras estão sendo demolidas e reconstruídas, à imagem e semelhança não de Paris, que é obra de arte, mas de Nova Iorque, que é a Torre de Babel mal sucedida, ao contrário do que pensava Joaquim Nabuco.

A megalópolis capitalista não é, pois, inumana ou desumana por acidente, mas por essência, uma vez que é a expressão, em termos urbanísticos e arquitetônicos, da própria desumanidade ou inumanidade de capitalista. Pressupondo e refletindo a divisão da sociedade em classes, dos proprietários dos meios de produção e dos trabalhadores, a grande cidade burguesa não pode resolver os seus problemas, ou contradições, mantendo a estrutura social de que é a expressão física ou material. Pretender que a megalópolis capitalista possa "humanizar-se" sem deixar de ser capitalista, é tão ingênuo e utópico quanto pretender a justa distribuição da renda mantendo o sistema que se caracteriza, precisamente, pela sua injusta distribuição. Se a cidade é inumana, ou desumana, porque é capitalista, a sua "humanização" só poderá consistir na negação da cidade enquanto capitalista e na sua substituição, ou superação, pela cidade socialista.

Retomando a classificação aristotélica das causas, deveremos dizer que, assim como a causa final, ou razão de ser, da cidade capitalista é o dinheiro, assim

também a causa final, ou razão de ser, da cidade socialista é a justiça e a liberdade. E, como a causa formal, a estrutura física da cidade, está subordinada à sua causa final, a cidade socialista deverá ser, do ponto de vista urbanístico e arquitetônico, estruturalmente diferente da cidade capitalista. Pressupondo uma sociedade sem classes, sem opressores e exploradores e oprimidos e explorados, uma sociedade de trabalhadores em que, de acordo com o preceito cristão, todos comam o seu pão com o suor do seu rosto, a cidade socialista deverá refletir, em sua forma física ou material, os valores da justiça e da liberdade que inspiram a sua edificação.

De Platão ao moderno socialismo científico, os melhores representantes da humanidade, os mais lúcidos e mais generosos, sempre sonharam com a cidade justa e harmoniosa, onde os homens se sentissem "em casa" e pudessem encontrar a liberdade e a felicidade. O que distingue, porém, as utopias, tanto a platônica quanto as renascentistas, de Thomas Morus, Tommaso Campanella e Francis Bacon, do projeto revolucionário socialista, é que as primeiras, além de prematuras quanto ao conteúdo, não incluem os métodos adequados à sua realização, ou incluem métodos também utópicos, ao passo que o projeto revolucionário se acha inscrito, como virtualidade e linha de força, nas próprias contradições, da sociedade existente. Não se trata, pois, de um ideal, exterior e transcendente à realidade, mas do movimento real que levará o capitalismo, por suas contradições internas, a ser superado pelo socialismo.

Independentemente de nossas opiniões e dos interesses dos empresários privados, responsáveis pela especulação imobiliária e pela desumanização das nossas grandes cidades, o processo histórico, no qual estamos "embarcados", como diria Pascal, nos encaminha inexoravelmente para o socialismo e, conseqüentemente, da cidade capitalista para a cidade socialista. A crítica, ou a negação, da megalópolis burguesa, aliás, não é feita apenas em termos teóricos, por filósofos, sociólogos, historiadores e urbanistas, mas pelos próprios habitantes das grandes cidades que, nos fins de semana delas fogem sempre que podem, à procura do silêncio, do espaço, da tranquilidade e do contato com a natureza que os grandes centros urbanos capitalistas não mais oferecem. Se as cidades fossem humanas não haveria porque abandoná-las com tanta freqüência,

pois, em tese, deveriam proporcionar ao ser humano todas as condições que lhe permitissem sentir-se feliz.

**N**EGAÇÃO da negação, isto é, negação da cidade capitalista que, por sua vez, é a negação da cidade medieval e antiga, a cidade socialista deverá proporcionar aos seus habitantes as condições efetivas de trabalho, moradia, alimentação, transporte, saúde, educação, cultura, lazer e recreação, que permitam a todos realizar plenamente a sua humanidade. Abolida a apropriação privada dos meios de produção, estará suprimida a causa das desigualdades econômicas e sociais, e a cidade poderá superar a contradição que a tem caracterizado, própria de todas as sociedades divididas em classes, a contradição entre a cidade dos ricos e a cidade dos pobres. As duas cidades, até então divididas e separadas, por irredutível antagonismo, poderão finalmente unificar-se, em uma síntese superior, determinada pelo trabalho.

A cidade deixará então de ser o mercado, o cenário da luta de classes, entre opressores e exploradores e oprimidos e explorados, para tornar-se, digamos assim, a ágora do trabalho e da criação, na qual a competição e a concorrência, a luta dos ricos contra os pobres, será substituída pela colaboração na realização de um projeto comum, a construção da cidade justa e harmoniosa na qual a humanidade, ou a possibilidade de humanização, deixará de ser um privilégio das classes economicamente dominantes para tornar-se o próprio sentido da existência coletiva. Abolida a exploração do homem pelo homem, a cidade socialista deverá ser a cidade operária, em que todos viverão, igualmente, a custa do seu próprio trabalho.

Agora do trabalho e da criação, a cidade socialista deverá refletir, em sua causa formal, ou estrutura urbanística, a estrutura da nova sociedade, caracterizada pela supressão dos antagonismos de classe. Não terá mais bairros ricos e bairros pobres, palácios e casebres, carros particulares de luxo, para transportar os patrões e incômodos coletivos para transportar as massas trabalhadoras, e, nos locais de trabalho, todos deverão participar do espaço e do esforço comum e da gestão do próprio trabalho. Suprimida a iniciativa privada e a especulação imobiliária, a cidade poderá ser construída de acordo com um plano racional, que vise a fazer da polis não a residência de minorias privilegiadas, mas o habitat comum de todos aqueles que vivem do seu trabalho e procuram juntos construir a cidade em que reine a justiça e a liberdade.

A construção da cidade pelo poder público, de acordo com o plano prévio, que tem em vista o interesse coletivo e não o interesse particular, permitirá edificar a cidade não apenas eficiente, capaz de propiciar aos seus habitantes todas as condições que permitam o seu pleno desenvolvimento, ou a sua plena humanização, mas a cidade também harmoniosa e bela, dotada, em sua forma física, de unidade, proporção, medida e equilíbrio, pois a cidade socialista não será o mercado, a ágora das mercadorias, mas a ágora da liberdade, que, esteticamente bela, deverá ser também a instância pedagógica suprema, capaz de contribuir, enquanto cosmo e não caos, para a educação e a formação dos homens.

A visão Niemeyer da futura cidade socialista: Universidade de Constantine (E) e vila em Diepe  
1 - habitações coletivas,  
2 - individuais,  
3 - serviços públicos,  
4 - grande praça pública e  
5 - centro comercial.



# CAMINHOS DA DESEDUCAÇÃO

Saudado a princípio como a primeira arrancada brasileira para a erradicação do analfabetismo o Mobral não passa hoje de um fazedor de "estatísticas". A Unesco considerou-o totalmente ineficaz fazendo coro às críticas aqui levantadas. A preocupação do Mobral é só apresentar números massificadores de pessoas que aprenderam rudimentos de leitura mas que jamais podem ser consideradas alfabetizadas.

No dia 9 de setembro, a Câmara de Vereadores de Porto Alegre aprovou um voto de louvor pelos cinco anos de funcionamento do Mobral. Contra a aprovação do voto, o vereador Glênio Peres (MDB) disse, durante a sessão: "Enquanto aqui estamos elogiando o Mobral, na Vila Restinga Velha existem dezenas de crianças em idade escolar sem chance de estudo por não existirem vagas: nas escolas da vila há vaga somente para 50."

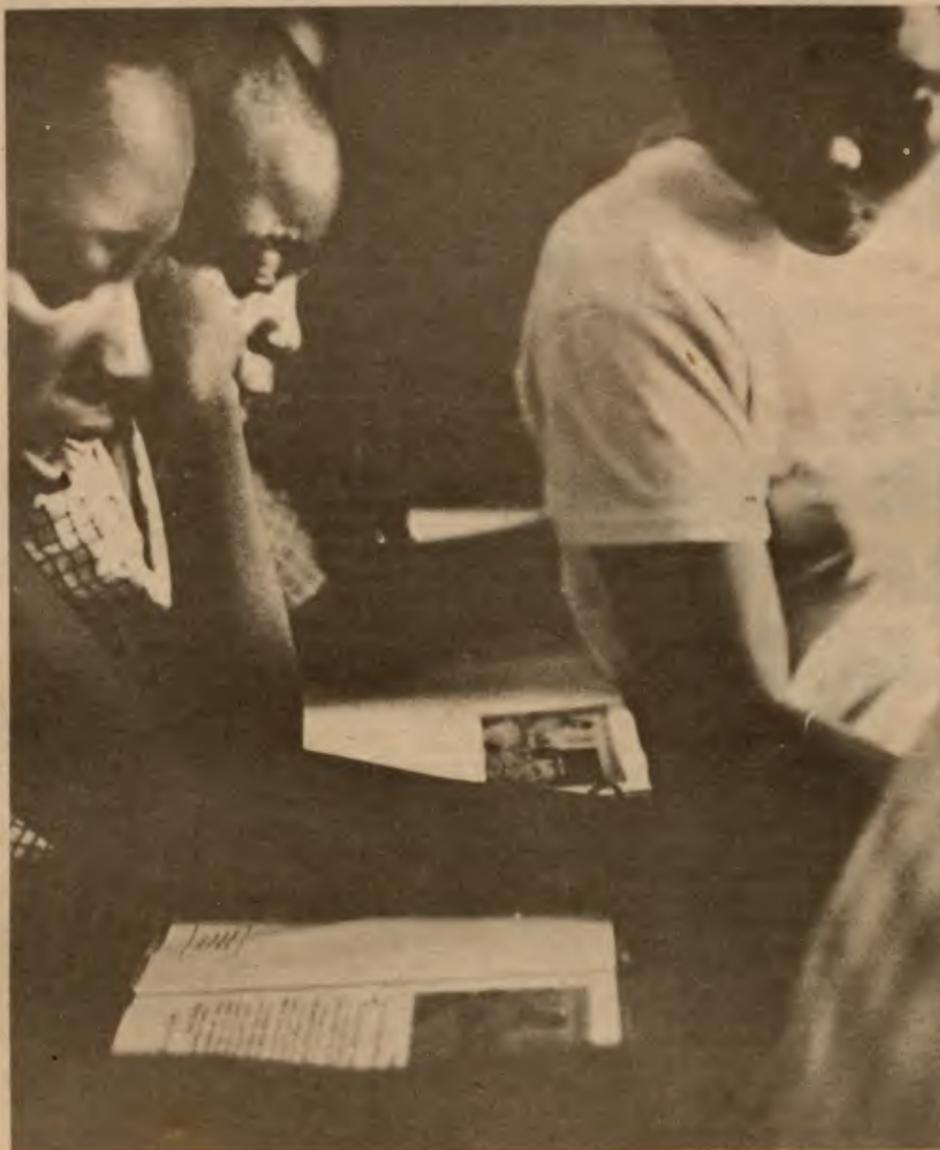
O vereador Glênio desmentia, assim, a afirmação do prefeito Socias Villela, segundo a qual nenhuma criança da Restinga ficaria sem escola. "Fiz um completo levantamento da situação", acrescentou, "e não vai ser a má publicidade da prefeitura que irá contestar os fatos". Ao mesmo tempo em que lançava esse formal desmentido, Glênio iniciava, em Porto Alegre, uma discussão que já se alastrava em todo o território nacional: a aplicação das verbas do Mobral.

## Quem alfabetiza quem?

No dia 18 de setembro o Correio do Povo, de Porto Alegre, publicava as declarações de técnicos da Secretaria de Educação da prefeitura, que diziam: "A alfabetização de adolescentes, entre 9 e 14 anos, pelo Mobral de Porto Alegre, atinge a 10% do total de alfabetizados... Um menor de 12, 13 ou 14 anos poderá ser alfabetizado no prazo comum de cinco meses, que é o programa geral do Mobral, e em mais cinco meses lhe é dado suporte para ingressar na 3ª ou 4ª série do sistema regular." Acrescentavam ainda os técnicos que "esse procedimento vem sendo adotado há mais de três anos, através de projetos de lei oriundos do Executivo e aprovados pela Câmara Municipal".

Para Glênio Peres, essas três afirmações encerram três contradições de suma gravidade. "A primeira contradição", diz Glênio, "está em que o Mobral foi criado tendo em vista exclusivamente a alfabetização de adultos, cabendo à pasta da Educação a responsabilidade do ensino gratuito às crianças em idade escolar. Uma responsabilidade teórica naturalmente, pois em nosso país é tão comum faltar escolas quanto faltar comida. O próprio Ministério da Educação e Cultura distribuiu nota à imprensa afirmando que não existe nenhuma intenção de ampliar as atividades do Mobral, incluindo crianças na sua campanha de semi-alfabetização. E o ministro Ney Braga corrobora essa afirmativa quando diz taxativamente que não existe nenhum convênio do Mobral com qualquer comissão municipal visando a alfabetizar menores de quinze anos."

A segunda contradição, continua Glênio Perez, "é, mais que contradição, desrespeito à verdade, é a afirmativa do secretário municipal de Educação, segundo a qual esse virtual desvio de verbas do Mobral teria sido aprovado pela Câmara Municipal. Diz o secretário que duante três anos a Câmara foi cúmplice desse desvio. Fazendo um breve retrospectivo até o ano de 1972, se chegará até o processo 19/72, onde a Câmara aprovava o projeto de lei que entregava 100 mil cruzeiros para o Mobral. O texto do artigo 1º é bastante claro: "É concedida à Comissão Municipal do Mobral de Porto Alegre um auxílio no valor de Cr\$ 100.000,00 destinado a atender despesas com alfabetização de adultos".



Alfabetização: as estatísticas são mais importantes que a qualidade do ensino do Mobral

O processo 19, de 1973, concede à Comissão Municipal um auxílio de Cr\$ 200.000,00, também destinado a atender despesas com a alfabetização de adultos. No processo de 1974, o teor da autorização é o mesmo, variando apenas a importância, que passa para Cr\$ 300.000,00.

## Desvio de verbas

— Não se trata apenas de uma agressão à verdade, diz o vereador da oposição, mas também de uma agressão aos critérios federais e uma fraude à legislação sobre o Mobral. Nós, do MDB, não compactuamos com esse desvio. Exatamente por isto estamos remetendo ao Congresso Nacional uma denúncia sobre essa malversação do Mobral em Porto Alegre, onde um milhão de cruzeiros — 600 mil já entregues ao Mobral e mais 400 mil a entregar — estão sendo desviados da sua finalidade.

A primeira vista, esta posição do MDB pode parecer antipática ao cidadão mais desinformado: estaria o partido da oposição se colocando contra a alfabetização de crianças?

— Tal pensamento seria absurdo, contesta Glênio. Justamente nós, do MDB, somos os que têm se batido verdadeiramente pela gratuidade do ensino em todos os níveis, e por urgentes medidas de reaparelhamento escolar, não só criando novos colégios, como ainda proporcionando aos já existentes todo o material de que são carentes: modernos recursos audiovisuais, livros e maior quantidade de material para um aprendizado tão rápido quanto eficiente, muitos pontos acima da discutível qualidade de aprendizado proporcionado pelo Mobral. Mas somos, na verdade, contra a intenção oculta, escondida atrás da aparente preocupação da SEC com as crianças analfabetas de Porto Alegre, intenção que parece não ser outra de proporcionar ao executivo municipal um novo meio de escapar às suas responsabilidades e que pode vir a constituir-se na primeira armadilha para liquidar a gratuidade do ensino primário em Porto Alegre.

O próprio caráter de gratuidade do ensino é contestado por Glênio, que cita casos de escolas que cobram taxas escolares indevidas, anuidades, exige de seus alunos o uso de fardamentos, contribui-

ções para os círculos de pais e mestres, participação em dinheiro ou em espécie em festividades escolares e exige de seus alunos que comprem folhas de exame que deveriam ser fornecidas gratuitamente, mas que são vendidas sob o pretexto de que "a secretaria não forneceu verbas para folhas de exame". Um dos casos mais conhecidos, e que chegou a provocar um movimento de repúdio por parte de pais de alunos das escolas do Parque Índio Jary e Vila Santa Isabel, refere-se à cobrança dos atestados, sem os quais uma criança não poderá continuar seus estudos. Nas escolas de Santa Isabel, as professoras apresentam a cobrança a título de "contribuição" que, na prática, tem a imposição de uma taxa: se a criança não paga, a escola não lhe fornece o atestado.

— Mas o fundamental, diz Glênio, é que, neste caso do Mobral, a terceira contradição configura-se como um atentado à gratuidade do ensino. Vejamos por que.

## O crime oculto

— O dinheiro do Mobral, acrescenta Glênio Peres, destina-se à alfabetização de adultos. Se aplicado em outros recursos, como o da alfabetização de crianças, passará a retirar do município a responsabilidade que lhe cabe, de fornecer às crianças alfabetização gratuita. Se a verba do Mobral foi aplicada no ensino de crianças, quem a aplicou desvirtuou as finalidades e, criminosamente, atingiu a responsabilidade do Mobral na alfabetização.

— Se, por um lado, é reconhecida por todos a deficiência do nosso sistema de ensino primário obrigatório e gratuito — gratuito como, se cobra taxas, e obrigatório como, se não cobre mais do que 40% das necessidades previstas? — por outro lado é sobejamente reconhecida a má qualidade do ensino administrado pelo Mobral: a ele não interessa a maior ou menor eficiência da sua campanha de alfabetização, como muito bem o diz a própria Unesco, e o próprio João Calmon reconhece. Interessa-lhes apenas poder jogar com altos dados estatísticos, para apresentar ao mundo uma outra face do "milagre brasileiro", mesmo que os dados sejam fundamentalmente tão falsos como de outros milagres.

— Seria um crime contra a infância brasileira submetê-la a tal processo de alfabetização, sabidamente ineficiente; seria igualmente crime contra os adultos analfabetos, que teriam de enfrentar a redução de vagas no Mobral, sofrendo, já então, a competição das próprias crianças. E, principalmente, seria um crime contra a gratuidade do ensino primário em todos os seus níveis, pois a gradativa fuga do executivo municipal às suas responsabilidades configura-se, segundo tudo indica, como um plano para atingir esses objetivos.

Para esclarecer a situação, o vereador deposita algumas esperanças na denúncia enviada ao Senado e à comissão que irá investigar as atividades do Mobral. Outros, no entanto, possuem sobre o assunto uma ótica diferente: o jornalista Polbio Braga, em sua coluna Informe Especial no jornal Zero Hora, faz prognósticos sobre mais essa CPI, acrescentando que, no Brasil, as CPIs sofrem de um mal comum aos biquínis: mostram o trivial e escondem o essencial.



# Habitação

HABITAÇÃO

## UMA EX-ESPERANÇA CHAMADA SÃO PAULO

Enquanto o ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen proclamava pela televisão, no último dia 6, os passos mais destacados do País no rumo da sua prosperidade econômica, uma paisagem em nada semelhante ao quadro por ele pintado ganhava maiores dimensões, em São Paulo, a cidade síntese do nosso desenvolvimento.

Marteladas sucessivas sobre madeiras extraídas de caixotes de maçãs marcavam o aparecimento de novos barracos no bairro do Aeroporto, até algum tempo atrás, um dos poucos que pareciam livres dessa chaga social. O contraste pode parecer dantesco, mas é o que melhor traduz a realidade brasileira de hoje. Os números exaltados pelas autoridades raramente condizem com os fatos. O desencontro talvez seja apenas consequência do progresso surpreendente do próprio país, que torna os dados superados tão logo eles sejam coletados para apresentação à opinião pública.

Entretanto, embora pareça haver aí uma ironia, a verdade é que o panorama não sugere nenhuma. A grande cidade de São Paulo está empobrecendo progressivamente, tanto do ponto de vista espiritual, como material. Seus habitantes, então orgulhosos de sua prosperidade e diligência, ressentem-se agora de males que nenhuma ação terapêutica baseada na verborragia poderá curar. Muitos deles são naturais, provêm da marcha inconstante do progresso industrial, mas outros são consequências diretas da ausência de planejamento e do senso crítico dos governantes.

A maioria desses governantes parece hoje muito mais preocupada em compilar números para exibir na televisão do que em pesquisar a realidade para localizar os focos de desajustamentos sociais. É como a esta inépcia alia-se a redução

da capacidade crítica do País, os desastrosos multiplicam-se, agravando cada vez mais os males sociais.

Para os brasileiros de outros Estados, que desejam emigrar em busca de realização dos seus sonhos mais delicados, nada que se escreva de negativo sobre a capital paulista é recebido com credulidade. A imagem do grande Eldorado do centro-sul ofusca ainda qualquer outra, que não traduza a complementação daquilo que já penetrou o inconsciente do migrante potencial. Por isso é logo rejeitada como artifício ou prova de egoísmo do autor, que nada mais "deseja do que evitar que os desafortunados também usufruam um pouco da bem aventurança existente".

O resultado é que os trens continuam desembarcando em São Paulo centenas de criaturas mal-dormidas e subnutridas, sobraçando crianças de colo e com outros filhos mais crescidos à frente, que não encontrando nos primeiros momentos como concretizar seus sonhos, logo se transformam em mendigos ou marginais. Muitos morrem de frio no inverno, outros nos albergues para onde são conduzidos, e um terceiro grupo desaparece por trás das grades das penitenciárias.

### A novidade

É certo que não vai aí nenhuma novidade, pois há anos que tal drama é descrito pela imprensa e, inclusive, ampliado nos romances dos escritores mais preocupados com os problemas sociais de nosso povo. A tragédia deu lugar à rotina e é com indiferença já que se assiste à de uma nova sociedade de miseráveis.

Aqui, sim, reside uma das mais chocantes novidades de nosso tempo. Uma outra população se congloera às margens dos córregos e rios existentes em São Paulo, compondo um quadro que, embora semelhante à do favelado tradicional, reflete uma situação que em nada corresponde às retóricas ministeriais. Os protagonistas não vieram do nordeste nem de outros Estados. Mas, em parte considerável, nasceram aqui mesmo e em berços bem melhores do que os que dormem presentemente. São pessoas que ainda mostram na fisionomia sinais de

que, se pudessem optar, prefeririam o passado ao presente, pois naquele ganhavam mais e viviam melhor.

São os novos favelados de São Paulo. Muitos deles entraram nos projetos de poupança estimulados pelo Banco Nacional da Habitação e chegaram a adquirir imóveis na ânsia de fugir à espoliação dos aluguéis. Os planos de 15 anos os sensibilizaram e imaginaram, como é natural às criaturas ingênuas, que através de financiamentos poderiam alcançar logo à emancipação imobiliária.

O que encontraram, entretanto, foi um monstro hem maior do que o que estavam acostumados a enfrentar. Os aluguéis desapareceram, evidentemente, mas, em seu lugar, surgiu um outro denominado prestação sob correção monetária, cercada de taxas adicionais, através da qual, sob a marcha ascensionista da inflação e a política de achatamento salarial, acabaram sufocados como se tivessem sido arrastados para um poço de areia movediça. Não podendo mais arcar com os encargos, abandonaram os imóveis. Como já não podiam mais, também, retornar aos aluguéis, pois ficaram descapitalizados e os aluguéis acompanharam a marcha inflacionária, só lhes restou a mais dramática das alternativas: apropriar-se de uma nesga de terra desocupada e ali erguer seus barracos na esperança de lograrem a recuperação econômica, ao peso dos novos sacrifícios. O que esse "rebaixamento" acarreta aos pais de famílias é fácil ser imaginado.

Além dos fatores psicológicos que abatem sobre pais e filhos, criando muitas vezes conflitos inconciliáveis pela frustração existencial mais acentuada dos últimos, a multiplicação das populações marginais tem representado para São Paulo focos permanentes de moléstias contagiosas. O surto da meningite, o reaparecimento de uma praga considerada então extinta no país — os piolhos — e a própria encefalite, são evidências do retrocesso social que o Brasil tem experimentado.

Quando se conversa com um neofavelado a gente não sente apenas o desespero em palavras mal simuladas (não gostam de se expor com queixas). Sente, especialmente, o desespero de não poderem se reabilitar rapidamente para salvarem os filhos de sorte igual. Embora lutem de sol a sol, na busca desta meta, poucos são os que acreditam que realmente poderão chegar lá. As dificuldades de trabalho, a baixa remuneração, sobretudo os incontidos saltos do custo de vida, aumentam sua descrença numa sorte melhor.

### Um exemplo

Na favela do Aeroporto de Congonhas, mora o motorista de ônibus Francisco Antonio da Silva. Ele tem 45 anos de idade. Trabalha todos os dias, exceto aos domingos, das 6 horas da manhã às 6

da tarde. Vez ou outra cumpre mais duas horas e aos domingos trabalha apenas meio período. Ele comprou um apartamento financiado pelo BNH nas proximidades de São Paulo. Fez a poupança e tomou posse do imóvel com os seus três filhos. Um de 18 anos e os dois outros de 16 (a menina) e 15 (outro rapaz). Pagaram durante dezoito meses as prestações, quando sentiram a necessidade de "apertar o cinto" para poder fazer face aos encargos da casa. Seis meses depois do remanejamento orçamentário, sentiram a água aproximar-se do pescoço. Optou então pelo trabalho de meio período aos domingos, esperando suportar mais tempo a pressão até que viesse a bonança prometida pelos messias governamentais. Sua resistência, porém, foi impotente. Teve de ceder à realidade. O BNH, de libertador, transformou-se num opressor de garras muito mais afiadas. O sonho da casa própria acabou virando um barraco esteticamente bem levantado nos arredores do Aeroporto de Congonhas. Não bastasse, porém, a perda do "status" e a soma de humildade para aceitar a nova situação, o sr. Antônio da Silva teve pela frente dissabores complementares, que o situam guardadas as proporções, na mesma linha de provações de Jó: sua família foi parcialmente desfeita: os três filhos abandonaram o lar em repulsa às privações que ele oferecia. E o saudável motorista hoje vive apenas com sua esposa, Maria Eulália, de 41 anos. Ambos naturais de São Paulo.

### Religião conforma

Para quem esperava tudo e que acabou perdendo o que tinha, Francisco Antônio da Silva é um homem tranqüilo demais. Religioso como nos primeiros dias da sua infância, ele freqüenta, regularmente, aos domingos, a igreja, onde reza pelos seus filhos em primeiro lugar e depois pela sua própria recuperação. Conversando com ele, o repórter pôde pressentir o quanto estas naturezas religiosas estão capacitadas a suportar os percalços do mundo. Sua voz é calma, pausada, e penetrante. Diz ele:

— Em nenhum instante, quando aceitei o tal de BNH, imaginei que ele iria me impor as dores de cabeça que suporto agora. O amor ao meu país dava-me a certeza de que tudo iria dar certo no fim. Infelizmente, tudo não passou de ilusão. Hoje, só lamento a ausência dos meus três filhos. Embora eles me visitem, vez ou outra, é difícil conformar com a distância deles.

E num gesto de fé, complementa: "Mas, se Deus quis assim, que podemos nós fazer para mudar sua vontade? Nada! Ter paciência, apenas paciência".

Apesar de Francisco Antônio da Silva significar aqui apenas um símbolo das novas vítimas do antigo Eldorado, brasileiro, o seu drama encerra mais que uma síntese de um retrato que as estatísticas teimam em negar. É um apelo à consciência dos que podem influir nos negócios públicos para que modifique alguma coisa desta política econômico-financeira, de molde a adaptá-las às necessidades do povo e não mais este aos seus caprichos. Se em onze anos de arrôcho salarial nada se logrou de extraordinário no desenvolvimento social — a não ser o depauperamento da classe média baixa — parece ser já bastante tempo para uma alteração substancial. Doutra modo, a cidade de São Paulo, como ainda todo o Estado, não será apenas a imagem desfigurada do Eldorado para as populações retirantes, mas um suplício para os seus habitantes, inclusive os melhores situados na escala social.

### Alternativas

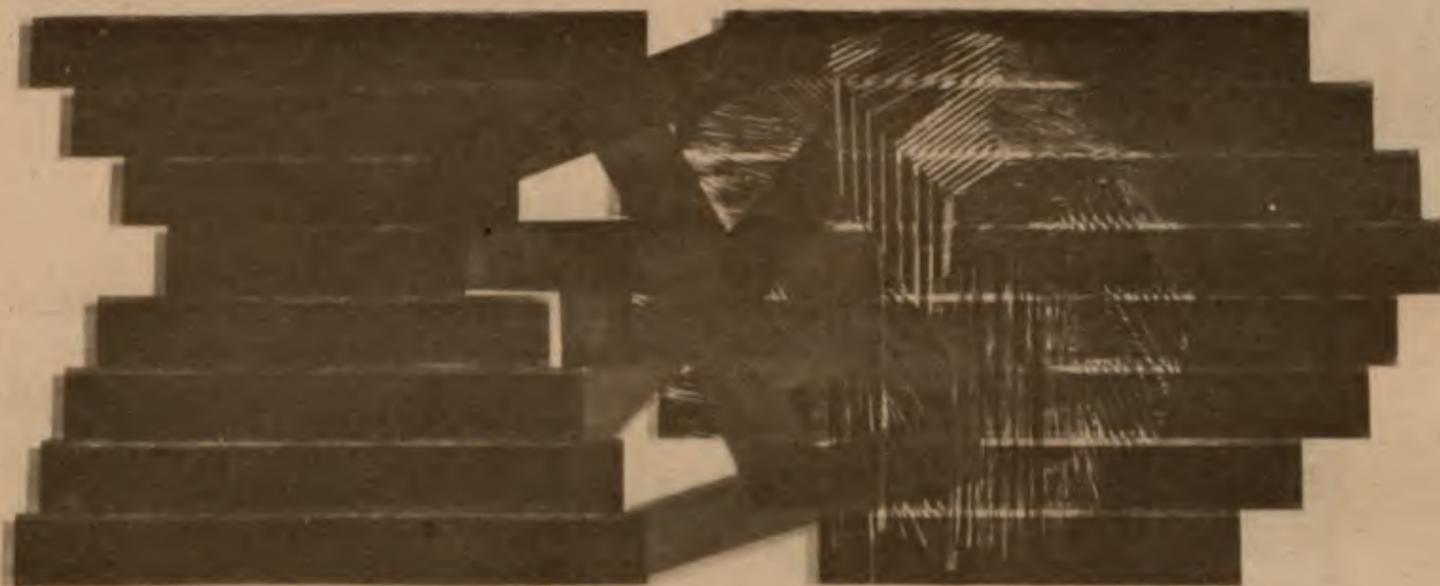
Há necessidade premente de reformulação do BNH para que ele se transforme num instrumento social eficaz e não de destruição do indivíduo. Há necessidade de salários mais compatíveis com o trabalho de cada um. Sobretudo, necessidade de uma política de saneamento que dê proteção também aos marginalizados — ao invés de inventar aeroporto supersônico, quando o Estado já conta com Viracopos, que preenche todos os requisitos, desde que seja construída uma infra-estrutura de transporte de passageiros e carga.

Sem isso, São Paulo acabará sendo somente sorvedouro de saúde e vidas

# BONOMI DENUNCIA A ARTE ALIENADA



Paralelamente a uma gravura referida pela crítica internacional como das melhores da atualidade, Maria Bonomi (foto) agora expondo no Rio, questiona a arte brasileira, denunciando os vários mecanismos de sua alienação.



*Abandonando as madeiras lisas e simétricas, Maria Bonomi explora agora as veias ou estruturas naturais mais pronunciadas, que incorpora ao desenho*

Demarcar uma área estética onde a atuação de Maria Bonomi tenha-se feito sentir de modo mais definitivo implica um sério risco de omissão. O que se pode dizer, com absoluta segurança, é que a poucos nomes, individualmente, pode ser creditado um trabalho tão contínuo, abrangente e corajoso no trato da coisa cultural, no Brasil, como ao dessa artista.

Sua exposição de agora no Rio (Galeria Bonino, Barata Ribeiro, 578) vem ratificar — em termos absolutos — o quanto seu trabalho de gravadora manteve-se ao nível do que temos visto de mais expressivo e inovador em mostras internacionais do gênero.

Se, pois, seria difícil dizer onde é que Maria não esteve, nas várias frentes por que se dividiu a guerra cultural brasileira, mais difícil seria explicar de que vagares, aparentemente inexistentes em sua dinâmica pessoal, ela se terá valido para elaborar seus achados, repensar em nível cada vez mais criativo seu processo e ousar seus novos caminhos, como nessas novas séries a que chamou Transamazônica e China Indelével que são seus assuntos de agora.

Ambas são reportagens respectivamente de uma viagem à Amazônia e ao sul da Bahia (1973) e à China (1974), ambas empresas mais recentes de uma trajetória multidirecional que antes a tinha levado a estudar história da arte e

cenografia, em Roma (de 52 a 56) a fazer os cursos de artes gráficas, museologia e história comparada da arte na Columbia University (de 56 a 59), a trabalhar com a equipe de Emílio Vedova, morando em Kassel, Berlim e Veneza (de 64 a 71) e, ainda nesse ano, antes de voltar definitivamente ao Brasil, a participar, como artista convidada, de um curso de educação, criatividade e tecnologia, na Universidade de Cardiff.

Esse roteiro de aprendizado e trabalho marcou-se por uma constelação de prêmios internacionais, dos quais os de maior peso são: em 63, o da Bienal Americana de Gravura, no Chile; no mesmo ano, o do Junge Kunst, de Viena; em 64 o Prêmio de Aquisição da Bienal de São Paulo e no ano seguinte o de Melhor Gravador, da mesma promoção; ainda em 65 o Prêmio Molière por seu trabalho cenográfico para «A Megera Domada», de Shakespeare; em 67 o prêmio para a categoria gravura, da Bienal de Paris; em 69 o Grande Prêmio da Bienal de Ljubljana, Iugoslávia, e o da Trienal de Xilografia Contemporânea, de Capri, Itália.

## Defesa de cultura

Em dois sentidos sua atuação no campo teórico vem marcando uma posição de intransigente defesa da cultura brasileira, de tantos lados e em tão diversos planos ameaçada: na desmistificação de um clima de equívocos intencionalmente

armado em torno do mercado de arte no Brasil, com vistas à manipulação de uma opinião aquisitiva mal-informada e, não menos aguerridamente, na constante proposta de repensar-se o ensino da arte no país e a educação do povo, através dos museus e dos demais órgãos comunicadores para a formação de um público mais esclarecido quanto ao fato estético e sua contextualização social, econômica, política etc.

Sua recusa à participação nas bienais paulistas desde 1969, com a sala especial a que, pelo regulamento, suas obras teriam direito, na qualidade de artista premiada, foi um gesto de autêntica liderança e mobilizou a classe artística na direção de um enfoque crítico daquela mostra. Outro divisor de águas na vida artística brasileira foi seu gesto de demitir-se da diretoria da seção paulista da Associação Internacional de Artes Plásticas, de que havia sido fundadora, levando a público as razões de sua atitude, denúncia que abriu caminho a um questionamento das lideranças culturais de então.

Impossível deixar de mencionar, mesmo num despretensioso apontamento da contribuição teórica de Maria Bonomi ao panorama das artes brasileiras, o lúcido equacionamento de algumas de suas questões mais decisivas quando do debate sobre os resultados e a reformulação do curso popular de arte, do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro.

“Também obrigatória seria a menção de uma experiência verdadeiramente pioneira, em termos de Brasil: o Estúdio Gravura, centro experimental de artes gráficas e pesquisas que formou inúmeros profissionais e teve muitos bolsistas estrangeiros, orientado por Maria Bonomi e Lívio Abramo, o Estúdio Gravura foi fechado em 1964.

## Refiguração

A gravura, definida por outra grande xilógrafa, Fayga Ostrower, como “a música de câmara das artes visuais” ganha, através dos trabalhos que Maria Bonomi apresenta agora na Bonino, dimensões monumentais. Para essa monumentalidade têm convergido as vistas de boa parte da crítica. Diante, porém, das muitas faces que a criatividade de Bonomi oferece no atual estágio de seu trabalho, preferimos encarar o novo dimensionamento físico de sua gravura como um entre os tantos dados agora trazidos aos não poucos que a acompanham na trajetória de enriquecimentos que é seu processo criador.

Já a seriedade com que a artista sempre o encarou nos proíbe supor que estejamos diante de um artifício imaginado para suprir, em impacto visual, a apregoada crise de um gênero de expressão plástica que alguns acreditam em diluição. O mais provável é que a monumentalidade de agora provenha da apaixonada convivência da gravadora com a arquitetura e a cenografia. Essa convivência que foi fértil em qualidade e em número, a ponto de resultar em prêmios da crítica teatral dados a cenografias de Maria para climas diferentes como Ibsen, Beckett, Lorca, Miller e Shakespeare; e, no campo da arquitetura, chegou a níveis como o painel da igreja da Mãe do Salvador, no bairro de Pinheiros, São Paulo, para citar apenas o mais recente deles.

Em seguida temos, como uma decorrência dessa teatralidade arquitetônica, um caráter analógico que consistiria em a gravadora lançar mão do grandioso não por um ingênuo amor ao monumental, mas — e bem mais dialeticamente — pela necessidade de encontrar uma adequação entre sujeito e objeto, ou seja, de um lado a gravura (sujeito da ação de propor visualmente), do outro, os universos chinês e amazônico (objeto dessa proposição). Adequar percepção e representação implicou estabelecer uma linguagem; a do monumental é, no sentido que mestre Houaiss confere à palavra, uma refiguração da dimensão continental chinesa como da amazônica. Essa descomprometida interpretação, bem mais especulativa que crítica, não tem a pretensão de ser definitiva, ou sequer







Guido Araújo (falando na abertura dos simpósios): a boa organização das mostras e debates

## FESTIVAL DE CURTA METRAGEM

# BAHIA PREMIA HUMBERTO MAURO

A IV Jornada Brasileira de Curta-metragem realizada em Salvador conferiu o Troféu Humberto Mauro ao filme «Carro de Boi» (35mm), do próprio Humberto Mauro. Foi criada a Distribuidora de Filmes de 16mm e pedida a suspensão da validade de todos os certificados de classificação especial dos curtas expedidos pelo INC.

A comissão de premiação embora reconhecendo que o Troféu Humberto Mauro devesse ser oferecido como estímulo a um jovem diretor, quis reafirmar a validade do cinema documentário, na

pessoa daquele que foi um dos seus criadores.

Durante a jornada nasceu a Distribuidora de Filmes 16mm. Sentida por todos que atuam no meio cinematográfico, a criação de uma estrutura de veiculação do filme brasileiro através da rede nacional de cineclubes e entidades afins não pretende ser mais uma tentativa paternalista de enfrentar o problema – apesar de ser uma entidade sem fins lucrativos, será estruturada empresarialmente – informa a comissão que debateu o assunto.

O acervo da Distribuidora Nacional será localizado no Rio. Além disso, serão instalados centros regionais de redistribuição, também ligados a entidades cineclubísticas.

Junto a uma diretoria executiva, a distribuidora terá como órgão máximo um conselho consultivo, encarregado de

elaborar o programa de trabalho, composto pela diretoria executiva do Conselho Nacional de Cineclubes, o presidente de cada federação regional de cineclubes, um membro da Cinemateca do MAM/RJ, um da Fundação Cinemateca Brasileira (SP), um da Associação Brasileira de Documentaristas, um da Associação Brasileira de Cineastas e um do Centro de Pesquisadores do Cinema Brasileiro.

Nos próximos dias será formalizada a criação da distribuidora, com a posse de sua diretoria executiva e dos membros do conselho consultivo. Até lá será elaborada uma campanha nacional para arrecadação de fundos, que tem como meta a quantia de Cr\$ 50 mil para a implantação e legalização da distribuidora nacional.

### Resoluções

O grupo de trabalho encarregado de analisar a questão da distribuição apresentou relatório propondo as seguintes medidas:

“Considerando que as recentes medidas do INC aumentando os dias de obrigatoriedade para o curta-metragem, e as recentes notícias divulgadas pela imprensa sobre a criação do Concine vêm provocando uma “mobilização” geral de distribuidores e exibidores cinematográficos para a compra irregular de filmes de curta-metragem, visando a um armazenamento que lhes garanta o cumprimento “destorcido” da lei durante, pelo menos, os próximos cinco anos, determinamos as seguintes medidas preventivas e de emergência:

1) suspensão da validade de todos os certificados de classificação especial, expedidos pelo INC desde a sua criação até a presente data;

2) paralelamente, suspensão temporária da lei de obrigatoriedade de exibição do curta-metragem;

3) suspensão temporária do funcionamento da comissão que outorga os certificados;

4) formação de uma comissão especial para a regulamentação definitiva da comercialização e utilização do curta-metragem, aproveitando as sugestões encaminhadas pelo grupo da Associação Brasileira de Documentaristas que estuda a regulamentação: a) com o prazo de 30 dias a partir do início dos trabalhos, para dar um parecer a respeito; b) com o prazo de 30 dias para sua formação e início de seu funcionamento; c) é formada basicamente por representantes da ABD, Abraci, Apaci e Sindicato de Artistas e Técnicos;

5) a comissão assim formada deverá dar um parecer inicial sobre a utilização dos filmes de curta-metragem na TV brasileira;

6) e a comissão deverá regulamentar a distribuição dos filmes de curta-metragem através da Embrafilme, estabelecendo inclusive as diretrizes sobre a quantia a ser estipulada a título de adiantamento ao produtor sobre a distribuição, em substituição ao prêmio de estímulo, como vinha fazendo o INC até a presente data. Deve ser lembrada que, em conformidade com documento anterior da ABD que propôs a criação da distribuidora de curtas da Embrafilme, nosso apoio está condicionado à autonomia desta distribuidora em relação à distribuição de filmes de longa-metragem, e à indicação de pessoa ligada ao curta-metragem de produção independente para dirigi-la”.

### Curta-metragem

Eis algumas resoluções do grupo de estudos da ABD para a regulamentação do curta-metragem através do Concine:

“A obrigatoriedade de que trata o anteprojeto (a exibição de um curta com cada longa) deverá se estender a todos os filmes de longa-metragem, nacionais e estrangeiros, indistintamente. Justificativa: à medida que o cinema nacional conquista dias, o curta-metragem deverá acompanhar o seu crescimento; o curta deve formar seu público e este é um dos caminhos.

O mecanismo de remuneração do curta-metragem deverá manter, por filme, o nível atual que corresponde ao prêmio concedido por ocasião do certificado de categoria especial, ora extinto. Justificativa: a nova sistemática deverá ser um avanço em relação à anterior; o mecanismo de percentual por cadeiras de cinema é imperfeito e poderia ser substituído por um fundo comum, distribuído equitativamente por filme, correspondente a um percentual da renda dos filmes de longa-metragem exibidos em todo o território nacional.

Que se crie um mecanismo limitador, impedindo a penetração no mercado dos curtas de empresas ou realizadores que possam desvirtuar o caráter cultural da regulamentação que se pretende. Justificativa: que seja garantida a cada realizador o direito e a possibilidade de participar ativa e remuneradamente do mercado em questão.

O prazo de exibição destes filmes de curta-metragem no mercado será o mesmo que o prazo de validade do certificado de censura respectivo, não podendo ser renovado. Não haverá limites de metragem (duração) para os filmes.

Todos os filmes deverão ser apresentados à comissão em 35mm, uma vez que se destinam ao mercado desta bitola.

Tendo em vista a formação de um mercado comercial específico de filmes em 16mm, recomenda-se que nesse mercado não possam competir reduções de 35mm e que os filmes 16mm recebam o mesmo tratamento da bitola 35mm.

Propõe-se a formação de uma comissão para estudar o mercado de 16mm na TV, para estudar a obrigatoriedade de horário em TV, mercado específico de filmes para TV, distribuição na TV etc. Justificativa: sendo a TV o maior veículo de divulgação, obrigatoriamente deverá estar voltada para a cultura nacional, promovendo e divulgando todas as atividades culturais”.

Grupo de pesquisadores presentes a



«Anjanil»: Juraci Dórea, Prêmio Sérgio Porto



«Almir Mavignier»: Lena Bodansky, Troféu Diário de Pernambuco

jornada discutiu as bases do próximo Encontro Nacional do Centro de Pesquisadores do Cinema Brasileiro, em junho do ano vindouro. No encontro foi proposta a superação da fase de simples relatórios, passando-se para a elaboração de temário mais científico com relação ao trabalho que está sendo feito, e uma maneira de desenvolver uma prospecção nas áreas geográficas menos conhecidas, em geral situadas ao norte e nordeste do país.

Até a reunião de 1976 - em local a ser determinado - os pesquisadores do cinema brasileiro terão oportunidade de se encontrar novamente em janeiro, na Jornada de Cineclubes, e em novembro, na Reunião de Cinema e Ciências Sociais, em Natal, quando serão aprofundadas as definições para o encontro nacional em 1976. O boletim nº 4 do Centro de Pesquisadores do Cinema Brasileiro, a ser editado no final do mês, será distribuído para todo o país.

Ainda na jornada foi realizado o Simpósio Nacional da Associação Brasileira de Documentaristas (ABD), sendo eleita a nova diretoria encabeçada por Oswaldo Caldeira. Foram aprovadas igualmente resoluções dos três grupos de trabalho encarregados da análise dos temas propostos. A nova diretoria é a seguinte: presidente, Caldeira; vice, Sérgio Sanz; secretário executivo, Marcos Altberg; publicações, Manfredo Caldas; finanças, Regina Machado; relações exteriores, Sérgio Muniz; distribuição, Alberto Graça; e segundo secretário, João Batista.

A nova diretoria, após empossada, escolheu também as representações regionais da ABD. Mais uma vez, a representação da entidade na Bahia ficou a cargo de Guido Araújo, diretor da IV Jornada.

### Premiação

A IV Jornada distribuiu ainda os seguintes prêmios:

- Prêmio Alexandre Robatto Filho da Universidade Federal da Bahia, no valor de Cr\$3 mil, foi conferido a "Pedro Piedra", de Francisco Liberato.

- Troféu Dez Anos de Rede Globo (cinco latas de filme colorido e revelação) coube a «Roças», de Rogério Correia.

- Prêmio Produção, da Cinemateca do MAM, que compreende a montagem e sonorização para filmes de realizadores fora do eixo Rio-São Paulo, foi dado a «O Último Coronel», produção paraibana de Machado Bittencourt.

- Prêmio Bahiatursa, no valor de Cr\$10 mil, por decisão da empresa, foi dividido entre três produções baianas: «As Filarmônicas», de Agnaldo Azevedo; «Pedro Piedra», de Francisco Liberato; e «Gran Circo Internacional», de Vito Diniz, recebendo as duas primeiras realizações (em 16mm) Cr\$4 mil cada uma, e Cr\$2 mil à última (super-8).

- Troféu Diário de Pernambuco, para a melhor realizadora da jornada, numa homenagem ao Ano Internacional da Mulher, foi concedida a Lena Bodansky, pelo filme «Almir Mavignier».

- Troféu Orixá e prêmio de Cr\$3 mil foram concedidos ao super-8 «Gran Circo Internacional», de Vito Diniz, considerado pela comissão o melhor filme apresentado na bitola.

- A fita «Agreste», de Robinson Barreto, pelo alto grau de criatividade, pelo tratamento novo dispensado ao tema regional e pelas possibilidades criadas no campo da animação, foi atribuído o Prêmio Walter da Silveira, da Associação Baiana de Imprensa, no valor de Cr\$2 mil.

- «Anjanil», de Juraci Dórea, considerado o melhor documentário sobre temática nordestina na bitola super-8, recebeu o prêmio da Sala Sérgio Porto; troféu e filme virgem.

- O prêmio destinado ao melhor super-8 pernambucano, oferecido pela TV Universitária de Recife, coube a Talvani Guedes da Fonseca pela realização de «Olha a Estrada».

- O diretor da Divisão de Reportagens Especiais da Rede Globo, Paulo Gil Soares, colocou à disposição da IV Jornada cinco latas de filme virgem em 16mm, que constituíram um prêmio especial, conferido a «Cafajuba», super-8 de Sérgio Hage Filho, como incentivo.

ALBERTO SILVA

## CINEMA

# A OBRA DE FASSBINDER

A Alemanha Ocidental, em todo após-guerra um produtor de filmes inexpressivos, possui hoje a mais fértil cinematografia jovem em atividade

Isso deve-se não só ao renascimento econômico do País, como a aparição de uma geração livre do passado hitlerista, mas principalmente pelos incentivos oferecidos pelo governo de coalizão social-democrata-liberal (Willy Brandt e agora Helmut Schmidt), Volker Schoendoerf, Peter Fleischman, Werner Herzog são alguns de seus nomes mais expressivos. Nenhum porém tem uma filmografia tão extensa ou despertou tanto entusiasmo como Fassbinder.

Rainer Werner Fassbinder nasceu em 1946 na Baviera, a região mais conservadora da Alemanha. Com apenas 29 anos é o autor e co-diretor de 27 peças teatrais e dirigiu mais de vinte filmes, trabalhando como ator em muitos deles. A maioria de seus filmes podem ser considerados melodramas (é admirador confesso de Douglas Sirk, diretor dinamarquês que trabalhou na Alemanha e em Hollywood, onde fez «Palavras ao Vento/Written in the Wind» - 1956), embora muito diversos do melodrama sentimental corriqueiro, e não obedecem todos a um estilo fixo de cinema (uns são improvisados, outros teatrais, alguns mesmo chegados ao clássico).

Fassbinder estreou como cineasta em 1966 e desde então dirigiu uma média de três filmes longa-metragem por ano (nem Godard nos velhos tempos). Um dos primeiros foi «Katzelmacher/O Machão» - 69, baseado numa peça teatral, sobre as relações entre alemães e um imigrante grego. A preocupação social é uma constante na sua filmografia, que oferece um bom retrato dos preconceitos sociais e raciais na Alemanha contemporânea.

Depois de sete longas pouco conhecidos (entre eles um chamado «Rio das Mortes» e outro, «O Soldado Americano», sátira de Hollywood, ambos de 1970), Fassbinder dirigiu «Precauções de Uma Prostituta Santa» no mesmo ano, seu único filme até o momento a utilizar atores não alemães (Lou Castel e Eddie Constantine), que oferece interessantes pontos de comparação com «A Noite Americana» - 73 de Truffaut, por serem ambos ambientados numa filmagem. Enquanto no filme de Truffaut os conflitos são ingênuos e os personagens quase inocentes, no filme de Fassbinder o diretor é histérico, falta dinheiro na produção, as pessoas são sórdidas - e o resultado bem mais realista, mesmo que o filme seja um tanto longo, um tanto pretencioso e seguramente não seja um dos seus melhores.

Mil novecentos e setenta e um é o ano de «O Mercador das Quatro Estações», melodrama social que foi seu primeiro filme a chamar atenção da crítica internacional. A seguir veio «As Lágrimas Amargas de Petra von Kant» - 1972, um dos mais brilhantes, um psicodrama sobre lesbianismo que analisa as relações do senhor-escravo em diversos níveis (outra constante na obra do cineasta). «Petra von Kant» é um filme fascinante, com grandes interpretações. No mesmo



«Effi Briest» de Rainer Werner Fassbinder

ano foi feito «Oito Horas Não Fazem um Dia», em cinco partes, para televisão.

O filme mais "fácil" de Fassbinder talvez seja o melhor: «Ali: O Medo Devora a Alma» - 1973. Trata-se de um melodrama proletário focalizando o romance entre uma faxineira alemã sexagenária e um imigrante marroquino trinta anos mais moço que ela, enérgico libelo contra o racismo, filmado de maneira simples e direta.

Depois de «Ali» o cineasta já assinou mais quatro filmes, entre os quais «Effi Briest» - 1974 (adaptação literária muito bem recebida pela crítica, se bem que um tanto longo) e «O Punho Vingador a Liberdade», melodrama sobre homossexualismo, poder e luta de classes, o mais elogiado de seus filmes até o momento, exibido em Cannes e que será também apresentado no próximo festival de Nova Iorque.

Organizada pelo Instituto Goethe de Salvador foi apresentada no Rio uma retrospectiva de Rainer Werner Fassbinder, constando de «O Machão», «O Soldado Americano», «Precauções de Uma Prostituta Santa», «O Mercador das Quatro Estações», «As Lágrimas Amargas de Petra von Kant», «Ali: O Medo Devora a Alma» e «Effi Briest», com legendas em inglês, espanhol ou em versão original. A mostra já foi ou será

ainda apresentada em São Paulo, Brasília, Belo Horizonte, Curitiba, e Porto Alegre (porque não também Recife e Belém?), constituindo uma das poucas coisas realmente interessantes do panorama cinematográfico deste ano de 1975.

Várias coisas puderam ser notadas com a retrospectiva Fassbinder. Primeiro, que ele é um grande diretor, com certeza o mais fecundo e talentoso desde o aparecimento de Jean-Luc Godard na década de sessenta. Segundo, que o melodrama (de fácil comunicação com o público) pode ser um meio eficiente de apresentar uma crítica social efetiva: um filme não precisa ser sobre política para ser político. Terceiro, que alguns desses filmes (principalmente «Ali» e «O Comerciante das Quatro Estações») poderiam fazer razoável carreira comercial no Brasil. O fato de não serem exibidos comercialmente vem novamente demonstrar a pobreza do nosso mercado interno e o desinteresse e/ou falta de informação dos chamados distribuidores de "filmes de arte" (Cinema I & Cia).

### Sobre festivais internacionais

Foram finalmente liberadas pelo Itamarati algumas das cópias de filmes necessárias à Retrospectiva do Cinema Latino Americano e Retrospectiva Nelson Pereira dos Santos que foram realizadas no Festival de Pesaro, Itália. Ainda no mesmo festival foram exibidos o já legendário «História do Brasil» de Glauber Rocha (bem recebido pela crítica) e o excelente «Iracema» de Jorge Bodansky, filme sobre a Transamazônica, que ao que parece anda tendo inesperadas dificuldades com o Instituto Nacional do Cinema.

Já no Festival de San Sebastian (Espanha), o filme brasileiro «A Rainha Diaba» - 74 foi mal recebido pela crítica e pelo público. Interessante que um filme meramente comercial como este (se bem que bastante interessante) venha a causar escândalo num país fascista, que condena mulheres ao garrote vil, método de execução que data da Idade Média.

Menos interessantes as declarações do diretor Antonio Carlos Fontoura, que teria declarado que o filme era exatamente "contra" o que escandalizou a platéia, na qual aliás não estavam presentes os mais expressivos nomes do cinema espanhol, que boicotaram o festival. Também ridícula a preocupação do ator Milton Gonçalves em esclarecer que não tem nada a ver na vida real com o personagem (homossexual, assassino, maconheiro). Para ele, aqui vai um recadinho: todo mundo já sabe disso, aliás se o personagem é tão problemático, por que aceitou interpretá-lo? Serão problemáticos também os prêmios que recebeu por interpretar o protagonista de «A Rainha Diaba»?

### Retrospectiva do cinema nazista

O Instituto Cultural Brasil-Alemanha e a Cinemateca do MAM do Rio de Janeiro estão exibindo até segunda-feira, dia 6, a portas fechadas, um programa intitulado «Cinema e Propaganda: o Exemplo do Filme Nazista».

Da mostra não consta nem «O Judeu Sus» - 1940 de Veit Harlan (o filme mais anti-semita jamais feito) nem «Ich Klage An» - 1940 de Wolfgang Liebeneiner (apologia do extermínio dos deficientes mentais), mas inclui diversas outras obras do período hitlerista.

Entre estes não poderiam faltar os dois mais importantes filmes de Leni Riefenstahl, a mais talentosa cineasta do III Reich. Ela será exibidos «O Triunfo da Vontade» - 1935 (sobre o Congresso do Partido Nacional-Socialista em Nuremberg) e «Olympia» - 38 (sobre as Olimpíadas de Berlim). Serão exibidos diversos cinejornais da UFA, assim como outros filmes de propaganda e ficção. Os títulos dão boa idéia do conteúdo («O Führer Doa uma Cidade aos Judeus», «Marcha Para o Ocidente», «A Marcha para o Führer», «O Senhor Roosevelt em Conversação», «A Juventude do Mundo», «Na Luta Contra o Inimigo Mundial», «Os Soldados de Amanhã»). Todos os filmes serão exibidos em versões originais sem legendas.

JOÃO CARLOS RODRIGUES



Ednardo: "A arte não é triste. Ela está triste, mas um dia será alegre".

# A MÚSICA DO CEARÁ MOLEQUE

A sensibilidade abre uma porta para um corredor imenso. Cheio de coisas. Boas. Bonitas. Feias. Alegres. Tristes. É a matéria-prima da poesia, da criação. Cearense, brasileiro, poeta e ser humano, Ednardo vive como todos nós, buscando no fundo do peito a força para o sorriso, esperando o dia do sorriso fluente, natural. No dia do frevo geral, o poeta Ednardo estará na primeira ala. Como seus antepassados da Padaria Espiritual do Ceará.

ouvira. A televisão ainda não tinha começado sua escalada de destruição, e o rádio era o grande veículo. Era música italiana («Al di là», «Nel Blun di pinto di blun»), Luiz Gonzaga, Vicente Celestino. Tudo. Tinha lá um programa do Narcélio Lima Verde, a «Hora da Saudade», que me deu muita informação musical. Quer dizer, curti-se de tudo, não por modismo, mas porque as informações eram limitadas objetivamente. Aí o tudo podia até ser nada, mas tinha algum significado. Era uma algazarra de criação, que foi muito sadia. Depois, com os surgimentos dos chamados "movimentos" (jovem guarda, tropicalia etc), muita gente lá na província começou a desenvolver seu gosto pela música. Deixar a situação de paciente: ser agente da criação."

## A paciência do Anísio

Os jovens em Fortaleza, especialmente os de classe média, e que tiveram um difícil acesso à uma universidade com todos os defeitos do sistema, pouco aproveitavam do ambiente universitário. Esse pouco poderia ser definido e resumido exatamente no companheirismo. Como dentro da universidade o ambiente não permitia uma maior confraternização, era na mesa do bar que eles se reuniam.

"Nós todos tínhamos uma sede muito grande. Mas olha, não era sede de bebida, não. Era sede de coisas. De fazer. De conversar. Eu me lembro que antes mesmo de terminar o curso, que aliás não terminei completamente graças ao regime de créditos, arranjei um emprego na Petrobrás. Aquele papo de ter um emprego estabelecido, uma vida regular... Mas na época meu negócio já era música, poesia, criação. Então nós nos reuníamos num botequim onde hoje é a avenida Beira-Mar, e ficávamos lá, sonhando em vir pro Rio de Janeiro".

Ednardo, mora hoje em São Paulo. Veio ao Rio para transar um show e está na casa do repórter. Sentado no chão, a cerveja na mão, mais que uma entrevista é uma conversa registrada pelo gravador. O sotaque do Ceará já não é muito acentuado. Calmo, rindo muito ("acho que é porque estou iniciando minha carreira de pai: Joana nasceu mês passado") ele interrompe tudo e abre um parêntesis: "Olhe Oséas, quando eu digo nós, estou me referindo aos companheiros que fazem música no Ceará, mas não existe um "pessoal do Ceará", um movimento ou qualquer coisa assim. Sem essa de rótulo, tá?"

Talvez por causa da cerveja ele lembra de "seu Anísio". "É engraçado, lembrar hoje. No começo, nós (Fagner, Petrucio Maia, Brandão, Augusto Pontes, Rodger e outros) queríamos fazer música. Então ficávamos conversando no bar do Anísio. Era um botequim. Agora, depois que saiu na Veja, virou "sambão", mas na época não era nada disso. Era o ponto de encontro por um simples motivo: nós éramos duros e o seu Anísio tinha paciência de deixar um grupo de "macho" sentado numa mesa, às vezes rolando a noite com uma garrafa de cerveja. Agora o negócio virou folclore: é o local dos "artistas", dos pseudo-intelectuais, não sei se dá para sentir a barra..."

Ednardo está falando de Fortaleza e não de Ipanema. Cada cidade tem o bar folclórico que merece: o Rio atualmente tem o "Luna", um lugar chatíssimo, onde as pessoas vão para aparecer, fazer barulho, ver (e serem vistas), abrindo mão do prazer lúdico do bom papo, dos bons planos, da vontade de ir embora pro Rio de Janeiro, "se der carneiro".

## Doente do pé e ruim da cabeça

Ao contrário de muitos artistas que, alcançado o sucesso, passam a viver único e exclusivamente em função desse sucesso, Ednardo

O desenvolvimento histórico em nosso país, bem como a consolidação de nossa formação social, têm sempre o objetivo de traçar e delimitar centros de criação e de consumo de riquezas, em qualquer nível. No nível cultural, reflexo do quadro mais amplo, do todo social o Nordeste continuou durante muitos e muitos anos, pelos quatro séculos de nossa história, como centro fornecedor de matéria-prima, graças ao próprio sistema de exploração econômica introduzido pelos colonizadores, onde as "plantations" nordestinas forneciam a cana-de-açúcar que seria vendida na Europa, trabalhada e novamente freqüentaria os descampados consumida como produto final. Sempre foi assim. Na divisão interna das riquezas, da produção, os centros menos desenvolvidos economicamente têm um papel historicamente determinado de fornecedor de matéria-prima e consumidor de produtos finais. Assim está na história. Assim foi pensado o sistema de relações de produção em todos os níveis, mas da mesma maneira que a história não é ortodoxa nem estática, seus agentes — os homens, têm sua própria dinâmica.

Seria dentro desta dinâmica da história, que poderíamos enquadrar os esforços, melhor diríamos, os "focos" de resistência que vez por outra surgem. No campo específico da música popular brasileira, do momento em que, dentro do panorama geral do processo de substituição de importações, as grandes multinacionais (na época chamadas simples e diretamente de "trustes", lembram?) resolveram iniciar uma "produção brasileira", imediatamente foi estabelecida uma divisão à melhor maneira das sesmarias manufatureiras: o sul produziria e o "resto" consumiria. Isto quanto ao aspecto "industrial" funcionou durante uns bons anos: em Alegrete no extremo sul ou em Propriá lá nos interiores do nordeste, cantava-se a música que os "técnicos" estabelecidos no Rio e São Paulo determinavam como sendo a "melhor". Se era a "melhor", logo seria a "única" e ninguém tinha o topete de tentar desmentir os dogmas da máquina do disco.

Como a história está aí mesmo para desmentir os que pretendem transformá-la em mecanismo amorfo e sem moto próprio, foi o desenvolvimento do processo de concentração capitalista que gerou as condições necessárias e/ou inevitáveis a uma reformulação do panorama da música popular brasileira. A bossa-nova e as chamadas músicas de protesto, últimas manifestações urbanas produzidas com exclusividade no espaço cultural determinado (Rio-São Paulo), sofreram as consequências diretas dos acontecimentos políticos de 1964 e as gravadoras tiveram que reformular seus esquemas.

## Começa a "invasão"

Com as violências políticas e mais o recesso econômico que tomou conta do país, muito dos nossos melhores e mais significativos

criadores preferiram sair do país, buscando condições mais eficientes de trabalho. Ou como disse à Crítica o mestre Tom Jobim: "Para fugir do hate-parade". Seja como for, o fato é que a música brasileira ficou inteiramente abandonada: a bossa-nova já não conseguia mais despertar maiores atenções: seu lirismo fora neutralizado pela violência e as chamadas músicas de protesto não vingaram porque desconheciam uma regra sagrada na arte: o imediatismo e o oportunismo não encontram campo adequado no campo da estética.

As gravadoras instaladas em nosso país são todas pertencentes a grupos estrangeiros: RCA, Phonogram, Odeon e por aí... Por mais que os acontecimentos de 1964 fossem favoráveis ao capital estrangeiro, as tão esquecidas e por vezes incômodas contradições da história, fizeram sentir sua presença. Passada a fase "água-com-açúcar" das músicas de filmes de Hollywood, onde a eterna e asséptica virgem Doris Day colocava nos sulcos suas profundas dúvidas existenciais («Que será, será?»), o público já estava mais exigente: se nós tínhamos um Tom Jobim, um João Gilberto, por que aturar um Bienvenido Granda? Aqui no Brasil a barra estava pesada: na superfície reinavam Roberto Carlos, Anísio Silva e mais os "convidados especiais" do tipo Rita Pavone. Não restava às gravadoras outra opção, que não a de procurar, mesmo fora do eixo Rio-São Paulo, elementos que permitissem uma continuação economicamente viável em seus negócios. (Não esquecer nunca, mas nunca mesmo, que as gravadoras não são entidades culturais, mas meras empresas de fabricação e comercialização de um produto final).

Na Bahia, lugar que sempre teve uma produção cultural à margem do sistema, um grupo de criadores abriu caminhos para desmentir o dogma do Rio-São Paulo. Com Caetano Veloso, Gilberto Gil, Tom Zé, e outros, as gravadoras descobriram que a criação musical brasileira era bem mais ampla do que a mentalidade dos empresários. Depois do "cordão da Bahia", muita gente achou que poderia também conseguir um lugar no show biz nacional. Alguns vieram e conseguiram alguma coisa. Outros, não. Houve aqueles que esqueceram o fator histórico e julgaram que poderiam criar e ser consumidos fora dos grandes centros econômicos.

Apesar de toda a "abertura" (vide dicionário) apropriada pelos baianos (ou por causa deles), o mercado musical brasileiro ainda é uma porta fechada como se tivesse um pretório à a dinarte mariz. Quer dizer: o eixo Ipanema-Arembepe ainda impera e com muita força, mas apesar de tudo, tem gente nova criando.

José Ednardo Soares. Brasileiro, do pessoal do Ceará, nascido às pouco plácidas margens da praia de Iracema, foi um que resolveu

enfrentar a tão falada máquina. Uma de suas primeiras músicas, «Carneiro», incluída no LP «Romance do Pavão Misterioso», mostra bem uma visão de mundo coerente, lúcida: "Amanhã, se der o carneiro, vou me embora daqui pro Rio de Janeiro/ as coisas vêm de lá e eu mesmo vou buscar e vou voltar em videotapes e revistas supercoloridas... que é prá menina daqui superdistráida repetir... a minha voz..." (parceria com Augusto Pontes).

"Minha formação é muito cearense: minha família é da Serra Grande e outra parte de Sobral. Para quem não conhece o Ceará, talvez seja importante dizer que o interior de lá sofreu um tipo de influência bem marcadamente europocêntrica. França e Inglaterra, principalmente, foram os dois centros de influência cultural. Na minha família, entrou o índio também. Minha formação foi bem dentro dos padrões da terra: lá o diploma universitário é mais que uma imposição profissional, uma necessidade social. Eu estudei química, curso que terminei (com que esforço!) no difícil ano de 1971. O diploma tá lá em casa, no fundo de alguma gaveta".

O diploma guardado no fundo de alguma gaveta é uma situação muito conhecida de uma certa geração brasileira. Satisfeita a necessidade social, o cara guarda o diploma, arranja um emprego (na maioria dos casos completamente desligado de sua formação universitária) e sai pela vida. No caso de Ednardo, a "vida" seria a música:

"É uma pena que eu não tenha uma história bonita para contar sobre minha "vocação" musical. Foi tudo muito simples e comum. Como todo garoto da classe média, naqueles anos em que a classe média ainda não estava com seu poder aquisitivo tão violentamente reduzido, eu estudava piano. O piano era um modismo muito típico do Ceará".

Ednardo está sentado no chão, cerveja na mão e não gosta quando pergunto se ele pertencia à "classe média alta": "Não, você está equivocado. Esse negócio de dizer que a classe média transava violão não funcionava nos padrões de Fortaleza, não. O negócio era piano, mesmo. Isso era uma influência muito francesa. A coisa mais comum era chegar numa casa da classe média e encontrar na sala um piano, mesmo que ninguém soubesse tocar. E pode parecer piada, mas a quantidade de piano que tinha no Ceará era incrível. Era a maior concentração pianística do País... Todo mundo comprava piano. Quando não era novo, servia um de segunda mão. O lá de casa foi minha vó que me deu. Ela não sabia a besteira que estava fazendo. Bem como o piano estava lá, eu tinha que estudar mesmo. Aí comecei a desenvolver um gosto e um interesse muito grande pela música. Ouvia de tudo. Esse negócio que você diz, de que a criação é a decodificação da informação, é um negócio certo. Nas rádios lá o que tocava, eu

RODRIGO FARIAS LIMA e FLAVIO BRUNO apresentam

# VIVA O CORDÃO ENCARNADO

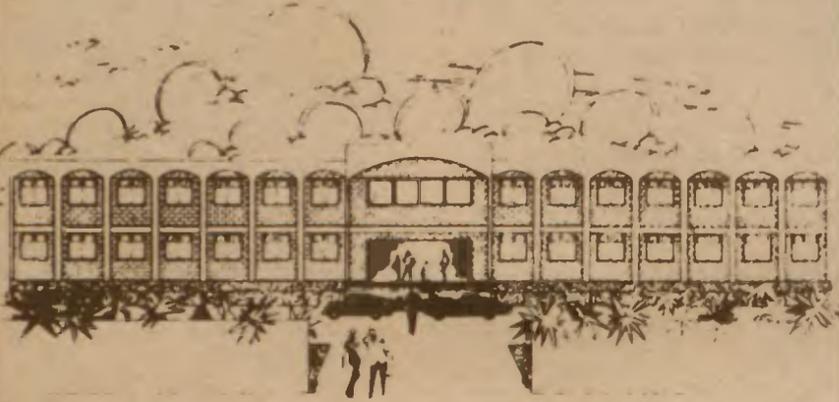
De Luiz Marinho.  
Direção Luiz Mendonça.  
O espetáculo teatral que ganhou  
2 prêmios Molière Rio 74.

TRINTA ATORES e MÚSICOS em CENA. – Censura 16 anos.  
TÂNIA ALVES Também está no CORDÃO!  
De 3ª a 6ª às 21 horas. – Sábados às 20 e 22,30 horas.  
Domingos às 18 e 21 horas.

## TEATRO APLICADO

Av. Brigadeiro Luiz Antonio, 931 – São Paulo.

# hotel Lorena



- 50 APARTAMENTOS
- AR CONDICIONADO
- TELEFONES EM TODOS OS APARTAMENTOS
- PISCINA

Jardim Itacema – Lote 27 – Piatã  
(Junto à Churrascaria Alex)

- TV OPCIONAL
- COFFEE SHOP
- RESTAURANTE
- ESTACIONAMENTO PRIVATIVO

Reservas: Telefone 8-9139  
Salvador – Bahia – Brasil

MAIS ASSUNTO  
AGORA: 40 pág.

# RAGGA

NAS BANCAS

A HISTÓRIA E A GLÓRIA

O MELHOR  
E SOM

## Jornal de música

- JOHN LENNON – a odisséia do mais corajoso dos Beatles
- O primeiro manifesto oficial da SOMBRAS (Sociedade Musical Brasileira)
- CAETANO teve medo de gostar do rock
- BILL HALEY no Brasil
- Estourou no Sul: ALCEU VALENÇA o taumaturgo crazy do Nordeste

PARA ANUNCIAR

EM  
CRÍTICA

TELEFONE PARA (021)242-7395

parece isento desse "vírus". Talvez por não ter ainda o sucesso que merece. É uma possibilidade, mas muito remota, pois ele demonstra um tipo de preocupação, de consciência social, bastante clara, bem definida.

"É que as pessoas se deixam levar por qualquer modismo. Você chega hoje em Fortaleza, em qualquer lugar, é só dá sambão. Tá legal, vamos curtir tudo, mas porra! o samba é um negócio que não tem muito a ver com o Ceará. Nosso negócio é mais lento, é mais pro maracatu. Cearense não é bom de samba: então, prá que forçar a barra? O maracatu é uma transação incrível: um negócio lindo. Os caras pintados de preto, desfilando num tom quase marcial, imponente. Uma alegria contida. Não é aquela alegria prá cima, característica do carnaval. É uma alegria introvertida, muito mais nordestina, com uma dose maior de melancolia. Agora veja você o absurdo: criaram escolas de samba que desfilam no carnaval de Fortaleza. Deviam ter deixado o maracatu, que inclusive tem uma sacação que eu acho muito importante: ele é uma síntese bem verdadeira daquela transação de raça, no Nordeste. Aparecem todos os componentes da nossa etnia: tem a ala de índios, os mamelucos, o negro, tudo aquilo que forjou a raça que o Euclides da Cunha disse ser antes de tudo forte. Os negros no maracatu representam o elemento colonizador, o francês. Aliás a influência francesa é muito grande em todo o dia-a-dia do Ceará: lá volante é "guidon", mesa é birô. Ficou muita coisa: as quadrilhas juninas têm as vozes de comando em francês. E até bem pouco tempo, menina de família "bem" estudava francês. Se tinha mais dinheiro, vinha pro Rio estudar no Sacre Coeur".

### Padaria Espiritual

Ednardo lançou seu elepê «O Romance do Pavão Misterioso», pela gravadora RCA. A faixa-título foi extraída de um famoso cordel nordestino. Em todo o disco, nota-se uma preocupação com um único compromisso: ser fiel às origens culturais, sem fechar perspectivas para qualquer influência. Vai do cordel ao rock. Tudo demonstra em Ednardo uma maturidade que talvez falte ao mais famoso dos cearenses, o ótimo compositor Raimundo Fagner.

"Eu não gosto de usar a palavra "trabalho". Ela é deformante, mas não existe outra. Então eu estou procurando desenvolver uma criação coerente com minha formação. Quero buscar no que foi válido do passado, uma base para meu trabalho futuro. É preciso redescobrir as coisas: muita gente lá no Ceará fica embabacada com o movimento modernista de 1922, o que é muito legal, mas seria legal também que as pessoas se ligassem no trabalho do grupo denominado "Padaria Espiritual" do século passado. Aliás aqui no sul, poucas pessoas conhecem o fenômeno, que foi importantíssimo, em termos de vanguarda para a época. A jornalista Ana Maria Bahiana, aliás, publicou uma matéria que merece um reparo: ela ouviu o galo cantar, sem saber onde. Nós não estamos querendo reviver a Padaria, apenas chamar atenção das pessoas para um grupo que agitou as coisas, muito antes do movimento modernista. Eu acho que a Padaria Espiritual foi terrivelmente importante pelas sacações que aconteceram no século dezoito. A Padaria já fazia um movimento de repúdio à cultura colonial, numa autêntica cusparada no ranço bacharelístico da cultura lusitana. Quer dizer, todo o movimento de 1922 já era curtido pela turma da Padaria Espiritual, a necessidade da criação de uma cultura brasileira, a vitalidade da rebeldia sadia. Eles tinham contato direto com a Europa e foram muito influenciados pelos acontecimentos de 1922, pelo anarquismo do século dezoito. A Padaria Espiritual é uma coisa bem cearense: nossa fama de "Ceará moleque" encontrava no anarquismo da Padaria um sólido apoio. E era muito popular pois não tinha nenhum elitismo. Isto inclusive lembra um negócio engraçado: o Oswald de Andrade diria que um dia a massa iria comer o biscoito fino que eles (os modernistas de 1922) fabricavam. Veja você a coincidência: a matéria prima de uma padaria é a massa. E seu objetivo também. Uma alteração muito legal de ser sacada. O lema da Padaria era dar pão de espírito para o povo em geral. Então, é muito importante desenvolver um trabalho em cima disto, e é o que estou procurando fazer para um próximo disco".

### Pessoal do Ceará

Em 1973 saiu pela Continental um disco que muita gente chama de "Pessoal do Ceará", com Ednardo, Rodger e Teti. Uma das faixas – «Terra», aconteceu e aí começou a primeira porrada profissional:

"Levar porrada atualmente é um privilégio de todos nós. Esse negócio da Continental foi assim: um dia eu resolvi deixar de ser um jovem engenheiro da Petrobrás, pedi demissão, peguei um avião e vim pro Rio. Depois de passar nove meses me adaptando, parti para a briga: o Fagner que já estava aqui me levou à Philips. Eu deixei uma fita lá, mas os caras não me informaram que seria para editar as músicas. Um negócio meio malandro, né? Eu

pensei que eles fossem ouvir a fita e dizer: "olha tá bom, vamos gravar" ou então: "não dá, não vamos fazer nada". O que eles fizeram mesmo foi ficar com a edição das músicas. A Eliana Pitman então resolveu gravar «Beira-Mar». Não que eu não quisesse, mas poxa, eu queria gravar. Aí fui lá na Odeon (onde a Eliana estava) e disse que não queria a gravação. Os caras disseram: "Tá legal, você pode impedir a gravação, mas não esqueça que o mundo dá muitas voltas e amanhã ou depois você pode passar por aqui de novo..." Uma ameaça, né? Bem, a editora era ligada à Philips, o disco saiu pela Odeon. Eu até gostei da gravação da Eliana, mas não era nada disso que eu queria".

"Bem, aí pintou o disco da Continental. A minha música (Terra) fez sucesso e então os caras resolveram que eu iria fazer um elepê. Nós estávamos fazendo um trabalho juntos: não era um trio, mas era um trabalho de equipe: Rodger, Teti e eu. Então eu disse: olha se não interessa fazer um trabalho com eles dois, eu também não quero ficar. Então nós fomos para a RCA, onde Rodger e Teti lançaram agora um disco – o «Chão Sagrado» e eu lancei o Pavão Misterioso".

### Censura dá febre

Ednardo pode ser tudo, menos um porraloca. "Acho muito leviano, imaturo, ter atitudes quixotescas. Por exemplo, eu tenho consciência da exploração da máquina, mas ela está aí. Existe. Eu vivo dela. Então eu não posso sair esculhambando Deus e todo mundo, porque daqui a pouco todas as portas estarão fechadas para mim".

O artista não queria fazer referência a seu companheiro e amigo Fagner, cujas declarações à revista "Veja", deixaram alarmados todos os seus amigos. Crítica inclusive taxou-a de "megalomaníaca". Mas o silêncio de Ednardo é dos que falam: "Olha eu prefiro que os "homens" pensem: esse cara é legal ele não reclama. Aí, na hora certa, vem o momento de dar a porrada."

Eu acho que denunciar as coisas deve ser feito, mas deve ser feito de maneira inteligente. Aliás a inteligência é a nossa arma. A única que temos atualmente na "terra" (essa expressão – terra, é boa porque quebra muito galho, né?) Eu sou contra as coisas, mas acho que tudo tem sua hora de ser denunciado".

### A consciência que falta

Sem ser um integrante do fechado time do superestrelato, o excelente compositor, tem posições bem definidas, ao contrário de muitos dos que estão por aí como "super-star".

"O artista brasileiro deve assumir sua condição de criador. Você me perguntou se não faltaria uma consciência de classe. Vejamos: o artista não é um empregado de uma gravadora, ele é o elemento que fornece a matéria-prima para ela. Quer dizer, é peça importante, e tem condições de impor coisas, de exigir. Agora o que eu acho é que falta uma consciência não em nível individual, mas em termos de classe. Por exemplo: quando um for prejudicado, todos deveriam se unir, mas isto não acontece. Meu parceiro Augusto Pontes é que disse: "que não existe uma classe mais desunida do que a nossa. O egoísmo aí entra muito, e as pessoas ainda tentam justificar em cima da criação individual, da maneira muito forte de cada um. Pra mim isto não justifica nada. Eu acredito que esse individualismo está presente no mundo inteiro, mas como eu sou brasileiro, falo das coisas daqui. Essa desunião desilude. Basta lembrar o caso do Torquato Neto; que quando foi expulso da SICAM, aguentou sozinho. O certo seria uma tomada de posição de seus companheiros, especialmente porque eles eram pessoas com força dentro do movimento, mas não. O Torquato ficou só na hora. Depois que ele morreu, todo mundo chorou. Agora quando o cara tá vivo, ninguém se une. Quer dizer falta mais uma consciência de classe, do que uma consciência individual. No momento em que ele se der conta da necessidade de uma consciência de classe, as gravadoras passarão a nos respeitar mais. Olha um exemplo: na época em que ocorreu o meu caso com a Continental, quando eu saí porque eles não quiseram gravar com a Teti e o Rodger. Se nós fôssemos um grupo grande e que representássemos algo no faturamento e tomássemos uma atitude, eu queria ver se eles não mandavam gravar na hora."

Ednardo está sabendo que não é fácil, mas não quer fazer concessões: "Olha isto aí é um vestibular onde as pessoas mais danadas vão passar. É uma luta contínua. Você não imagina o que é ser censurado. É como se me cortassem um braço. Foi exatamente o que senti quando proibiram uma música minha. Depois, no mesmo dia, senti febre. Somatizei direto, bicho. Mas não tem nada não, nós estamos aí, fazendo música. Se no momento a música não é alegre, se é triste, é por culpa das coisas que estão aí. Mas é um absurdo achar que a arte tem que ser triste. Um dia ela será alegre".

ANTONIO OSÉAS

CRÍTICA 6 a 12/10/1975

# A CONSCIENTIZAÇÃO DO COSMOS (II)

"Ser é um constante devir", escreve Nelly Novaes Coelho a propósito de "Danações", o quinto livro publicado por Carlos Nejar. Ao assumir-se, existencialmente, prossegue ela, "o homem/poeta recusa o antigo apoio religioso", mas "uma nova religião é pressentida - uma religião que parece buscar o primitivo sentido do termo: re-ligação".

Nejar a partir daí, parece se voltar para "uma nova re-ligação do homem ao cosmos (...) além do concreto e do visível, através de uma redescoberta do homem (que) está sendo gerada". Na obra seguinte, "Ordenações" (Editora Globo-Mec, Porto Alegre, 1971), dando prosseguimento "ao ato de existir que fundamenta agora a Lei do homem", o poeta põe em destaque "o inventário da condição humana, cujo horizonte é fechado pela morte". Recusa a eternidade, toda e qualquer forma de eternidade, pelo menos agora, essa eternidade "que sempre lhe ofereceram, pois ela existia à custa da inferiorização e aviltamento de seu verdadeiro ser - o humano, o eterno, o único, afinal, através do qual ele se sabe ser".

Logo na Ordenação Primeira, "Resgate", os versos: "louco ou não, ébrio sempre, / avarento com as lamúrias, / prescrevo estas ordenações / para que afixadas sejam", são bem sintomáticos do ponto de partida do poeta em direção a um estado original, ele que busca conscientizar em si o cosmos como um vigoroso ato de existir em seu devir ontológico. Para início de conversa, começa o poeta afirmando que "com armas fabriquei o tempo", "a liberdade amei", ainda que tudo deva ser ordenado, "reinventado, mar e fado, / destruído no equilíbrio, / deve ser tudo engolido / nestas águas / que as palavras não desovam". Tudo em torno dele "deve ser (...) ordenado / o previsto não imprevisível, / o incompleto no acabado, / o oficial e o soldado, / o erminoso e o remido", a fim de ser "tudo ordenado / num segmento / do universo e seu estado, / do homem e seu proveito", já que o poeta, "doido ou possesso", nada pede, a não ser que o enterrem.

Nesta obra, sem dúvida, a imagem da morte se acentua mais do que nos livros anteriores, aqui já tratados. A imagem da morte e a metáfora do invólucro e do além, que passam a ser uma constante nesta poesia admirável. Logo à página 14, exclama o poeta: "Há um invólucro apenas / a ser quebrado. Meus mortos, / há um invólucro apenas / e os sonhos vastos". Em "Considerações à beira do Café", o poeta, de tanto inquirir, conclui: "tornou-se adendo / da morte que vem no que eu esqueço". Suas inquirições, no entanto, vão além do tempo, já que ele não tem antepassados "na chuva dos séculos". Diz Nejar: "Sou meu próprio ancestral / na montra de hoje". Aos poucos, sua tendência vai sendo para o abismo ("por descer em mim / estou acreditando no abismo"), ele que pesa as suas ambições "na balança da morte / e sou tão estranho a mim mesmo / que me pareço outro".

No entanto, no fundo desse abismo, está a vida, a vida que Carlos Nejar não contratou, mas que é preciso vivê-la. A lucidez dói no poeta, "dói como um revés / de não ser nada disso, / de não levar o chapéu nos comícios, / o chapéu do argumento nítido / que cabe na frase ou na testa". Essa lucidez lhe dá o estado de graça, no momento, ambicionado. Esse estado de graça é castigar a vida "com merecimento, / desarmá-la das horas, / matá-la em nós, / e continuar vivendo". Da falência ("falir é tudo o que existe") à purificação das

emoções e das paixões que originam o medo e os pressentimentos, chega o poeta à vida eterna, ele que tem "esperança na vida eterna", ainda que precise "forjar a consciência de esperar, / a consciência de estar nalgum lugar / mesmo que não haja, ou nalguma casa / mesmo que na rua".

Mas, inquirindo-se, o poeta lança aos ares: "Como repor-me / entre os vivos, / se ainda trago / o calabouço comigo"? O poeta morreu pelos séculos, "sem o acabamento de morrer, / a cobertura volitiva, / a cal, a pá, / a sucessiva vida". Ele conheceu "uma nódoa na vida / sem nada compreender". Isso porque retornou da morte, órfão, sem saber qual seria o fim e o começo, caindo em várias obsessões, como por exemplo no problema da culpa, quando se pergunta: "Por que buscar singrar / o que é vedado? / Por que tantas vergas a eternidade / com o caule da ambição?" Mas nem sempre obtém uma resposta objetiva o poeta, já que "urge sobreviver-me / aos instintos do monstro / e seus deveres". Sua luta passa, então, a ser indivisível, absoluta. "Anos a fio, lutei / em bons e maus momentos, / não contra o mundo / mas seus instrumentos. Trincheiras não cavei, / cavei redutos / que irão sobreviver, / são tão poucos os frutos / quando é pequena a lei / Anos a fio, lutei".

Passa, por conseguinte, o poeta a lutar, ainda que saiba que "a dor se torna necessária, / multívoca, fluente, / suspiendo o paladar no desarrimo / sob o tino do que sofre". Neste ponto de "Ordenações" são várias as perguntas que se faz o poeta, quase sempre atônito, mas consciente: "Afinal que é vivo / ou já morto não sabe? / Quem o corpo transporta / como naufrago / ou nas vagas se move? (...) Quem é vivo no mundo / e ainda pode tangível / murmurar que está vivo? (...) Quem distingue / o que somos?" Não adianta optar, já que "estão vivos os mortos / para além do amor". "Opção não faço, / nem tenho. (...) Quitação não dou".

A Ordenação Quarta e a Ordenação Quinta vacilam entre a exortação, o arrolamento e o testamento final. O poeta espera poder renascer, uma vez que dói o apodrecimento. Para ele, "é duro regrear a morte", mas também "é pouco o que a esperança esconde". Passa então a assumir-se, pois "a empreitada / é conviver. Cumprir e descumprir. / Amar e desamar. Sempre assumir / o risco, o desaponto, / o as falhas do regime, / o próprio crime". Diz o poeta: "Morri ao assumir / e era previsto". Nenhum deus o compreendeu, todos os deuses ignoraram a sua condição. O poeta, porém, vistoriando-se, "simulacro de solidão e asco", sabe-se capaz de desenrolar "os fios deste universo / sem saber até onde / poderei estendê-lo". A sua eternidade, portanto, é apenas o que lhe ficou à mão? Talvez, já que "o passado, o presente / é sempre o mesmo prêmio / viver é ser constante". Inúteis, portanto, o testamento, o ato de contrição, a meação. A competência do poeta "é estar na vida / mesmo não estando, / é ser por excelência / o muito que ela ensina / e o pouco que ela aceita", é "ser estrangeiro de corpo e de mar alto", é não fazer testamento e nem sequer poder fazê-lo...

"Canga (Jesusaldo Monte)", publicado pela Civilização Brasileira, em 1971, no fundo, é um poema só, um longo canto em quatro partes: "Desembarque", "Arreverso", "Demarcação" e "Lisura", onde uma incontestável unidade lhe assegura uma grande contenção e uma linguagem cada vez mais própria e despojada. Na verdade, talvez este seja o livro de Carlos Nejar mais enxuto, o mais econômico vocabularmente e o mais sintaticamente belo. Seu tom de epopeia humano, de desafio, como observou Nelly Novaes Coelho, move-se, agora, na área semântica da práxis, "onde radica o mundo do trabalho humano em sua forma rudimentar: o corpo-a-corpo com a terra e com os animais", num nivelamento entre o homem e a natureza poucas vezes alcançado em nossa poesia contemporânea.

Jesusaldo Monte é um símbolo, símbolo social de alta atualidade, "prisioneiro (que ele é) da vida rudimentar", autêntico "herói anônimo de carne, osso, sangue, vida e vontade quebrados contra um destino que é só opróbrio e miséria". Por outro lado, como já notou Nelly Novaes Coelho, "no plano metafórico, existencial, onde Jesusaldo corporifica a condição humana, o homem da queda cuja dimensão mais valiosa permanece latente, indescoberta", "Canga", em última instância, parece resultar numa autodeterminação do poeta em revalorizar o homem em sua afirmação no "Ato de Existir". Para tanto, utiliza-se Nejar de uma linguagem mais clara, mais objetiva, inclusive dando à metáfora uma sucessão de planos e valores sobrepostos, o que lhe atenua o hermetismo e os logógrafos. Simultaneamente ao seu tom puramente social, patente nesta obra, pode-se acrescentar, aqui, que Carlos Nejar passa a utilizar-se de uma espécie de diálogo, entre ele e o personagem que ele criou - protótipo do ser humano em busca da transcendência de sua condição - que, sem favor algum, lhe emprestará a força que senti-a-mos neste livro magnífico.

"O exílio é um deus amargo", diz o poeta para Jesusaldo. "Não mudarás o mundo, / continuarás o sopro / de vir e estar vivendo. / Não mudarás o mundo, / nem a estreita andadura / deste búfalo solto. / O fogo que te vive / devorará teu corpo", prossegue ele, numa linguagem bíblica, apocalíptica, ainda que simples, sem rebucamentos e grandes estouros. A liberdade, de ora avante, como facilmente poderemos constatar, "é a fundação do fardo". Aliás, a liberdade passará a ser, daqui para a frente, até atingir o seu auge em "O Poço do Calabouço", uma preocupação maior do poeta. Não só a liberdade, mas, igualmente, a denúncia, a crítica social, a preocupação pela condição humana, geralmente tão desprezada em nossos dias. Neste sentido, apontaríamos ao leitor esta pequena obra-prima de nossa poesia atual:

"É esta a condição de não ser homem: / dormir, placidamente, sem remorsos, / no curral dos mortos. / É esta a condição de não ser homem: / ruminar o assombro, junto ao feno, / receber o milagre sem transtorno, / seguindo sempre, onde manda o dono. / É esta a condição de não ser homem: / lanhar o casco por chicote lesto, / zurrar, apenas, mastigando o freio. / É esta a condição de não ser homem".

Vários são os poemas em "Canga" em que iremos topar com essa linguagem precisa, sem rodeios, a denunciar todo um estado de coisas errado, onde encontraremos o poeta a implicar com amargura a aceitação passiva de seu personagem e o consequente aproveitamento dos donos da terra, dos donos da vida, que cada vez mais o subjugam com seu chicote e a sua ganância. "Trabalho", página 20, "O Dono da Terra", página 26, "Sustento Forte", página 27, "Cântico", página 30 (onde encontramos este verso belíssimo: "conhecerás a esperança / após a morte de tudo"), "Edital", página 32, "Percalços", página 33, "Apresto", página 34, "Tombamento", página 37, e toda a quarta parte, "Lisura", com sua pujança elegiaca, são páginas antológicas de nossa melhor poesia de cunho social, páginas dignas de estar ao lado das mais sérias que Carlos Drummond de Andrade escreveu em "A Rosa do Povo" ou que Cabral de Melo Neto criou para "Morte e Vida Severina".

"Casa dos Arreios", seu oitavo livro (Editora Globo-Mec, Porto Alegre, 1973), continuará a trajetória do poeta em tentar alcançar a transcendentalidade da condição humana e a conscientização do cosmos. Aqui, para Nejar,

o poeta tornou-se um inquisidor: "Vem entre os vivos, trazendo os últimos vestígios de alguma eternidade não havida". Não busca ele "a hierarquia entre a terra e o homem, prefiro a transcendência do vento, cumprindo-se apenas, sem dividendo, no pensamento". Mas uma vez, para o universo, nejariano, "o amor esgota a razão". É o próprio poeta quem afirma: "A dignidade no amor / é amar somente, / que nele entramos limpos, solidários, não donatários de capitanias". Para Nejar, "viver é descobrir / a fronteira dos corpos" e a "condição humana" é a alucinada chama, o último reduto. O amor, em seu estágio mais transcendente, continuará, com mais afã, a preocupar o poeta, já que "será sempre o mundo recriado / com a linguagem do amor / indeclinável". Todo um trajeto entre o humano e o tempo será percorrido arduamente pelo poeta, até atingir ele seu vértice na "presença efetiva de Deus como parte essencial de seu ser, e não como algo vago, distante, destacado de si, transcendental e mudo". Diz ele: "Deus é a ciência / que fica quando abates / em ti / o som das coisas". Não obstante, pergunta-se ele, logo em seguida: "Que espécie de morte / nos destina / donde, apesar de mortos, / regressamos, atônitos?" A resposta é ambígua, é aterradora. Quase que sarcásticamente, exclama o poeta, a fim de não cair no abismo: "Devagar / que a vida é pouca / para tanta / nhá resposta".

Chegamos, finalmente, à última obra de Carlos Nejar, "O Poço do Calabouço" (Moraes Editores, Lisboa, 1974), onde vamos sentir que ainda são as mesmas as preocupações do poeta, que, desse modo, procura levar avante as suas indagações, a fim de ver se conseguirá atingir a essencialidade das coisas e o ímago do problema.

Logo no primeiro poema do livro, é lançada a imagem do poço do calabouço, aonde foi posto o poeta, ao nascer. Feroz é a sua solidão. De fera, a sua resistência. Um sentimento de culpa, contudo, continua a pesar sobre ele, ele que se pergunta a cada instante: "Que homem sou, / desde o acordar, / uma culpa flamejante me guarda?" O poeta parece continuar recluso fora da cela e insiste em cantar a liberdade, essa liberdade que é "indiviso pensamento / regedor de uma pátria / que não vejo / mas sinto / por instinto / onde ela arde / e é coragem".

Essa liberdade percorrerá as páginas deste volume de ponta a ponta. Vamos encontrá-la em vários poemas, aliás dos melhores desta coletânea. Vamos senti-la atuante em "Ruminações", página 25, "Algemas", página 31 e 32, "Bem-aventuranças", página 37, "Percursos" (páginas 53, 54 e 55), "Quinhão", página 67, "Restrições", página 72 e 73, "Alento", páginas 76 e 77, "Sucessão", páginas 85 e 86 (com este verso que precisamos dar destaque: "A morte é feita de mortes sucessivas"), "Litânia", páginas 87 e 88, "Evocação", páginas 89 e 90, "Ariete", páginas 91, 92 e 93, "Convocação", da página 94 a 101, "Elegia", página 105, "Alforria", páginas 111 e 112, "Vaticínio", página 113, "Fluvial", página 114, "Percussão", página 115 e a seguinte, "Derrubada", da página 119 a 121.

O tom social, aqui em "O Poço do Calabouço", também se faz presente, ainda que, agora, de forma mais agressiva, mais direta, como nestes versos:

"Bem-aventurados são os pássaros: / não pensam em liberdade / porque voam nela / sem idade / Nós, coitados, / nem sabemos / que fazer dela".

Passam a abundar os momentos em que a percepção do poeta vai fluir da esperança, da eterna necessidade de justiça entre os homens e, especialmente, da liberdade. Esses três itens pretendem levar à imortalidade, mas pergunta-se o poeta: "Onde o imortal de nós, / se tudo morre / e ao expirar / solução?" Talvez o venhamos encontrar na morte, que é feita de mortes sucessivas, como já o disse o poeta, e de insuspeitadas ressurreições. Após lutar ele pela liberdade, verá o poeta que "já estão desimpedidas / as bordas do calabouço". Sem dúvida, "não temos outro comando / senão subir para o dia". O cosmos é Deus. O cosmos é a liberdade. A conscientização do cosmos é o dia, a luz. "Não temos outra bandeira / senão subir para a vida", para o dia, para a luz...

REYNALDO BAIÃO

RIO COR - TEL: (021) 227-0020

PRONTO SOCORRO CARDIOLÓGICO

Centro de Tratamento Intensivo - Grupos especializados e o melhor equipamento

Resp. Dr. Mário Anache (5.278) - Dr. Raymundo Dias Carneiro (4.584)

Rua Farme de Amoedo, 86, Ipanema - Rio de Janeiro



FUTEBOL

# DOS OLHOS DO MINISTRO AO CORAÇÃO DO JOGADOR

Por pouco, pouco, muito pouco mesmo, que não rebentou uma guerra entre o Brasil e a Espanha. O assunto foi parar no Congresso Nacional, que acaba de estatizar o coração do Ivo.

Eu tinha que entrar nessa do coração do Ivo. Se eu penso e existo, e se falo de futebol, estou na obrigação de dizer o que eu penso. E nunca aquilo que esperam que eu diga. Ou o que convém ser dito. Escutei lamúrias de todos os jeitos. Falaram coisas cabeludas sobre a honestidade do clube espanhol. Foi quando escutei falar o senhor Wilson Carvalho. Depois li a coluna do Marcos de Castro no JB.

O presidente do América Futebol Clube declarou, ao microfone de uma das emissoras de rádio desta comarca, que um emissário do Atlético de Madrid tinha aportado a estas plagas, acompanhando o jogador Ivo. O espanhol trazia numa mão o dinheiro para pagar o passe do craque gaúcho e na outra um laudo médico sobre o coração do rapaz.

O contrato assinado entre o América e o Atlético rezava que sua ratificação ficava dependendo dos exames médicos a que o jogador seria submetido, lá na Espanha. Ivo não foi aprovado no exame a que foi submetido. Legalmente, o assunto estava encerrado. Fim de papo. Não foi aprovado no exame médico, logo o contrato não valia.

O Atlético de Madrid, no entanto, não agiu assim. Não que lhe coubesse dar satisfações ao América. Nem porque estivesse temendo um estremecimento nas relações entre a Espanha e o Brasil. Nada disso. O Atlético queria ficar com o Ivo. Seu treinador ficara entusiasmado com o jogo do brasileiro. E, como o diagnóstico fatal poderia ser posto em dúvida, já que não se enquadrava em padrões aceitos universalmente, o Atlético tentou um golpe de mestre (aqui, sim, poderiam acusar os espanhóis de má fé, pois estariam querendo jogar nas costas da medicina esportiva brasileira a responsabilidade pelo futuro do atleta). Condição para a contratação definitiva de Ivo ao veredito de uma junta médica brasileira. Se os médicos daqui discordassem do diagnóstico feito pelos colegas espanhóis, aí o Ivo voltaria para a Espanha, na mesma hora.

Wilson Carvalho declarou, para quem

quisesse ouvir, lá no Estádio Mário Filho, que nada tinha contra o clube espanhol, dado que seu representante ao chegar aqui tinha sido muito claro: era só os médicos brasileiros discordarem do diagnóstico que ele trouxera e o contrato de Ivo estaria sacramentado. Foi aí que o presidente do América entrou em campo para resolver a questão. Apelou para a Universidade do Brasil. Lá formaram uma junta composta de autênticos pelês em assunto de cardiologia: professores Luís Feijó, Edson Saad e Mário Salles Neto, assessorados pelo dr. Ronaldo Vilela.

Essa junta percorreu o mesmo caminho da junta espanhola e apresentou seu laudo. Pedimos desculpas aos leitores se acaso isso que se segue não for compreendido. Minha intenção é tornar público a opinião daqueles que concordaram com o laudo espanhol. Concluíram os doutores da Universidade do Brasil:

1) o exame de Raios X do coração do rapaz nada acusou contra sua capacidade atlética;

2) o fonocardiograma mostrou a presença das 3a. e 4a. bulhas, o que é patológico, mesmo em atletas;

3) o ecocardiograma feito em Barcelona e repetido aqui, mostrou hipertrofia do ventrículo, ou seja, um crescimento anormal do ventrículo (o leitor já manjou que eu estou escrevendo isso, soprado por alguém que entende do riscado. Essa autoridade explicou que essa hipertrofia do ventrículo não está sacramentada nos atuais padrões de julgamento da aptidão atlética, pois se trata de um dado adotado há muito pouco tempo);

4) o eletrocardiograma mostrou alterações da repolarização (ondas T), que ocorre nos casos de cardiomiopatia.

Os exames realizados em Porto Alegre corroboram somente que a atual condição do atleta é perfeita, o que, segundo meu informante, ninguém põe em dúvida. A cinecoronariografia deu resultado normal, como era de esperar.

Entretanto - fala doutor - "não foi feito o exame fundamental, ou seja, a dosagem de ácido láctico do seio coronário, visando estabelecer-se o metabolismo do miocárdio

era ou não normal. Quer dizer, que não investigaram-se o coração de Ivo, do ponto de vista metabólico, estava sendo nutrido e eliminando seus catabólitos normalmente. Essa prova tinha que ser feita em repouso e após stress, aumentando a frequência dos batimentos cardíacos".

- Traduz isso, doutor.

- É mais simples do que parece. Ninguém trabalha sem comer; o coração também se alimenta e também joga fora o que sobra de sua digestão, que em nosso caso é o catabólito; nesse catabólito estão presentes vários elementos, dentre os quais o ácido láctico, cada qual com sua dosagem própria. No coração do Ivo, aparece uma anomalia: o catabólito apresenta uma dose de ácido láctico acima da permitível.

Morou, meu chapa? "Concluindo" - textual do doutor - "pode-se afirmar que o jogador Ivo é portador de cardiomiopatia, não se podendo garantir que ele tenha condições para jogar futebol".

A não ser pela portaria 1-113 do governo Café Filho, ninguém investe dinheiro em coisa imprestável ou em coisa sobre cuja integridade haja dúvida. O doutor me falou isso tudo e depois me apontou uma cadeira de balanço, em sua sala. Fez que eu espiasse a cadeira de perto e me perguntou se eu seria capaz de comprá-la. Claro que assenti, só para ver aonde ele queria chegar. Foi então que, batendo amigavelmente em meu ombro, ele falou:

- Compre não, meu amigo. A radiografia de seus olhos aprovou o móvel, mas ele tem um defeito: deu cupim. Você leva a cadeira pra casa e vai se balançar nela o tempo que quiser, talvez; mas se o Carlos Imperial sentar nela, ela é capaz de se desmanchar toda. Ninguém compra, e principalmente por muito dinheiro, uma coisa que não é perfeita.

O caso do Ivo é por aí assim. Não tem um coração normal. Poderá jogar futebol, a vida toda. Mas poderá, também, se dar mal conforme afirmou o médico espanhol (telegrama de Madrid, publicado no Jornal do Brasil de quarta-feira, 24 de setembro). O Atlético de Madrid não iria se arriscar a investir milhares de dólares num atleta portador de uma cardiomiopatia.

A medicina espanhola deu um jeito na retina do ministro Golberi que não encontrara socorro nestas plagas. Agora é o coração do jogador Ivo que acaba de ser estatizado, por obra da Comissão de Saúde do Congresso Nacional. Até parece que se trata de forra em cima da ciência médica da Espanha. Nessa história toda quem ficou mal foi a junta da Universidade do Brasil que repetiu os exames feitos na Espanha e concordou com o laudo de lá. Conheço alguém daquela junta e fui até ele para conhecer suas razões. E não vou marcar coluna do meio não. Estou com os cardiologistas da Universidade.

Houve um momento nessa briga do coração do Ivo, em que chegaram a apelar para uma operação paralela. Investiram contra um dos mais competentes jornalistas esportivos do Brasil, querendo jogar a culpa de tudo no "gordo". O que teria feito o Victorino? Simplesmente, disse do jogador Ivo, para um jornal espanhol, aquilo que ele pensa do jogador.

Diabos! Afinal de contas qual é a obrigação da imprensa? O que cabe aos cronistas fazer? Elogiar o time quando vence e baixar o sarrafo quando perde, conforme é hábito de alguns? Não. O jornalista tem duas obrigações, principalmente no setor dos esportes: informar e criticar. Como é que um treinador vai poder melhorar a maneira de atuar de seu time, se ninguém lhe orienta através de uma crítica correta?

Sei dum caso, ocorrido na Inglaterra. Um time estava fazendo misérias no campeonato. Jogando lá duma maneira que não era todo mundo que manjava. Daí deram para transmitir vídeo tapes de seus jogos, quase toda semana. O treinador pediu então à teve que desse folga em seu time: os comentários judiciosos dos cronistas que acompanhavam a descrição dos tapes, estava funcionando como cola, para os adversários do tal time. Está aí um trabalho certo do cronista. Isso é informar o que pensa sobre esta ou aquela personalidade do esporte.

O Victorino falou bem do Ivo, mas meteu uma ressalva. O jogador tem um gênio difícil. Lógico, qual é a vedete que não tem seu cacoete? O Victorino fez o que eu faria se Dominguez, treinador do Boca Juniors e meu velho amigo indagasse que tal eu achava da compra, por seu clube, de Rivelino ou Paulo César. Escreveria e assinaria: trata-se de dois grandes jogadores; no entanto eu não os compraria por dinheiro algum; são de gênio irascível, presas fáceis de árbitros que queiram apitar o jogo, dentro do espírito das regras do futebol".

E isso aí. Dá cá um abraço, gordo amigo. Deixa eles falarem que eles "calar-se-ão".

Em futebol, a gente ainda pode falar o que pensa...

PEDRO ZAMORA